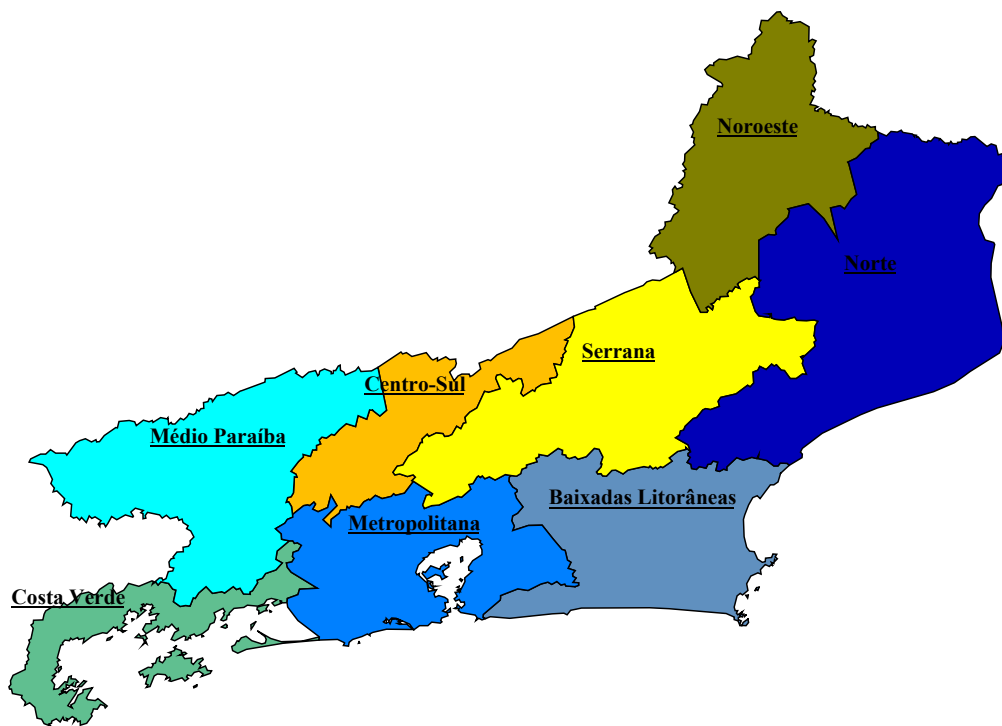


Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Demografia
Programa de Pós Graduação em Demografia

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo
no Brasil pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro.



Orientador: Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Campinas
Fevereiro de 2009

ANTÔNIO TADEU RIBEIRO DE OLIVEIRA

A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

CAMPINAS
FEVEREIRO/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Oliveira, Antonio Tadeu Ribeiro de
OI41m **A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro / Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira . - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

Orientador: Roberto Luiz do Carmo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia – Rio de Janeiro (Brasil) – 1980-2006.
2. Migração interna. 3. Rio de Janeiro (Brasil) - População.
I. Carmo, Roberto Luiz do. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The spatial mobility of the population and the transformations of the production process in Brazil after 80's: the Rio de Janeiro state case.

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Demography – Rio de Janeiro (Brazil) – 1980-2006
Internal migration
Rio de Janeiro (Brazil) - Population

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora: Roberto Luiz do Carmo, Elisabete Dória Bilac, Rosana Baeninger, Roberto do Nascimento Rodrigues, José Irineu Rangel Rigotti.

Data da defesa: 16/02/2009

Programa de Pós-Graduação: Demografia

ANTÔNIO TADEU RIBEIRO DE OLIVEIRA

A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo (orientador)

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac
NEPO/UNICAMP

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger
IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues
CEDEPLAR/UFMG

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti
PUCMINAS

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob (suplente)
NEPO/UNICAMP

Prof. Dr. Antônio de Ponte Jardim (suplente)
IBGE

Prof. Dr. César Ajara (suplente)
ENCE/IBGE

CAMPINAS
FEVEREIRO/2009

Aos amigos Aline, Daniel, Marcos Roberto, Moema, René, Rita e Victor por termos compartilhados efêmeros ideais acadêmicos, mas que nos proporcionaram uma amizade mais duradoura.

Aos meus pais Nelson e Tiana, que muito embora sejam pessoas humildes, pautaram minha educação zelando pelos valores morais e éticos.

Aos meus filhos Carol e João, como símbolo da busca incessante pela concretização dos nossos sonhos. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo, por ter aceitado me orientar num momento particularmente difícil da minha trajetória no Programa e pela forma franca com que pautou nossa relação ao longo da orientação.

Às amigas Aline, Gláucia e Juliana pela acolhida e generosidade que me dispensaram nos últimos três anos nas minhas idas a Campinas.

Aos amigos, conselheiros e incentivadores Luiz Antonio, Celso Simões, Roberto Nascimento e Neide Patarra que me apoiaram ininterruptamente, além, é claro, pela capacidade e conhecimento, de não terem se furtado a dar sugestões e indicar bibliografia.

Ao Prof. Dr. Carlos Vainer e ao Prof. Dr. Eliseu Spósito por terem tido a paciência de ouvir/ler meu pré-projeto e ainda me estimularem a seguir, sugerindo importantes referências bibliográficas para a definição do marco teórico do projeto.

À Profa. Elisabete Dória Bilac e ao Prof. Dr. Paulo Jannuzzi pela valiosa contribuição que aportaram no sentido dos desdobramentos da pesquisa, quando do exame de qualificação.

À Profa. Dra. Luciana Lago por, gentil e prontamente, ter me enviado não só a classificação das categorias ocupacionais, como as sintaxes dos programas de geração das referidas categorias e da compatibilização das bases de 1991 e 2000.

Ao amigo Antonio de Ponte Jardim, a quem sou profundamente grato, pelo extremo interesse que demonstrou em me auxiliar com a revisão bibliográfica, me permitindo tê-lo como interlocutor ao longo desse percurso.

Aos amigos João Belchior e Leila Ervatti, pessoas adoráveis e incomensuravelmente generosas, pela organização e processamento das bases de dados, sem as quais esta pesquisa não seria concluída.

Enfim, a todos e todas que direta ou indiretamente me ajudaram e/ou me incentivam para que tudo desse certo. Agradeço, sinceramente, do fundo do meu coração.

MUITO OBRIGADO!!!!

RESUMO

A partir da inquietação sobre explicações, que muito embora fornecessem importante contribuição, soavam um tanto incompletas para explicar as migrações, esta tese propõe-se a refletir sobre a mudança do comportamento que vem ocorrendo nos deslocamentos populacionais no Brasil, a partir da década de 1980, observando particularmente os processos migratórios que envolveram o estado do Rio de Janeiro nesse período, no qual, simultaneamente, esse espaço se configura como área de atração e expulsão de população. Considerando a Demografia como campo do conhecimento que na sua essência traz a idéia de processo de mudanças, que refletem as relações sociais inscritas em cada momento histórico, parte-se da hipótese de que os processos de (i)mobilidade da força de trabalho respondem ao modelo de desenvolvimento vigente do capitalismo. O presente estágio de desenvolvimento, no qual prevalece o modelo de acumulação flexível, determinando novas estratégias de localização das atividades produtivas, novos modos de regulação das relações capital-trabalho, bem como, alterações nas estruturas das categorias ocupacionais, o que, em última instância, estaria ditando o novo modo como o capital mobiliza a força de trabalho.

Palavras chaves: Demografia - Rio de Janeiro (Brasil) – 1980-2006, Migração interna, mobilidade espacial, Rio de Janeiro (Brasil) – População.

ABSTRACT

Considering that the several existing explanations for migrations, although significant, seem to the author quite incomplete, this thesis reflects on the changes in patterns of population displacement that have been taking place in Brazil since the 80s. It focuses specially on the migratory processes in the state of Rio de Janeiro, region which, in such period, has simultaneously attracted and expelled population. Since Demography as a field of knowledge is essentially about change processes – which on their turn are the results of social relationships stemming from each historical moment – this thesis is based on the hypothesis that the workforce (im)mobility responds to the prevailing model of capital development. The current development stage, in which the model of flexible accumulation prevails, demands new strategies for allocating productive activities, new ways of regulating the relation between capital and labor, as well as changes in occupational categories, which would eventually determine how capital affects labor.

Keywords: Demography – Rio de Janeiro (Brazil) – 1980-2006, Internal migration, Rio de Janeiro (Brazil) – Population.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. O MARCO TEÓRICO CONCEITUAL.	11
1.1 A mobilidade populacional na esfera do capitalismo.....	11
1.2 O debate atual entre as correntes teóricas.....	19
1.3 O pós-fordismo e o reflexo no comportamento dos deslocamentos populacionais.....	35
1.4 Algumas considerações.....	52
CAPÍTULO 2 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE NO RIO DE JANEIRO.	56
2.1 A constituição do atual estado do Rio de Janeiro.....	56
2.2 Mobilidade, liderança econômica e perda da hegemonia para São Paulo.....	60
2.3 O período “Nacional Desenvolvimentista”.....	68
2.4 Da perda da capital federal até a crise dos anos 1980.....	74
CAPÍTULO 3 MOVIMENTOS POPULACIONAIS NO RIO DE JANEIRO: DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES.....	81
3.1 Cenários das trocas Interestaduais.....	86
3.2 Cenários das trocas intra-estaduais.....	92
3.2.1. Deslocamentos Inter-regionais	93
3.3. Movimentos Pendulares.....	99
3.4 Alguns aspectos e aportes teóricos que ajudam explicar os deslocamentos populacionais no Rio de Janeiro.	102
3.4.1 Caráter estrutural da crise no estado do Rio de Janeiro	102
3.4.2 Estaria ocorrendo alguma recuperação e descentralização econômica no Rio de Janeiro?	104
3.4.3 Análise regional sobre o comportamento dos fluxos migratórios nos anos 1980 e 1990.	109
3.4.3.1 O Estado do Rio de Janeiro e sua Metrópole.....	109
3.4.3.2 O Médio-Paraíba	111
3.4.3.3 O Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas	112
3.4.4 Considerações complementares e principais eixos de trocas	114
CAPÍTULO 4 INSERÇÃO OCUPACIONAL E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE NO RIO DE JANEIRO	117
4.1 Inserção dos migrantes nas categorias ocupacionais.....	118
4.1.1 A inserção ocupacional na escala interestadual.....	118
4.1.2 A inserção ocupacional na escala intra-estadual.....	125
4.2 Precariedade nas relações de trabalho da mão-de-obra migrante.....	132
4.2.1 A precarização da força de trabalho na escala interestadual....	132

4.2.2 A precarização da força de trabalho na escala intra-estadual.....	134
4.3 Os rebatimentos da inserção ocupacional e precarização da força de trabalho nos processos de deslocamentos populacionais.....	136
CONCLUSÕES	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	164
Anexo 1 – Regiões de Governo	164
Anexo 2 – Erros padrões e Coeficientes de variação.....	166
2A – Erros padrões do Censo Demográfico de 1991.....	166
2B – Erros padrões do Censo Demográfico de 2000.....	167
2C – Coeficientes de variação da PNAD 2006.....	168
Anexo 3 – Índice de eficácia migratória	169
Anexo 4 – Dicionário de classificação de ocupações	170
Anexo 5 –	188
Tabela A1 – Rio de Janeiro: Imigrantes, emigrantes e índice de eficácia migratória interestaduais - 1986 -1991.....	188
Tabela A2 – Rio de Janeiro: Imigrantes, emigrantes e índice de eficácia migratória interestaduais - 1995 - 2000.....	189
Tabela A3 – Regiões de Governo do Rio de Janeiro: Matriz de Fluxos Migratórios - 1986/1991.....	190
Tabela A4 – Regiões de Governo do Rio de Janeiro: Matriz de Fluxos Migratórios - 1995/2000.....	190
Tabela A5 – Rio de Janeiro: Deslocamentos intra-regionais, segundo Região de Governo 1986-1991/1995-2000.....	191

Introdução

Antes de iniciar a discussão a respeito das abordagens teóricas que tratam do fenômeno migratório e como o mesmo vem se manifestando nas últimas décadas, especificamente no estado do Rio de Janeiro (ERJ), é importante situar o modo como a Demografia, enquanto campo do conhecimento científico, será tratada no escopo da presente pesquisa. Aqui a Demografia será pensada de forma crítica, sendo a população em estudo produto de relações sociais e de produção e sua composição e volume fruto de processos que se desenvolvem ao longo do tempo, ou seja, a referida população deve necessariamente estar inscrita historicamente.

Para Canales (2001), ao longo do século XX, o discurso predominante na Demografia foi uma revisão e/ou repaginação do pensamento malthusiano, assinalando ainda, que falta produção teórica e debate em torno da modernidade no âmbito da Demografia e dos Estudos Populacionais. Para este autor, a limitação do pensamento demográfico contemporâneo residiria na falta de uma postura crítica ante as mudanças na forma de pensar a modernidade e sua crise.

Canales (2001) sinaliza que o conceito de população, como se conhece nos dias de hoje, é herdeiro da modernidade, à medida que não é baseado na exclusão de classes, etnias, grupos, gêneros, indivíduos, em geral. Tratar-se-ia de um conceito que inclui, por meio de uma abstração, tais diferenças e desigualdades sociais, seria fruto da transformação na visão de mundo proposta no projeto da modernidade. De acordo com esse princípio de igualdades entre os homens, no pensamento liberal, povo seria o agregado de todos os indivíduos, sendo a categoria indivíduo (livre) a base do conceito moderno de população. Quer dizer, tanto no pensamento liberal quanto no demográfico, a unidade anularia a diversidade, o indivíduo é desprovido de suas roupagens sociais e históricas, embora esse não

faça outra coisa senão fundar a diferença, a distinção, a diversidade, a alteridade que se esconde atrás dos números. A população, vista na ausência das relações sociais, não passaria de uma abstração (CANALES, 2001).

Esta visão já havia sido reforçada por Szmrecsányi (1980), que citando Marx, assinalou que a população seria apenas uma abstração se pensada na ausência das relações de produção, de forma que cada sistema econômico teria uma lei de população própria. “Uma lei da população abstrata e imutável, dizia Marx, só se aplica às plantas e aos animais e, mesmo nesse caso, apenas enquanto eles não sofrem a interferência do homem” (SZMRECSÁNYI, 1980, p. 268).

De modo mais geral, ao se recorrer a um raciocínio puramente demográfico, a lei mencionada acima estaria atuando sobre as componentes da dinâmica populacional: fecundidade, mortalidade e migração. Assim sendo, seria razoável supor que as migrações estariam se processando, segundo essa lei, de acordo com o modo de produção ou do regime de acumulação vigente.

Ainda de acordo com Singer e Szmrecsányi (1980), o desenvolvimento econômico, acima de tudo, constitui um processo qualitativo de mudança estrutural. É um processo histórico, não apenas porque leva tempo para materializar-se, mas também porque configura uma evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas. Ao transcender as meras flutuações conjunturais, ele envolve um processo que só pode ser aferido e avaliado dentro de uma perspectiva de médio ou longo prazo.

Quando tratam da questão econômica, apontam que, mais especificamente, o desenvolvimento econômico pode ser visto como um processo histórico de transformações estruturais das economias “coloniais”, ou subdesenvolvidas, em economias “industrializadas”, ou desenvolvidas. Essa transformação não é apenas

econômica, mas, também, social, cultural e política, na medida em que acaba abrangendo todas as instituições da sociedade (SINGER e SZMRECSÁNYI, 1980).

Pinto (1973), ao tratar da questão do tempo no pensamento demográfico, enfatiza a idéia de processo nas mudanças experimentadas pela população, destacando que estaria na raiz desse campo de conhecimento científico compreender as variações de volume, qualidade e distribuição populacional.

En la perspectiva de la consciencia, el tiempo, que físicamente es una propiedad de las cosas, de los fenómenos de la realidad, se vuelve historia, es decir, duración en una orden de sucesión inteligible, en que los hechos se sitúan, y en cuyo curso el hombre ubica su posición habitual, dividiendo así el tiempo, ahora histórico, en las modalidades cualitativas de lo pasado, presente y futuro. La demografía no puede desinteresarse del estudio profundizado de este problema teórico, porque el fenómeno fundamental de que se ocupa, la variación del volumen, cualidad y distribución de las poblaciones, en función de las condiciones a que se encuentra sometida la existencia humana tiene las características de un proceso [...] La noción de proceso es primordial en demografía. En efecto, los datos de que se ocupa la ciencia de las poblaciones sólo tienen interés por lo que expresan de diferencia entre dos situaciones no tiempo, y en este caso, el proceso consiste en el tránsito de una a otra (PINTO, 1973, p. 366).

O conceito de processo aponta para a realidade em movimento, na medida em que ela distingue modos de ser, aspectos, fases, elementos, referenciados às diferentes ações sociais, econômicas e políticas que a população se organiza para produzir e reproduzir as suas condições de existência. Estes, por sua vez, se apresentam numa sucessão determinada, de tal forma que um desses momentos deixa de ser e dá lugar a outro em função de uma razão interna. Essa razão regeria a mudança de um instante a outro. Assim, todo processo possuiria uma lei interna que regularia o desenvolvimento de seus movimentos.

O volume de uma população antiga não significaria nada, não passaria de um dado de almanaque, se não fosse relacionado com as formas sociais de vida, as modalidades de produção, o universo de idéias e valores que os homens a ela pertencem e cultivam. A quantidade de população não existiria de forma independente de sua qualidade, a qual se definiria por diversos aspectos, sobretudo

pela etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de trabalho (PINTO, 1973).

Dessa forma, a população evoluiria segundo os meios de reprodução que dispusesse. A expressão reproduzir guardaria duplo sentido: o produzir, pelo indivíduo sua existência pessoal, sua sobrevivência; e o produzir a existência em geral, a da espécie, ou seja, reproduzir-se (PINTO, 1973).

A questão que se coloca neste estudo é exatamente a mudança nos processos de deslocamentos populacionais no Brasil dos dias de hoje, quando comparados à forma como se manifestavam até a década de 1970, analisando especificamente o caso do estado do Rio de Janeiro. A presente pesquisa propõe-se a responder ao seguinte aspecto: em que medida as transformações nos deslocamentos populacionais no Rio de Janeiro são explicadas ou resultam das mudanças observadas no novo modelo de desenvolvimento/padrão de acumulação do capital¹?

A hipótese subjacente à investigação está vinculada à noção de que os processos de mobilidade e imobilidade da força de trabalho são determinados de acordo com as características do padrão de acumulação que vigoram numa determinada sociedade.

No Brasil, de um modo geral, as abordagens que procuram explicar as transformações observadas nos novos deslocamentos migratórios, embora fornecendo valiosa contribuição, parecem não dar conta de apreender o fenômeno em toda sua complexidade, algumas dessas reflexões transitam entre aportes que destacam a desconcentração industrial, reestruturação econômica, as deseconomias

¹ O conceito de modelo de desenvolvimento aqui empregado é o proposto por Lipietz e Leborgne (1988), que requer a conjunção de três aspectos compatíveis: i) uma forma de organização do trabalho - paradigma industrial; ii) uma estrutura macroeconômica – padrão de acumulação e; iii) um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais – modo de regulação.

de aglomeração e mudança no mundo do trabalho (PACHECO, 1983, MARTINE, 1994a, MARTINE, 1994b, CUNHA, 2006). Embora essas abordagens, de certo modo, retratem alguns recortes explicativos não logram mostrar que se tratam de facetas de um processo de transformação maior, que emerge da crise do sistema capitalista nos anos 1970, sendo os aspectos econômicos parte dessas mudanças².

A escolha do estado do Rio de Janeiro (ERJ), como recorte espacial para a pesquisa, reside em primeiro lugar na necessidade de produção de conhecimento sobre a questão migratória no estado, tema sobre o qual a escassez de trabalhos é flagrante. Além disso, o Rio de Janeiro, que recentemente vem perdendo sua capacidade de atração sobre as demais Unidades da Federação, nas últimas duas décadas do século XX apresentou um comportamento muito volátil no que tange aos saldos líquidos migratórios, tanto nas trocas interestaduais quanto nos movimentos internos ao estado, o que justifica a necessidade de realização de estudos mais detalhados.

Com os dados do Censo Demográfico de 1991, utilizando-se o quesito sobre migração numa determinada data fixa³, observou-se que, entre 1986 e 1991, a migração líquida nas trocas interestaduais foi negativa. No mesmo período, os principais fluxos intra-estaduais de população tinham como direção o interior do estado. Quando da divulgação dos resultados do Censo de 2000, verificou-se, recorrendo-se ao mesmo quesito censitário, que os dados sinalizavam com resultados parcialmente opostos aos observados no segundo quinquênio da década anterior para as trocas entre Unidades da Federação (UF's): o ERJ obteve saldo positivo nos deslocamentos populacionais com os demais estados e as principais

² Isto justifica-se, em alguns casos, pelo fato de estarem fazendo suas reflexões quando as transformações no padrão de acumulação estavam se processando no país.

³ O quesito de data fixa trata dos deslocamentos populacionais, com caráter de mudança de residência, entre duas datas determinadas, neste caso específico, entre 01/08/1986 e 31/07/1991.

correntes migratórias intra-estaduais continuavam partindo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e se destinando ao interior do Rio de Janeiro.

Nos dois períodos assinalados, o estado se constituiu como espaço que atraía e expulsava migrantes, dependendo das características dessa força de trabalho, o mesmo ocorrendo com sua metrópole. A RMRJ, principal porta de entrada e saída para a migração interestadual, ao mesmo tempo apresentava-se atrativa para alguns e menos para outros, dependendo da unidade espacial para a qual eram considerados os deslocamentos populacionais.

A riqueza desse comportamento reside justamente na coexistência, num mesmo espaço, dos fatores de expulsão e atração, como também, de correntes migratórias principais e secundárias. Essas observações requerem reflexão teórica, uma vez que podem estar associadas às novas formas de mobilidade da força de trabalho, às alterações da estrutura ocupacional e aos diferenciados modos de inserção da área metropolitana e do interior na dinâmica econômica do novo padrão de acumulação.

Colocam-se como objetivos dessa pesquisa: i) Mostrar que as mudanças nos processos produtivos, nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, têm impactos sobre os deslocamentos populacionais; ii) Associar as várias fases dos processos migratórios no estado do Rio de Janeiro às etapas de desenvolvimento econômico e respectivamente ao padrão de acumulação vigente em cada uma dessas fases; iii) Relacionar as mudanças ocorridas no fenômeno migratório no estado do Rio de Janeiro às transformações gerais implantadas nesse modelo de desenvolvimento, objetivando evidenciar, particularmente, o impacto dessas mudanças nas estruturas ocupacionais e na distribuição espacial das atividades econômicas.

O desafio metodológico que se apresenta é articular as abordagens teóricas às evidências empíricas dos processos de transformações, tanto no padrão de acumulação quanto na dinâmica migratória no Brasil, e, em particular, no estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1980 do século passado.

Inicialmente, apresenta-se neste trabalho, a pesquisa bibliográfica que sustenta a discussão sobre mudanças no regime de acumulação, confrontando teóricos de diferentes escolas de pensamento, bem como, tratando das diferenças de abordagens nas correntes teóricas que abordam as questões migratórias. Além disso, pretende-se evidenciar as relações entre essas mudanças e os seus rebatimentos nos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, bem como, nas novas formas das manifestações do fenômeno migratório.

Complementam o levantamento bibliográfico trabalhos sobre a realidade do Rio de Janeiro, no que tange, por exemplo, a distribuição espacial das atividades econômicas, inserção dos espaços nas escalas da economia global/regional/ local, reestruturação produtiva e estrutura ocupacional. Além disso, será fundamental apontar as iniciativas das políticas públicas e do capital que visaram à desregulamentação das relações de produção.

A pesquisa empírica utilizou as seguintes fontes de dados⁴:

a) *Censos Demográficos 1991/2000* – serão as principais fontes de informação, alimentando a pesquisa com dados de data fixa para a migração interestadual e intra-estadual, no tocante ao lugar de origem, direção e volume dos fluxos migratórios; composição por: sexo, idade, renda média familiar per capita, população economicamente ativa, atual inserção ocupacional, posição na ocupação e ramos de atividade. Estas informações estarão desagregadas para a Unidade da

Federação e as Regiões de Governo⁵, uma vez que essas fontes de dados possibilitam a obtenção da informação na escala municipal;

b) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - *PNAD 2006* - face à sua periodicidade anual, funcionará como fonte de dados sinalizadora das tendências mais gerais dos processos de deslocamentos populacionais, aportando com informações de data fixa sobre direção e volume dos fluxos migratórios; composição por: sexo, idade, renda média familiar per capita, população economicamente ativa, inserção ocupacional e ramos de atividade. Devido às restrições quanto à desagregação dos dados, apenas será possível obter informações para a Unidade da Federação e Região Metropolitana;

Além disso, recorreu-se à informação sobre o *Produto Interno Bruto Regional - PIB* – valor adicionado das principais atividades econômicas dos municípios do Rio de Janeiro, como medida de desenvolvimento e inserção econômica da cada Região de Governo. Já para alcançar uma análise mais detalhada da inserção ocupacional dos migrantes, foi utilizada a classificação de categorias ocupacionais proposta por Ribeiro e Lago (2000), uma vez que essa classificação apresenta uma maior desagregação dos grupos ocupacionais, sobretudo em relação às classificações propostas pelo IBGE⁶. O Anexo 4 apresenta toda a descrição do trabalho de Ribeiro e Lago, para o Censo Demográfico de 2000. Posteriormente, Lago forneceu, para a realização desta pesquisa, as sintaxes dos programas para a compatibilização das classificações entre o referido Censo e o levantamento de 1991.

⁴ Os dados sobre migração nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 são estimativas provenientes do questionário da amostra. O Anexo 2 deste trabalho apresenta os erros padrões associados a essas estimativas, bem como, os coeficientes de variação derivados das estimativas da PNAD 2006.

⁵ A relação com as Regiões de Governo e respectivos municípios que as compõem encontram-se no Anexo 1 deste trabalho.

⁶ Na proposta dos autores, a estrutura social é entendida como, simultaneamente, um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando estes postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados as suas histórias.

O trabalho é dividido em quatro capítulos e mais uma parte que tratará das conclusões. No primeiro capítulo trata-se do marco teórico e conceitual da discussão, procurando resgatar a correlação entre migrações e etapas do desenvolvimento do capital; com base nas abordagens recentes, debater com as mais diversas correntes de pensamento sobre o fenômeno migratório; além de apresentar o debate sobre as transformações do modelo fordista de acumulação do capital para o modelo flexível.

O segundo capítulo é dedicado a rever a relação das etapas de desenvolvimento econômico e as respectivas fases dos processos migratórios no estado do Rio de Janeiro; as etapas estarão subdivididas nos períodos 1763 a 1930, 1930 a 1950, 1950 a 1980 e pós 80.

A partir do terceiro capítulo é incorporada a parte empírica do estudo, onde são apresentados os movimentos populacionais no território fluminense, nas escalas inter e intra-estadual e movimentos pendulares, separada em três períodos: nos anos 1986-1991 e 1995-2000 e as tendências do período 2001-2006. Nos dois primeiros períodos trabalha-se com os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. O último período tem como fonte a PNAD 2006, que proporcionará informações para a Unidade da Federação e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Também é elaborada uma reflexão sobre a distribuição espacial das atividades econômicas e sua correlação com o novo padrão de acumulação do capital, buscando perceber se há coexistência ou não de formas distintas de inserção espacial no novo modelo de desenvolvimento.

O quarto capítulo é voltado ao estudo da inserção nas categorias profissionais e da precarização da força de trabalho migrante, utilizando-se também o quesito de data fixa, que descreverá os períodos de 1986-1991, 1995-2000 e a tendência para

2001-2006, em algumas áreas selecionadas, a saber: estado do Rio de Janeiro e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

1. O MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

Nesta pesquisa, a hipótese, já apresentada na introdução, é a de que as migrações representam, fundamentalmente, o exercício da “liberdade” que a força de trabalho tem, ou não, de mover-se no espaço em busca de sua reprodução. Os deslocamentos populacionais, portanto, seriam produtos de processos sociais e econômicos, inscritos nas relações sociais capitalistas, que responderiam diretamente à etapa do padrão de acumulação das sociedades envolvidas.

Partindo desse pressuposto, a seguir serão apresentadas algumas abordagens que compartilham o mesmo olhar sobre essa problemática, buscando-se estabelecer o diálogo com outras construções teóricas que tratam do mesmo fenômeno.

1.1 A mobilidade populacional na esfera do capitalismo

Mesmo antes de o capitalismo se afirmar como modo de produção, os processos de mobilidade espacial já respondiam aos efeitos dessa transição no padrão de acumulação.

Marx (1973), ao tratar daquilo que denominou acumulação originária⁷, apontava os reflexos desse fenômeno nos deslocamentos populacionais. Esse processo foi marcado pela expropriação da terra dos antigos lavradores, que se viram obrigados a se submeterem às ordens dos novos “patrões” ou a se deslocarem para tentar sua reprodução em outro lugar.

Relatando o que ocorreu na Inglaterra, Marx assinala que a apropriação de bens públicos e da igreja aconteceu sem o menor pudor, com o favorecimento dos

capitalistas burgueses, entre outros aspectos, para converterem o solo em artigo comercial, expandirem a zona de grandes explorações agrícolas e aumentarem a afluência de trabalhadores livres e necessitados do campo à cidade. À medida que o camponês era substituído por pequenos colonos, com contratos anuais, os bens de domínio público eram despojados e ocorria uma depredação sistemática dos terrenos comunitários, fazendo com que se incrementassem as grandes possessões, conhecidas, no século XVIII, como as grandes fazendas capitalistas e fazendas de comerciantes. Esse processo deixou a população campesina disponível como proletária a serviço da indústria (MARX, 1973).

Com a desapropriação dos camponeses e seu afastamento dos meios de reprodução, avançou a destruição das indústrias rurais secundárias, possibilitando a entrada de outra forma de produzir, marcada pelo processo de diferenciação entre a indústria e a agricultura. Só a destruição da indústria doméstica rural poderia dar ao mercado interior de um país as proporções e firmeza que necessitava o regime capitalista de produção (MARX, 1973).

Ainda tratando dessa fase de transição, Marx aponta que a descoberta, saque, exploração e escravização de novos territórios na América, Ásia e África estão no alvorecer da era de produção e expansão capitalista. Destaca que as diversas etapas da acumulação originária têm seu centro, em ordem cronológica mais ou menos precisa, na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra, onde se começa a edificar os sistemas coloniais, de dívida pública, tributário e protecionista. Tudo isso com uma força avassaladora, sob a proteção do Estado, bem como da sociedade organizada, fazendo avançar a passos largos o processo

⁷ A acumulação originária seria o processo histórico de afastamento do produtor dos seus meios de produção. Chama-se originária porque seria a pré-história do capital e do regime capitalista de produção.

de transformação do regime feudal de produção para o regime capitalista (MARX, 1973).

Na acumulação primitiva, se a violência direta do Estado assume papel protagonista é para se retirar progressivamente de cena graças ao próprio desenvolvimento capitalista (VAINER, 1998).

Destacam-se entre os elementos trazidos por Marx duas dimensões que se contrapõem ao pensamento liberal: i) o grau de liberdade na tomada de decisão sobre migrar ou não migrar daquelas populações campesinas; e ii) o relevado destaque do papel do Estado no processo de transição de um modo de produção a outro. Tratando esses elementos como fatos históricos, a abordagem clássica, que apregoa a livre escolha individual no processo decisório sobre o ato de migrar e a “mão invisível” do mercado como fator de equilíbrio, apresentaria um problema já na sua origem.

Castel (1998), observando essa mesma quadra da história, aponta que a questão social, naquele momento, era a propensão à mobilidade numa formação social que não estava disposta a aceitá-la, opondo-se a ela por todos os meios. Além disso, o trabalho passaria a assumir um papel central na modernidade, dando origem ao conceito de proletário: os que só dispõem da força de seus braços para sobreviver.

Nessa fase de transição entre os modos de produção, ao mesmo tempo em que a mobilidade era produzida, as cidades não estavam preparadas para o afluxo de pessoas, nem para a mudança nas formas de inserções ocupacionais. Diante dessa situação, o Estado exercia seu papel, editando leis que impedissem a imobilidade: todos os capacitados fisicamente deveriam trabalhar, nas mesmas ocupações da situação anterior, ou naquelas onde o seu senhor atual determinasse

(CASTEL, 1998). Essas medidas visavam atingir aos vagabundos, desocupados e mendigos, vistos como imóveis. Estes deveriam se tornar móveis, no sentido de buscar alguma ocupação. Por outro lado, aos “outros”, já inseridos, desejava-se que permanecessem onde estavam. Essas atitudes levavam ao paradoxo de, ao mesmo tempo, desejarem provocar a mobilidade dos “vagabundos” e a imobilidade dos que já estavam envolvidos em algum tipo de processo produtivo.

A intervenção do Estado na elaboração de cartilhas que legislassem sobre os deslocamentos espaciais tinha como objetivo regular e controlar o nomadismo popular que escapasse às territorializações antigas ou aos espaços, socialmente fechados, das cidades-fábricas. Em suma, essas normas estariam destinadas a atingir à “vagabundagem urbana e interurbana” (GAUDEMAR, 1981).

Hasta 1850, ni el éxodo rural, ni la inmigración extranjera, ni la escuela ni ningún outro fenómeno parecen definirse en la óptica de la producción de fuerzas de trabajo. El éxodo rural aún no constituye un fenómeno afirmado; remite, más bien, a una fluctuación general de las masas rurales que una tendencia claramente delineada. La inmigración extranjera, trabajadores de oficios especialmente, es únicamente un elemento más entre otros de la circulación de los trabajadores atraídos por mejores saláries, mejores empleos o bien establecidos en determinados lugares debido a simples contingencias históricas. (...) pero todo sucede como si el capital, cuyo desarrollo no está todavía realmente afirmado, se alimentase en base a una oferta de trabajo que está ahí, exógena a sus propios circuitos de funcionamiento (GAUDEMAR, 1981, p.249-250).

O sentido das medidas que têm lugar nessa época era tentar erradicar a contradição entre as estruturas fixas que organizam o trabalho e a mobilidade nascente. A mão-de-obra flutuante que não tivesse lugar na organização do trabalho não poderia ser aceita como tal. Era necessário, desde então, ordenar-lhes não só que trabalhassem, mais ainda que trabalhassem no lugar que lhes foi ancestralmente fixado na produção (CASTEL, 1998). A questão é: como conseguir esses arranjos justamente no momento da etapa do desenvolvimento econômico e social que produzia o afastamento do homem dos seus meios de reprodução? O

local ancestralmente determinado ou já não existia mais ou estava em pleno processo de transformação.

Castel (1998), citando Habermas, aponta que a produção agrícola permanecia essencialmente inserida nas relações feudais de dependência e a produção industrial, nos quadros do artesanato tradicional. A contradição não estaria entre modos de produção, mas sim entre essas relações de produção e populações que não mais queriam se inscrever nelas, sem ainda, no entanto, poderem estar num outro modo de produção, capitalista.

O cerne da questão dos excluídos⁸ não está onde eles estão, mas onde e como foram produzidos. A categoria “vagabundo” seria uma construção social que estigmatizou uma parcela da população, proporcionando, por um lado, meios que legitimavam sua opressão e, por outro, funcionava como mecanismo psicológico para o restante da população menos favorecida, no sentido de torná-la imóvel na situação produtiva que se encontrava.

Essa contradição, observada na fase anterior à implantação do modelo capitalista, aparentemente seria solucionada com a efetivação da mudança do modo de produção. Na França, particularmente, após 1850, em meio a um grande movimento de industrialização, o êxodo rural efetuava, então, um salto qualitativo importante, causado especialmente pelos efeitos da transformação da estrutura produtiva e pelo início da penetração do capital na agricultura. O êxodo rural se transforma em um fenômeno indiretamente provocado pelo movimento do capital, fazendo o papel de recrutador de mão-de-obra para o conjunto da estrutura produtiva. Por isso mesmo, seu caráter exógeno⁹ desapareceria rapidamente, dada

⁸ Naquela quadra da história, excluídos eram as pessoas que foram retiradas de suas terras e não lograram inserir-se em outra atividade produtiva.

⁹ O caráter exógeno é devido a essa mão-de-obra estar sendo ofertada fora do circuito de funcionamento do capital, ou seja, são exteriores à reprodução do capital.

a penetração já forte do capital no meio rural, sobretudo, no meio agrícola (GAUDEMAR, 1981).

Todavia, uma reflexão mais atenta sobre a forma como se desenvolvem os deslocamentos de população sob a égide do capitalismo sinaliza que a contradição entre mobilidade e imobilidade permanece, pois é inerente a esse padrão de acumulação.

Mas nem todas as movimentações de mão-de-obra são equivalentes. Só interessam ao capital aquelas que asseguram a sua valorização, quer correspondam a uma intensificação ou a uma produtivização acrescidas, do trabalho, quer se dirijam para os espaços da polarização capitalista próprios para os absorver. E é sem dúvida aí, na vontade de apenas encorajar estas únicas movimentações, que reside o caráter novo das estratégias contemporâneas da mobilidade. (GAUDEMAR, 1977, p.19).

Isto significa que os movimentos populacionais que não se enquadrem nessa lógica do capital seriam indesejáveis, com esse tipo de força de trabalho devendo ficar imóvel.

De acordo com essa corrente de pensamento, a mobilização dos trabalhadores assume aspecto central porque a mobilidade da força de trabalho seria a mercadoria que faz a distinção entre o trabalhador livre e o escravo, cuja capacidade de trabalho é estável, sendo empregada de forma tradicional e local. Essa distinção marcaria também as transformações nas relações de produção, ou seja, a mudança de um modo de produção a outro (GAUDEMAR, 1977).

Gaudemar (1977) observa a mobilidade populacional na órbita do capitalismo como sendo a mobilidade da força de trabalho. A força de trabalho seria a mercadoria que o homem possui, englobando capacidades físicas, psíquicas e intelectuais que lhes proporciona produzir e circular mercadorias. A mobilidade da força de trabalho seria o exercício de sua liberdade para se sujeitar às imposições do capital.

(...) a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de se manter nos locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações de seu emprego, no limite, tão indiferente no conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde o investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p 190).

A mobilidade da força de trabalho seria algo que estaria além das mobilidades geográficas ou migrações; trata-se também de movimentos entre setores de atividades ou ocupações. O problema da melhor apreensão do fenômeno residiria no fato de os pesquisadores darem ênfase ao dimensionamento dos deslocamentos espaciais, ficando a idéia de mobilidade da força de trabalho esquecida ou em segundo plano nos modelos explicativos (GAUDEMAR, 1977).

Para Gaudemar (1977), os deslocamentos humanos e as transformações do espaço seriam concepções particulares do crescimento, e mais precisamente ainda, do papel dos trabalhadores nesse crescimento. O espaço onde se dá a mobilidade seria o espaço industrial, com o homem se deslocando, sendo alocado, deslocado, recolocado ao ritmo da maquinaria e da acumulação do capital. Com a passagem a outro padrão de acumulação, onde os serviços passam a assumir uma posição de destaque na geração de riquezas, uma atualização desse aporte apontaria para mobilidade ocorrendo no espaço da produção em geral.

Retornando aos conceitos de mobilização propostos por Gaudemar (1981), percebem-se, na Europa, três grandes períodos no processo pelo qual a mobilidade da força de trabalho passa a ocorrer no circuito de reprodução do capital, até 1880, entre 1880 e 1945 e pós 1945¹⁰. Nessas etapas o capital consegue mobilizar a mão-de-obra que necessita para seu desenvolvimento, se adequando ao contexto demográfico onde está inserido. Revendo essa proposição, poder-se-ia agregar que essas adequações aconteceriam também segundo os contextos produtivos, do

¹⁰ Cabe ressaltar que essa passagem de um tipo de mobilização a outra não é linear, sendo possível observar momentos de retrocesso, onde volta a se manifestar a mobilização exógena.

padrão de acumulação e das crises econômicas inerentes a esse modo de produção.

O pós Segunda Guerra Mundial daria o toque final a essa etapa da mobilização. Primeiro, com o recrudescimento do êxodo rural e, nos anos 1960, com a imigração estrangeira. A atração exercida sobre esses segmentos populacionais atestava a necessidade da mão-de-obra por parte do capital¹¹. Já naquela época, uma questão que se colocava era em que medida estava-se falando em recrutamento externo, dado que essa força de trabalho saía de espaços inseridos em relações de produção capitalista (GAUDEMAR, 1981).

As circulações afetavam cada vez mais uma parcela maior da população, estando esses movimentos submetidos a um processo sistemático de institucionalização. Ao mesmo tempo em que a mobilidade passava a ser regra, o capital contemporâneo definia as formas de sua codificação, destinada a racionalizar seus trajetos individuais, assim como suplantar as territorializações seculares. Já para o trabalhador, a mobilidade geográfica, sinal de sua autonomia profissional anterior, é vivida e sentida, mais à frente, como um fenômeno heterônimo, como uma mobilidade sofrida (GAUDEMAR, 1981). Aqui, mais uma vez, surge o capital, mobilizando e determinando quais os espaços mais favoráveis à sua acumulação. A alternativa a isto seria a imobilização.

Esse modelo de intensa mobilização de força de trabalho, fundado em três grandes condições históricas¹², se esgota quando o padrão de acumulação fordista entra em crise e, segundo a hipótese adotada nesta pesquisa, vai assumir nova forma no modo de acumulação flexível, com todos os seus reflexos na regulação da economia, relações de trabalho e política.

¹¹ O autor falava especificamente da experiência franco-européia.

1.2 O debate entre as correntes teóricas

O debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório, por muito tempo, dividiu-se entre o aporte neoclássico e o estruturalista. Entre aqueles que se filiam à primeira abordagem encontra-se o clássico artigo de Lee (1980), que foi elaborado na perspectiva da teoria da modernização. Do outro lado, encontra-se como uma das mais importantes contribuições, sobretudo a respeito das migrações internas nos países em desenvolvimento, o artigo de Singer (1980), que segue a linha histórico-estruturalista.

Wood (1982), também discute essas duas perspectivas teóricas, apontando o eixo central de cada uma delas, bem como, pontuando crítica às duas visões. Aqui se optou por fazer um contraponto entre as abordagens de Lee (1980) e Singer (1980).

No enfoque de Lee encontra-se o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento, decide se empreende ou não o deslocamento. Na base dos deslocamentos populacionais estaria o desenvolvimento econômico. Segundo esse autor, migração seria a

(...) mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna (LEE, 1980, p.99).

Na ótica de Singer, o fenômeno migratório é social, assume a dimensão de classe social, que estaria respondendo aos processos sociais, econômicos e políticos ao migrar. Para o autor, "(...) as migrações internas são sempre

¹²Endogeneidade da (re)produção da força de trabalho, desenvolvimento dos processos de circulação do capital e recomposição permanente dos processos de produção.

historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980).

Lee propõe um esquema analítico que ele denominou de “fatores do ato migratório”, onde aparecem os fatores associados aos locais de origem e de destino, os obstáculos intervenientes e, por último, fatores pessoais. Para Singer, existiriam fatores de expulsão (subdivididos em fatores de mudança e de estagnação) e de atração.

Os fatores no local de origem, de Lee, seriam aqueles associados à decisão de emigrar, podendo ser positivos, negativos ou nulos. Esses pesos também seriam atribuídos ao local de destino. O saldo desses fatores, mediados pelos obstáculos intervenientes entre a origem e o destino, bem como pelos fatores pessoais, determinariam a decisão de migrar e o sentido do fluxo. Cabe ratificar que na raiz da questão central, norteadora da proposição de Lee, encontra-se o binômio modernização-desenvolvimento econômico. Para o autor, esta seria uma construção de fácil compreensão e aceitação.

Segundo Singer, o problema central estaria relacionado às desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho e gerando uma redução do nível do emprego. Com isso, expulsa camponeses e pequenos proprietários. Geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de estagnação – associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. Decorre daí uma pressão populacional sobre as terras, que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou

monopolizadas por grandes proprietários. Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo.

Para Singer, no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social. Por outro lado, os movimentos engendrados pelos fatores de estagnação levariam a uma maior dificuldade de inserção dos migrantes no local de destino, gerando, em alguns casos, uma re-emigração.

A abordagem de Lee, embora funcionalista, não é restrita temporalmente. Os quatro eixos propostos em seu quadro analítico podem ser implementados a qualquer tempo. Já a análise de Singer, mais robusta conceitualmente, é datada pela quadra da história onde os deslocamentos migratórios rural-urbanos eram predominantes.

Ultimamente, embora alguns pesquisadores¹³ reclamem da falta de produção inovadora no campo da Demografia como um todo e, em particular, na temática migratória, algumas contribuições têm surgido, no sentido de permitir uma reflexão sobre qual a melhor perspectiva para apreender a manifestação do fenômeno migratório.

Courgeau (1990) apresenta abordagens teóricas que tratam de objetivos e medidas desse fenômeno: i) a primeira trata a migração sob a ótica descritiva, semelhante aos registros censitários, derivando estimativas de taxas de migração; ii)

¹³ Entre esses pesquisadores pode-se citar Canales (2001), Courgeau (1990), Massey et al. (1993), Domenach e Picouet (1995), Faist et al. (1997),

a segunda trata de investigar como a migração pode modificar o comportamento futuro dos indivíduos. Aqui a migração é vista como variável independente, como as demográficas, sociais e econômicas; iii) a terceira considera a migração como uma variável dependente dos fatores que levam o indivíduo a migrar. Há o reconhecimento de que não se pode tratar a migração apenas como se fosse um modelo matemático, com variáveis independentes e/ou dependentes, mas sim como um processo que envolve outras dimensões da vida do ser humano.

É importante o ponto de vista que busca compreender o fenômeno migratório mais além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas. Como também é salutar observá-lo como processo, mas não apenas àqueles restritos ao indivíduo, mas também aqueles que envolvam os grupos sociais; a sociedade onde esses grupos vivem e se reproduzem.

De acordo com Simmons (1991), os estudos sobre deslocamentos populacionais desde muito vêm despertando o interesse de várias áreas do conhecimento, sendo, portanto, enfocados com base em diversos olhares. Todavia, essas abordagens estariam gerando um paradoxo: os estudos derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia estenderam seus domínios de interesse, cobrindo um leque amplo de padrões históricos e contemporâneos dos movimentos de população. Contudo, os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais, parecendo serem incapazes de integrar as diversas formas de manifestação do fenômeno migratório, ambientes históricos e perspectivas disciplinares.

As teorias produzidas sobre migração estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico, tanto aquelas ancoradas na teoria da modernização quanto aquelas no enfoque estruturalista. Ademais, essas teorias

estavam centradas nos grandes deslocamentos populacionais, como a urbanização e as migrações internacionais. Hoje estaríamos vivendo um mundo de estruturas pós-industriais, onde os circuitos dos movimentos já estariam dados, sobre a base de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas numa economia mundial (SIMMONS, 1991).

Parece fazer sentido que a crise verificada na produção teórica sobre a temática migratória resulta, em parte, da utilização de instrumentais e referenciais teóricos fundados no paradigma de acumulação fordista, que não dão conta de apreender as mudanças que estão ocorrendo no processo de transição no padrão de acumulação do capital. Por outro lado, pensar que o espectro dos movimentos populacionais já esteja estabelecido num sistema determinado pela economia mundial deixa escapar uma gama importante dos deslocamentos de população, sobretudo, as movimentações internas verificadas nos países em desenvolvimento, em especial aquelas dos grandes centros urbanos para as médias e pequenas cidades. Esses deslocamentos não necessariamente estariam subordinados ao processo de globalização, uma vez que esses movimentos responderiam à lógica de inserção econômica interna da região/país, sem estarem ligados aos circuitos do capital internacional.

Todavia, há que se ter em mente que numa fase de transição coexistirão processos antigos e novos na ocorrência do fenômeno migratório, o que possibilitará a percepção de formas novas e a utilização de ferramentas atuais na interpretação das manifestações antigas. Os novos fenômenos podem ser realmente novos ou terem se tornado evidentes à luz de novas preocupações e concepções (SIMMONS, 1991).

Para Simmons (1991), a crise na produção teórica sobre a migração se caracterizaria pela heterogeneidade, uma competição de termos e aproximações diferentes¹⁴.

Cada tradición de investigación concentra sus esfuerzos en sus temas favoritos y en los procesos de migración relacionados con ellos, los cuales están frecuentemente fundamentados en regiones geográficas y períodos históricos específicos de particular importancia para el enfoque en cuestión (SIMMONS, 1991, p. 8).

Simmons (1991) faz uma repartição entre dois períodos analíticos: i) de 1850 a 1960, com as teorias e investigações fazendo menção ao crescimento econômico; e ii) momento atual, no qual as pesquisas mais recentes têm dado maior atenção às migrações em ambientes de transformações tecnológicas e sociais, mesmo onde o desenvolvimento econômico é incipiente ou estancado. Nos países desenvolvidos voltou-se para a circulação e descentralização em função das mudanças na estrutura econômica, mais direcionada para os serviços e expansão dos sistemas de transportes e comunicações.

As migrações estariam definidas em termos tão amplos que, por eles mesmos, poderiam estar incluindo toda uma gama de fenômenos, muito distintos entre si. Possivelmente nenhuma explicação daria conta de abarcar a todos. Assim, a solução viável seria o uso de tipologias descritivas, de modo a isolar o fenômeno e interpretá-lo no marco da análise que se ajuste a cada caso específico (SIMMONS, 1991).

Domenach e Picouet (1995) também reivindicam maior clareza nas abordagens que tratam do fenômeno migratório, destacando aspectos relacionados

¹⁴ No Brasil, especificamente, essa opção parece clara. Basta verificar os Anais mais recentes do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, onde a temática migração é discutida. Cada vez mais, os pesquisadores colocam suas lentes sobre níveis espaciais mais desagregados, e em muitos casos, o local não aparece articulado com as demais escalas.

aos conceitos e à realidade social¹⁵. Todavia, reconhecem que na atual conjuntura a análise migratória tende ao pluralismo das teorias e métodos.

Ainda de acordo com os autores mencionados acima, as migrações refletiriam as mutações em nossas sociedades e as tensões que elas sofrem. Assim, poder-se-ia pensar que as modificações nos modos de produção, por um lado, e nos padrões de acumulação do capital, por outro, poderiam engendrar as tais mutações e tensões, que se refletiriam nos processos migratórios.

Massey et al. (1993), tratando das migrações internacionais, seguem na linha de que não haveria uma formulação teórica coerente para tratar esses tipos de deslocamentos populacionais. Embora estejam enfocando os movimentos externos de população, esses autores contribuem para a reflexão quando analisam a contribuição de cada abordagem, que não deixam de guardar relação com a migração interna.

A questão seria apreender o “quê” dá início ao movimento migratório internacional. Assim, para os neoclássicos, seriam os diferenciais das condições de salário e emprego entre as áreas, assim como os custos da migração. A decisão de migrar estaria no âmbito individual e visaria à maximização da renda. Segundo a nova economia da migração, seriam os contrastes nas variedades de mercado, não só no mercado de trabalho, e a decisão de migrar se daria no âmbito do domicílio/família, visando minimizar os riscos para a renda da família. As teorias sobre mercado dual e sistemas mundiais ignoram os processos de decisão no micro-nível, focando apenas as forças que operam num nível de agregação maior. Os primeiros enxergam a migração como conseqüência da economia industrial moderna

¹⁵ Como realidade social os autores entendem as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que estariam presentes no processo migratório.

e os últimos como decorrente dos processos de globalização e penetração dos mercados além das fronteiras nacionais (MASSEY et al, 1993).

Se a pergunta gira em torno do “quê”, caberiam questionamentos às correntes neoclássicas e da nova economia da migração, bem como à corrente dos mercados duais e sistemas mundiais. Aos primeiros seria importante refletir a respeito do processo que antecedeu o momento onde o indivíduo, isoladamente, ou em família, obtém maximização da renda. Em muitos casos não se trata de maximizar, mas sim, obter algum meio de sobrevivência. Às outras correntes de pensamento, falta expor claramente o que teria desencadeado “a moderna economia industrial” (poder-se-ia dizer “a moderna economia de serviços”) e o estágio da globalização, tal como é percebida nos dias de hoje. Na abordagem da “nova economia da migração” a idéia de processo mais geral fica relegada a um segundo plano. No caso da teoria neoclássica, a plano nenhum.

Do ponto de vista das abordagens neoclássicas, embora a questão da produção de equilíbrio de oportunidades entre espaços e a decisão racional permaneçam como fundamentais, são observados alguns movimentos que deslocam a decisão para o grupo familiar, caso dos neoclássicos da macroteoria.

Na abordagem da “nova economia da migração” os mercados que regulariam a tomada de decisão não seriam apenas os de trabalho e renda; jogariam papel decisivo os mercados de seguro, capital, futuros e políticas sociais. Os fluxos de população só cessariam quando todos esses mercados estivessem equilibrados entre as áreas de origem e destino. Ainda dentro dessa abordagem, a tomada de decisão para empreender a migração estaria para além do âmbito indivíduo/família, levaria em consideração a articulação com a comunidade local, bem como dos mercados nos lugares de origem e destino (MASSEY et al, 1993).

Quer dizer, essas teorias avançam na direção de incorporar uma dimensão maior ao ato de deslocar-se; envolvendo famílias, comunidade e situação econômica no lugar de origem. Afastam-se um pouco do individualismo metodológico¹⁶, mas continuam acreditando que é possível, um dia, o modo de produção capitalista produzir equilíbrio entre espaços inseridos de modos distintos no processo de acumulação. Em outras palavras, alimentam a ilusão de que o sistema capitalista eliminará as desigualdades.

Massey et al. (1993), avaliando as teorias, afirmam estarem céticos quanto às abordagens que negam a importância das restrições estruturais sobre as decisões individuais e das teorias estruturais que negam a importância de indivíduos ou famílias. Mais que adotar um argumento teórico exclusivo, eles tendem a ficar na fronteira dos processos causais da migração, que podem operar em múltiplos níveis simultaneamente. As explicações mais úteis seriam empíricas, não apenas tarefas lógicas.

Faist et al. (1997) também focalizam os movimentos internacionais de população, e reclamam da falta de uma abordagem que proporcione uma melhor apreensão dos processos migratórios. Apresentam uma revisão e uma reconstrução das migrações Sul-Norte, com o objetivo de fazer uma junção intermediária entre as teorias neoclássica e estruturalista, que se daria por meio do aporte das redes sociais.

De acordo com Faist et al. (1997), a abordagem neoclássica estaria passando a incorporar dimensões políticas e religiosas no âmbito da tomada de decisão racional, à medida que, além de trabalhadores, as pessoas e/ou família e/ou grupo são eleitores, membros de grupos étnicos, religiosos ou perseguidos políticos. Os

¹⁶ Nesse tipo de abordagem a resposta para os processos migratórios seria obtida analisando-se o comportamento individual de cada pessoa envolvida nos movimentos populacionais.

autores citam um pesquisador, Harmut Esser, que adicionaria um terceiro elemento: oportunidades e restrições. Com isto, poder-se-ia tratar de um aporte “individualista estrutural”. Alguns sociólogos e antropólogos haveriam identificado que em muitos casos a decisão de migrar é tomada no âmbito da família, nuclear ou estendida, ou mesmo dentro da comunidade (FAIST et al., 1997).

Percebe-se um movimento dos revisores da teoria neoclássica no sentido de incorporar elementos da abordagem estruturalista, uma vez que parecem frágeis os argumentos de decisões racionais, sejam elas individuais ou no âmbito da família, quando algumas regularidades são observadas no seio da sociedade de emigração. A questão sobre o quê provocaria os desequilíbrios de mercados de trabalho e renda, os tais fatores positivos e negativos na origem e no destino, na teoria clássica de Lee, ou mesmo, os desequilíbrios nos outros mercados, como querem os teóricos da “nova economia da migração”, está presente. Em última instância, não haveria como desconsiderar a existência de fatores estruturais. O malabarismo teórico se direciona no sentido de superar as fragilidades da teoria neoclássica, num tipo de síntese impossível entre estrutura e sujeito (SOARES, 2003).

Para Faist et al. (1997), os teóricos neoclássicos deveriam atentar mais para as unidades sociais, tais como as famílias, e os estruturalistas deveriam enfatizar mais as redes sociais. Se os laços sociais fossem sistematicamente padronizados em redes e coletivos, seria possível um vínculo que relacionasse as abordagens. Isto porque as principais partes envolvidas na tomada de decisão de migrar seriam os indivíduos, coletivos e redes sociais de potenciais migrantes – famílias, domicílios, amigos, círculos de parentes, vizinhos, grupos étnicos, grupos religiosos, classes profissionais. Há um esforço para unir aportes que tratem os deslocamentos não apenas como sendo problemas de desorganização social, mas também como

estratégias para aumentar a renda do domicílio ou da comunidade. Sob esse ponto de vista, as redes sociais ganham relevância, pois atuam tanto em um aspecto quanto em outro.

Na visão desses pesquisadores, a proposta de os estruturalistas incorporarem as redes sociais em suas análises, aparentemente solucionaria o problema da deficiência na apreensão do fenômeno migratório. Contudo, a resposta sobre qual teria sido o fato gerador do movimento, parece ainda não ficar claramente respondida pelas redes sociais.

Tanto nos movimentos internos quanto nos internacionais, o papel das redes sociais no suporte e direcionamento dos fluxos migratórios é determinante. Mas se enfocamos o fenômeno do ponto de vista de processos, retratados aqui, desde a fase da acumulação originária, o argumento das redes como fato gerador dos deslocamentos não se sustentaria. A intermediação das redes sociais está clara em muitos dos processos de migração, mas colocá-las como determinantes carece de sustentação teórica e empírica. Massey (apud SOARES, 2003) assinala que “(...) as transformações estruturais nas sociedades de origem e destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sócias conferem a tais fluxos estabilidade (...)”.

Bilsborrow (1996) aponta como problema a falta de uniformização dos conceitos nos estudos migratórios, o que dificultaria a comparabilidade entre os mais diversos países, sobretudo, naqueles em desenvolvimento. Neste conjunto, estariam os conceitos sobre circularidade e pendularidade, formas de deslocamento que vêm ganhando expressão ultimamente. Este autor entende circularidade como o movimento no qual a pessoa, sem ter mudado de residência, em um período de

trinta dias, passe fora de casa a trabalho ou outras atividades. Já o conceito de pendularidade estaria restrito aos movimentos diários para trabalho e estudo.

De acordo com o ponto de vista de Bilsborrow, os movimentos circulares se dariam a partir de uma residência base, o que nem sempre é verdade, salvo que se estabeleça que a permanência por um mínimo de espaço de tempo em um determinado lugar caracterize este espaço como base para o novo deslocamento. Por outro lado, também é limitar muito a pendularidade a movimentos diários, que acabariam sendo restritos ao trabalho e estudo. É sabido que, em períodos um pouco maiores, são observados deslocamentos pendulares para acesso aos serviços de laser, saúde e comércio, entre outros.

Na proposta do referido autor, a melhor maneira de se captar o fenômeno migratório seria por meio de pesquisas amostrais específicas, dadas as restrições inerentes aos levantamentos censitários. Para se estudar os determinantes da migração, uma informação necessária seria relativa ao tempo no qual a decisão de migrar foi tomada. Ainda segundo Bilsborrow, esse tempo se daria num período curto, próximo à implementação do movimento. A comparação entre migrantes e não-migrantes, num mesmo local de origem, seria crucial para estabelecer o quê determina a migração (BILSBORROW, 1996). Aqui cabe destacar que essa opção faz parecer que são duas categorias dicotômicas, quando em realidade não são.

Embora a informação sobre a situação do indivíduo no lugar de origem no momento que antecedeu o deslocamento seja importante, sobretudo, quando o foco está direcionado à comparação entre o migrante e o não migrante nesse espaço, a opção analítica do pesquisador fica revelada, ou seja, a migração é entendida como um aspecto individual. Essa informação poderia ser mais bem aproveitada se

comparada com as diferentes inserções dos distintos espaços na economia e da inserção social dos indivíduos na origem e no destino.

Bilsborrow (1996) destaca o papel das redes sociais na promoção da migração, apresenta algumas restrições às abordagens neoclássicas, mas acaba por se render ao “consenso” de que a decisão de migrar ocorre no âmbito do domicílio.

Ramella (1995) aponta que a metáfora de rede social tem sido bastante empregada nos estudos migratórios, provavelmente para se contrapor ao enfoque estruturalista, tendo em vista que este tipo de abordagem prioriza os fatores de expulsão em detrimento das eleições feitas pelos migrantes no ato de migrar. A revisão dessa perspectiva tornaria o migrante um ator racional, perseguidor de objetivos e mobilizando recursos para alcançar suas metas. Esses recursos poderiam ser vistos como relacionais, com base em relações pessoais, que possibilitariam obter informações, direcionar o destino do fluxo, conseguir inserção no mercado de trabalho, etc.

Da forma como é apresentada por Ramella (1995), a utilização do conceito de redes sociais vai ao encontro do movimento de superação das lacunas da teoria neoclássica, uma vez que o núcleo central desse tipo de abordagem permanece intacto, ou seja, o aspecto da racionalidade. Racionalidade que agora estaria se manifestando não mais na solidão da decisão individual ou no seio da família, mas sim, na busca de relações pessoais que possibilitassem a maximização do sucesso no ato de migrar.

Para o pesquisador, o papel das redes sociais em relação às migrações teria mudado a partir do momento que se rompeu com o paradigma dos grandes movimentos populacionais em direção ao Novo Mundo, fruto da conjuntura

econômica catastrófica. Os indivíduos envolvidos naqueles deslocamentos acabariam perdendo sua identidade social ou de grupo. Com a derrubada desse paradigma, as migrações passariam a ser uma eleição dentro da estratégia de ascensão social. Assim sendo, os migrantes passariam a ser vistos com outros olhos pelos pesquisadores, dado que vínculos sociais passariam a assumir novos valores. Haveria uma mudança do enfoque que observava o sujeito sob a base socioeconômica ou da renda, para a ótica das relações pessoais, que vão delinear as redes sociais nas quais irão se inserir. No primeiro tipo, o migrante atua em função da maximização das suas vantagens, numa forma de racionalidade absoluta. No segundo, ele vai se mover em relação aos indivíduos com os quais está se relacionando, sendo sua racionalidade relativa (RAMELLA, 1995).

Interessante como a crise econômica, associada ao “problema demográfico”¹⁷, foi vista como catástrofe. Passada essa fase mais aguda, por assim dizer, as migrações parece que se desenvolvem num ambiente de pleno equilíbrio econômico, onde as desigualdades e assimetrias ou não existem ou são mínimas. . Então, os indivíduos se colocam a buscar estratégia para a ascensão social, de forma racional, é claro, mas agora por meio da “racionalidade relacional”.

Ramella (1995) ratifica que na noção de redes sociais estaria o condicionante da migração, sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino, mas lamenta que os estudos sobre as redes ainda continuem reféns do modelo que valoriza os fatores de expulsão e atração. Ou seja, estão na contramão do que propõem Massey et al (1993) e Faist et al (1997), que é justamente buscar a aproximação entre esses aportes teóricos.

¹⁷O “problema demográfico” derivou do excedente populacional observado na Europa naquele momento, que impulsionou fortemente os deslocamentos ultramarinos, o qual não foi levado em consideração na análise do autor.

Vainer (1998), ao confrontar as abordagens neoclássica e estruturalista, assinala que, para o pensamento neoclássico, a mesma lógica locacional da empresa seria utilizada pelos migrantes: tanto detentores de capital quanto os detentores de capital humano/força de trabalho, elegeriam o espaço onde maximizariam seus ganhos. O espaço seria o território de liberdade e a migração seria o movimento onde essa liberdade é exercitada.

A abordagem neoclássica privilegiaria o exame das motivações que fazem os indivíduos migrarem. Já no aporte estruturalista o que é enfatizado são os fatores explicativos e as determinações estruturais.

Neste caso, as motivações, quando levadas em conta, são tomadas como meras atualizações subjetivadas das determinações estruturais. Os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e script está inscrito na estrutura, em primeiro lugar, no mercado – particularmente no mercado de trabalho (VAINER, 198, p. 826).

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em conseqüência, suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações (VAINER, 1998, p. 828).

Uma outra crítica ao individualismo metodológico surge em Sayad (1995), quando ele aponta que o pensamento dominante está

(...) pronto a se satisfazer da observação empírica e do que esta lhe traz, mas do que da revelação de verdades escondidas – é levado a privilegiar o ponto de vista individualista: são indivíduos isoladamente que tomam, com toda a liberdade e segundo o que acreditam ser seu interesse, a decisão de partir; são eles que decidem, por si mesmos e por sua própria conta por quanto tempo vão ficar e, ao final deste período, decidem se lhes convém retornar.... Este ponto de vista, que se pode taxar de ingênuo, quando só a expressão do senso comum, revela, quando incorporado por certos homens de ciência, o princípio mais geral que está na gênese do que eles chamam individualismo metodológico, um pré-conceito de método consistindo a calar ou minimizar a parte que as estruturas objetivas, isto é, as relações de força presentes, assumem em todas as relações sociais (...) (SAYAD, 2000, p. 26).

As migrações da Europa para os EUA também se revestiam de características demográficas, sociais e econômicas, da mesma forma que as imigrações intra-européias: em grande medida, eram majoritariamente migrações de homens jovens que foram vender sua força de trabalho, sobretudo, nas indústrias, exploração de minas e transportes (SAYAD, 2000, p. 23). Esses deslocamentos estavam inseridos num escopo de processo social que levou aqueles homens e mulheres a empreenderem os movimentos ultramarinos, dimensão que está além de decisões racionais movidas pela percepção de que se era possível maximizar as condições de vida num outro continente.

Retornando à manifestação da liberdade no ato de empreender o movimento migratório, do ponto de vista marxista, a dupla dimensão da liberdade sob o domínio do capital se manifesta da seguinte forma: a primeira, tida como “positiva”, é a da livre circulação da força de trabalho; a outra, a liberdade “negativa”, se dá em função de estar despossuída dos meios de reprodução logo livre para circular em busca de compradores de sua força de trabalho, única mercadoria de que dispõem. Para tanto, longe de ser natural, essa mobilidade seria resultado de um longo e conturbado processo histórico (VAINER, 1998).

Para Sayad (2000), pensar o processo migratório é pensar o Estado, no caso das migrações internas, sobretudo, quando este cobre extensões territoriais continentais. Tratar tecnicamente a discussão sobre o fenômeno migratório seria como tornar técnico um processo social.

Sabe-se qual é o papel da “tecnicização” nesse assunto: “tecnicizar” um problema social, como se faz da imigração tornando-a um problema exclusivamente econômico, é despolitizá-lo, ou melhor, a-politizá-lo; é nisso que também consiste a naturalização dos objetos sociais (SAYAD, 1995, p. 22).

1.3 O reflexo do pós-fordismo no comportamento dos deslocamentos populacionais

Para tratar dos movimentos de população no pós-fordismo se faz necessário contextualizar previamente que passagem é essa, de um estágio do processo de acumulação do capital a outro, de modo a deixar transparecer elementos teóricos que sustentarão a tese aqui defendida. Para tanto, recorrer-se-á às abordagens que discutem esse momento de transição, combinando-as com outras que tratam mais especificamente da distribuição espacial da população, das novas formas de urbanização e das mudanças do comportamento das migrações.

Na ótica de Harvey (1992), estaria ocorrendo uma mudança abissal nas práticas políticas, econômicas, sociais, culturais, etc. que poderiam tratar da transição da modernidade à pós-modernidade, onde se estaria verificando a emergência de modos flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Assim, essas mudanças mais seriam transformações de aparência superficial do que sinais de surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.

O que havia de especial no fordismo era a visão de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho. Os movimentos populacionais, associados a essa etapa de desenvolvimento do capital, aparecem pela necessidade de produção e consumo em massa, bem como da rotatividade da força de trabalho, aspectos intrínsecos ao regime fordista, que geravam a migração e mobilizavam um exército industrial de reserva.

A crise do modelo fordista dos anos 1930 seria o exemplo da mobilização dos diversos Estados-Nações para buscarem arranjos políticos, institucionais e sociais

que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regular as condições de sua própria reprodução (HARVEY, 1992).

Cabe destacar o papel que desempenharam sindicatos e Estados para garantir o bom funcionamento do regime fordista, em especial, no sistema geral de regulação social, como apontava Gramsci (HARVEY, 1992). Assim, o fordismo do pós-guerra seria menos um sistema de produção em massa do que um modo de vida total.

No período do pós-guerra o fordismo se internacionalizou, face à imperativa necessidade de expandir os fluxos de comércio e investimento mundial. Esse movimento ocorreu de forma desigual em cada país, dependendo das relações internas e da posição hierárquica no cenário internacional. O processo de internacionalização do fordismo se deu numa conjuntura particular de regulação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica sob a hegemonia americana, baseada num sistema de alianças militares e relações de poder.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento, o fordismo não só não proporcionou suas emancipações e suas plenas integrações, como destruiu suas culturas locais, promoveu opressão e numerosas formas de domínio capitalista, em troca de ganhos pífios em padrão de vida e serviços públicos, salvo às elites nacionais.

Apesar de todos os problemas, o regime se manteve firme até 1973, quando uma sucessão de questões, como resistências culturais, baixa qualidade de vida e crise econômica começou a erodir o padrão de acumulação.

O fordismo dava sinais de enfraquecimento desde anos 1960: a queda de produtividade e de lucratividade deu origem a um problema fiscal nos EUA, sanado com aceleração da inflação, solapando o papel do dólar no cenário internacional.

Nessa mesma época, os países em desenvolvimento iniciam um movimento de ingresso tardio ao fordismo, com políticas de substituição de importações, ao mesmo tempo em que as multinacionais se dirigem para o estrangeiro, gerando uma onda de industrialização fordista em ambientes inteiramente novos. “O período de 1965/73 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 135).

A forte crise econômica associada à capacidade ociosa das corporações obrigou o ingresso num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, dando origem a inovações tecnológicas, automação, novas linhas de produto, dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil e fusões. Dessa forma, medidas para acelerar o giro de capital passaram ao primeiro plano, de modo a garantir a sobrevivência num quadro de profunda deflação.

Havia que se buscar novas saídas para a crise no processo de acumulação

Como é então que a “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção?” A resposta que Marx dá em *O Capital* é completa e convincente. As “leis coercitivas” da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem a lucratividade com relação à média social, levando os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho. A necessidade de manter o trabalhador sob controle na fábrica e de reduzir seu poder de barganha no mercado (particularmente sob condições de relativa escassez de trabalho e ativa resistência de classe) também estimula o capitalista a inovar. O capitalismo é, por necessidade, tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo (HARVEY, 1992, p. 102).

Ainda recorrendo a Marx, não teria ocorrido mudança radical nas condições sociais. Ao contrário, se identificariam mais semelhanças do que diferenças entre os dois estágios, sendo o segundo um tipo particular da crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico (HARVEY, 1992).

O modelo de produção fordista seria substituído então por um padrão de acumulação flexível, que é marcado:

(...) por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores quanto em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas () Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo”... os horizontes da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p. 140).

O mercado de trabalho passou por radical reestruturação. Face à volatilidade de mercado, ao aumento da competitividade e do estreitamento das margens de lucros, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis. Em resumo, reduzindo o emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

As economias de escala, buscadas na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura e uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. As economias de escopo derrotaram as economias de escala. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Toda essa transformação, que mantém a essência do domínio do capital, tem impacto sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização. Isto poderia estar gerando estratégias diferentes quando os indivíduos buscam

garantir a sua reprodução, incluindo, nesse escopo, as estratégias de mobilidade espacial.

Autores como Lipietz e Leborgne (1988) chamaram atenção para a supervalorização do papel das novas tecnologias na geografia humana e econômica. No caso das migrações internas no Brasil, deve-se ter alguma cautela ao associar a reestruturação produtiva como principal fator determinante das transformações observadas nos deslocamentos populacionais. Para os autores, não é a tecnologia nem as relações profissionais que modelariam diretamente o espaço, mas sim o modelo de desenvolvimento vigente. Sendo assim, não seria possível, com base nesse entendimento, deduzir o modelo de desenvolvimento das novas tecnologias.

Ainda relativizando o papel das novas tecnologias, os autores consideram que todo modelo de desenvolvimento, mesmo aqueles em crise, como o fordismo, deve se apresentar como a conjunção de três aspectos compatíveis: i) uma forma de organização do trabalho – paradigma industrial; ii) uma estrutura macroeconômica – padrão de acumulação; e iii) um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais – modo de regulação. Esses três aspectos deveriam estar associados a uma configuração internacional plausível. As novas tecnologias teriam um papel a desempenhar, mas não seriam o elemento determinante do novo modelo de desenvolvimento.

A era fordista se caracterizava por possuir convenções coletivas, de caráter compulsório, que tornavam o contrato salarial relativamente mais rígido, colocando limites à liberdade de demitir trabalhadores, relação completamente distinta daquela observada nos dias de hoje, onde a desregulamentação dos contratos busca justamente a flexibilização.

Enfim, as transformações no paradigma industrial não seriam suficientes para determinar quais seriam os próximos modelos de acumulação e regulação. A flexibilização no contrato de trabalho, onde o empregador pode contratar e demitir, a seu critério, seria um ataque definitivo ao “excesso de rigidez” do contrato de trabalho fordista, abrindo, deste modo, o caminho para um novo padrão de acumulação (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988).

Essa maneira de abordar o processo de transição de um modelo a outro acentua, em realidade, a dimensão do poder. Um poder hegemônico nas relações sociais exercido pela classe dominante, tendo o Estado como ente regulador dessas relações, que são essencialmente capitalistas. Em outras palavras, a regulação se dá em função da necessidade de garantir a acumulação do capital em condições mais favoráveis. Naquela quadra da história, em particular, viabilizando a superação da crise na qual se encontrava o modo de produção.

Harvey (1992) contribuiu com pistas para melhor compreensão do fenômeno, “seja qual for a explicação completa, para tratar da transformação das economias capitalistas avançadas a partir de 1970, seria preciso considerar cuidadosamente essa marcada transformação da estrutura ocupacional”. Para apreender o comportamento das migrações, a inserção ocupacional dos migrantes vis-à-vis a distribuição espacial das atividades econômicas seriam elementos de fundamental importância.

Cabe ressaltar que, nesse processo de transição, as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda a parte, o que também não ocorreu com o modelo fordista que as precedeu.

Essa “nova etapa” do desenvolvimento humano também é percebida na figura de uma metáfora que contrapõe as formas sólidas às líquidas. Esse olhar enxerga

as formas sólidas associada ao paradigma anterior, à modernidade e, analogamente, à rigidez do fordismo. Em contrapartida, as formas líquidas estariam vinculadas ao paradigma emergente, à pós-modernidade e à flexibilidade. O fluxo seria produto da pressão deformante, que por ser contínua e irrecuperável muda de uma posição a outra, ao passo que os sólidos não sofrem o fluxo e podem voltar à forma original. Essa seria a metáfora do estágio presente da modernidade. Os líquidos, ao contrário dos sólidos, por não manterem sua forma com facilidade não fixariam o espaço e nem prenderiam o tempo. Os sólidos, por sua forma mais rígida, teriam dimensões espaciais mais claras, mas, ao neutralizarem o impacto, diminuiriam o significado do tempo. Já para os líquidos, por não se aterem à forma, o tempo contaria mais do que o espaço. “O espaço seria ocupado só por um momento” (BAUMAN, 1999).

O olhar acima descrito revelaria a relação com a noção de compressão do espaço-tempo em Harvey (1992). Além disso, abstraindo-se a dimensão do poder, também presente nessa construção, a metáfora com a pós-modernidade apontaria para as transformações na organização da produção. Em outro sentido, também permitiria uma analogia com os deslocamentos de população, quando surge a idéia de que o espaço, nessa etapa de fluidez, seria ocupado só por um momento. Os movimentos circulares, com migrações de curta duração, e os deslocamentos pendulares poderiam ser produtos dessa nova ordem. “Associamos ‘leveza’ ou ‘ausência de peso’ à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves, com maior facilidade e rapidez nos movemos” (BAUMAN, 1999).

A modernidade teria sido o processo de liquefação desde seu começo, ou seja, fluida desde sua concepção. O espírito moderno passava emancipação da “mão morta”, rompendo com a rigidez do modelo anterior. Mas isto não seria feito

para acabar com todos os sólidos e instaurar um mundo novo, livre deles, mas sim, para criar novos e aperfeiçoados sólidos, estes últimos não mais alteráveis. Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estágio avançado de decomposição, e o desejo mais forte era descobrir ou inventar sólidos de solidez duradoura, solidez em que se pudesse confiar, fazendo o mundo mais previsível e administrável (BAUMAN, 1999).

Para Bauman (1999), isto teria instaurado uma nova ordem de poder, que ainda segundo ele, na visão de Weber seria a invasão e dominação da racionalidade instrumental e, na visão de Marx seria o surgimento do papel dominante da economia, a base da vida social outorgava a todos os outros domínios o estatuto da superestrutura. Uma questão que se coloca é: depois da fluidez do momento atual o quê viria em seu lugar? A fluidez também virá a produzir novos sólidos? Na esfera das migrações, isto significaria voltarmos a conviver com correntes migratórias volumosas? Com permanências maiores nos locais de destino?

Pode-se partir do princípio de que esse rompimento com os processos de rigidez não teria resultado em violência física, via ditadura, opressão, colonização, etc., mas sim em derretimento radical daquilo que aprisionava e limitava as liberdades individuais de escolha e ação, resultando na desregulamentação, liberalização, descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e de trabalho, tornando o peso dos impostos mais leve (no caso das economias avançadas) (BAUMAN, 1999). Neste caso, poder-se-ia concordar com o resultado do processo de transformação, mas não pareceria certo que os indivíduos passaram a ter mais liberdade de escolha. Muitos se tornaram imóveis e outros simplesmente foram compelidos à fluidez.

As novas tecnologias cumpriram um papel facilitador dos deslocamentos, onde todos os limites à velocidade do movimento poderiam ser transgredidos. Isto valeu para bens, capitais, mercadorias e pessoas, embora essas últimas tenham que utilizar de toda sua fluidez para transpor as barreiras que encontram.

Arquimetáfora do poder moderno, o Panóptico, sistema de controle de internos presos a um lugar onde podiam ser observados e impedidos de qualquer movimento, confinados entre muros grossos e fixados é perfeito como paradigma do modelo fordista. “O domínio do tempo era total por quem detinha o poder. Eles negavam movimento e rotinizavam o ritmo dos internos. Contudo, os rotinizadores não eram completamente livres para mover-se” (BAUMAN, 1999). O rompimento com o fordismo foi dar liberdade aos rotinizadores, àqueles que detêm o poder de levar seu empreendimento onde desejarem, flexibilizando produção e descentralizando a administração. A fala sobre novos tempos, seja com qual adjetivo for, está associada ao fato de que longo esforço para acelerar a velocidade do movimento chegou ao seu limite natural. O poder se tornou extraterritorial (BAUMAN, 1999).

A era da superioridade do sedentarismo sobre o nomadismo estaria chegando ao fim. No momento de fluidez da modernidade, a maioria assentada estaria sendo dominada pela elite nômade e extraterritorial. A outra parcela nômade estaria sendo compelida a fluir em busca da venda de sua força de trabalho. Na parte assentada, muitos desejariam ser nômades, mas o sistema não permite, pois estão excluídos da fluidez (BAUMAN, 1999).

Ainda pensando a transição do fordismo para um novo padrão de acumulação, uma interpretação da crise dos 1970/80 apontaria que os investimentos de inovação e o progresso técnico teriam atingido sua fase de maturação. As causas

exógenas, crise do petróleo e das matérias-primas, agravaram a situação e precipitaram a necessária adaptação estrutural. A crise do fordismo não teria em sua origem uma causa única, mas dois fatores desencadeadores que se sobre determinam: as causas internas, a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente pelo lado da oferta, e as causas externas, internacionalização econômica, que compromete a gestão nacional da demanda (BENKO, 1996).

A saída do regime anterior teria se dado em função da necessidade de se restaurar as condições de valorização, sem que fossem solapadas as bases de realização. Como a reprodução da força de trabalho é parte integrante e quantitativamente importante do circuito do capital, as relações salariais deveriam tentar internalizar o caráter fundamentalmente contraditório desses dois “imperativos”. Assim, as estratégias capitalistas de racionalização/flexibilização remodelariam a totalidade das práticas de socialização fordista. Daí uma ruptura, parcial, gradual, menos marcada nos fatos que nos discursos (BENKO, 1996).

A crise do fordismo poderia ser enxergada como aprofundamento das relações capitalistas, seria a destruição dos quadros de reprodução social em vigor, por meio de um processo de desintegração social sob a hegemonia da classe capitalista, a classe do enquadramento capitalista e largas camadas da pequena burguesia intelectual e técnica. A materialização desse processo se deu, entre outros aspectos, por meio da eclosão e a recomposição do mundo do trabalho, que teriam marcado essa transição de contornos incertos (BENKO, 1996).

O ímpeto modernizador desse novo período remodelaria o mercado de trabalho. Se no período de crescimento fordista a venda da força de trabalho estava ligada a certa cidadania, o impulso de desregulamentação visa justamente ao contrário: a banalização dessa mercadoria, portanto, sua despolitização, sua

redução a uma ordem de troca contratual, estruturalmente demasiado tímida para confessar a dimensão política oculta da força de trabalho e da sua consumação (BENKO, 1996). Essa passagem do trabalho com certas “garantias” e status para algo mais transitório e menos cidadão, sem dúvida haveria de impactar as estratégias de venda de força de trabalho, em particular, as associadas à mobilidade espacial, sobretudo, ao se observar a flexibilidade da mão-de-obra, por meio de reciclagem de pessoal, redefinição de tarefas e pelo o redesdobramento dos trabalhadores. A outra forma de flexibilidade estaria associada à mobilidade do emprego ou ao custo da mão-de-obra. A mobilidade dos trabalhadores seria empregada na mudança entre empresas, profissões e regiões.

A globalização/mundialização seria o espaço do capitalismo pós-moderno, fruto do processo de expansão global da relação social da produção capitalista. Essa forma autenticamente global do capital se daria em função de três modos, analiticamente distintos, de existência da internacionalização da acumulação: o capital comercial, financeiro e produtivo, o último modo primando sobre os outros (BENKO, 1996). Trata-se de boa contra-argumentação para as abordagens que enxergam a globalização como fator explicativo isolado do processo mais geral de renovação da acumulação capitalista, mas não como um de seus elementos.

O caráter polarizante do sistema capitalista mundial se fortalece, exprimindo o peso político-estrutural cada vez mais determinante da apropriação da força de trabalho pelo capital em escala planetária. Isto expressaria o processo de concentração e centralização do capital global, por meio da descentralização-disseminação dos espaços e cadeias de produção e do desenvolvimento de estruturas eficazes de coordenação e controle.

A abordagem de Benko (1996) parece bem instigante. A apresentação da relação capital-trabalho, em suas novas formas de dominação, a convivência de modelos de acumulação distintos, a inserção das atividades produtivas no espaço, e o papel daquilo que tratou como globalização/mundialização, passa a dimensão de como esses processos poderiam estar afetando a mobilidade espacial da força de trabalho.

Embora enfocando o processo de dualização e segmentação social das cidades, sobretudo, das chamadas cidades globais, à luz das transformações econômicas advindas dos processos de reestruturação produtiva e globalização, bem como das abordagens teóricas que buscam dar conta desses fenômenos, Prêteceille (1998) aporta com uma importante contribuição ao debate. Ao tratar dessas questões, o autor ilumina e traz elementos para a discussão sobre os deslocamentos populacionais que se processam sob as mesmas transformações dos tecidos econômicos, social e cultural.

A questão da hegemonia econômica seria tanto mais aguda quanto se afasta do modelo de acumulação fordista de execução passiva do trabalho, para se aproximar do “consentimento ativo” dos dominados. Concordando com Benko (1996), assinala que as divergências entre as abordagens teóricas reforçam que a globalização econômica (seja ela financeira ou industrial) não pode ser considerada como processo de definição clara e conclusiva sem ambigüidades (PRÉTECEILLE, 1998).

A reestruturação produtiva, derivada do novo padrão de acumulação, provocaria transformações importantes e rápidas na estrutura da mão-de-obra, tanto em termos de condições de emprego quanto de localização geográfica

(PRÉTECEILLE, 1998). Esses fatores afetariam de forma decisiva as estratégias de reprodução que levassem em conta a mobilidade geográfica.

Ao contrário de Lipietz e Leborgne (1988) e Harvey (1992), que destacam a dimensão do poder no processo de transição, Castells (1999) enfatiza o papel das tecnologias e do conhecimento. Entretanto, assim como Harvey (1992), ressalta a importância da estrutura ocupacional. “Em qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistêmica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, da composição das categorias profissionais e do emprego.” (CASTELLS, 1999, p. 224).

Todavia, em sua abordagem não fica de fora a nova forma como o capital se relaciona com o trabalho. Ao resgatar estudos dos anos 1980, sobre a interação entre transformação tecnológica e reestruturação capitalista, Castells (1999) assinala que esses mostraram que as tecnologias foram introduzidas mais para economizar mão-de-obra, submeter os sindicatos e reduzir custos. Portanto, não tinham como prioridade melhorar a qualidade ou aumentar a produtividade por meios que não fossem a redução do quadro funcional.

Ainda na linha da relação capital-trabalho no novo padrão de acumulação, o surgimento dos métodos de produção enxuta seguiria de mãos dadas com as práticas empresariais reinantes de subcontratação, terceirização, estabelecimento de negócios no exterior, consultoria, redução do quadro funcional e produção sob encomenda. A mobilidade da força de trabalho diria respeito tanto a trabalhadores não qualificados quanto a qualificados. Esse processo de transição histórica para uma sociedade informacional e uma economia global seria caracterizado pela deterioração generalizada das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. A nova vulnerabilidade da mão-de-obra sob condições de flexibilidade

imoderada não afetaria apenas a força de trabalho não-qualificada, mas também aos qualificados, devido ao encurtamento do período de vida profissional.

O modelo predominante de trabalho na nova economia baseada na informação é o modelo de uma força de trabalho permanente formada por administradores que atuam com base na informação e por aqueles a quem Reich chama de “analistas simbólicos” e uma força de trabalho disponível que pode ser automatizada e/ou contratada/demitida/enviada ao exterior, dependendo da demanda do mercado e dos custos do trabalho. Além disso, a forma de organização empresarial em rede permite a terceirização e a subcontratação como modos de ter o trabalho executado externamente em uma adaptação flexível às condições do mercado. Entre as várias formas de flexibilidade, análises corretas distinguiram a flexibilidade em salários, mobilidade geográfica, situação profissional, segurança contratual e desempenho de tarefas (CASTELLS, 1999, p. 292).

O espaço e o tempo seriam vistos como as principais dimensões da vida humana. No novo padrão de acumulação, o espaço organizaria o tempo, naquilo que ele denomina “sociedade em rede”. Do ponto de vista da produção, por meio de uma rede de interação, os meios de inovação competiriam e cooperariam em diferentes regiões, superando a descontinuidade geográfica. O novo sistema industrial não seria global nem local, mas uma nova articulação da dinâmica local e global. As megacidades estariam conectadas com as redes globais e segmentos de seus países, mas completamente desconectadas das populações locais responsáveis por funções desnecessárias ou pela ruptura social (CASTELLS, 1999).

A maior parte da força de trabalho não circularia pela rede, mas tornar-se-ia dependente da função, evolução e comportamento de outros segmentos da rede. O resultado é um processo de interdependência hierárquica, segmentada da força de trabalho, sob o impulso dos contínuos movimentos das empresas nos circuitos da sua rede global. Não haveria um mercado de trabalho global unificado, mas uma interdependência caracterizada pela segmentação hierarquizada da mão-de-obra, não entre países, mas entre fronteiras.

Pode-se levar em consideração a bipolaridade da força de trabalho na atual etapa do desenvolvimento econômico, que demanda trabalhadores altamente

especializados e semi-qualificados e a estratégia do capital, global e regional, de buscar espaços onde a mão-de-obra fosse mais barata e não houvesse restrições ambientais. Neste caso, poder-se-ia inferir que, se adicionarmos a inserção ocupacional da mão-de-obra e a articulação entre espaços às dimensões do poder, inovação tecnológica, território e relações de trabalho, esse conjunto de fatores estaria diretamente associado às formas como se comportam as migrações nos dias de hoje, em 2008, sejam as de caráter interno ou internacional.

No estágio atual de desenvolvimento capitalista, seu processo de acumulação, estaria degradando o trabalhador como ser político, como sujeito da história, porque perde o poder de reivindicação. A grande perda da classe trabalhadora no mundo inteiro é a perda ou atenuação de direitos conquistados em mais de cem anos de luta social. Ainda nos dias de hoje, em 2008, compram-se e vendem-se trabalhadores. Quando se trata da mobilidade, subjacente à palavra migração existiria uma preocupação maior com o problema social associado a ela. Nem todos os migrantes seriam “um problema social”, mas nas migrações estaria envolvido, sem dúvida, um problema social, que reside na dificuldade de inclusão do migrante, na forma patológica de sua inclusão (MARTINS, 2003).

Ou seja, no atual modelo estariam recrudescidas as relações de poder/dominação, além do agravamento do problema social associado à exclusão. Estaria sendo gerado um novo tipo de desigualdade: entre os plenamente incluídos e aqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas. A sociedade capitalista atual estaria recriando uma estrutura social baseada em princípios estamentais (MARTINS, 2003). Mesmo de

forma subalterna, alguns conseguem se inserir como produtores/consumidores de mercadorias, ao passo que a outros nem isso é permitido.

Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar a outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra no interior da sociedade. (...) Entendo que, ao invés de pensarmos prospectivamente o milênio e sobretudo o fim deste milênio, talvez seja o caso de começarmos a repensar as migrações além de sua dimensão territorial e demográfica. Talvez devamos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano quando esses processos ocorrem em sociedades que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida como a nossa (MARTINS, 2003, p. 135).

A desregulamentação universal, onde a desatada liberdade concedida ao capital e às finanças à custa de todas as outras liberdades, o despedaçamento das redes de segurança socialmente tecidas e societariamente sustentadas e o repúdio a todas as razões não econômicas, deram um novo impulso ao implacável processo de polarização, outrora detido pelas estruturas legais do bem-estar, dos direitos de negociação dos sindicatos e da legislação do trabalho. Nenhum emprego é garantido, nenhuma posição é inteiramente segura, nenhuma perícia é de utilidade duradoura; a experiência e a prática se convertem em responsabilidades logo que se tornam haveres (BAUMAN, 2001). Aqui, mais uma vez aparece a questão da desregulação, que afeta diretamente a força de trabalho, sua relação com o capital, e, por conseguinte, a dimensão de sua mobilidade.

A mudança do paradigma de acumulação teria afetado as ocupações, surgindo as seguintes indagações: Como poderia alguém se preparar para a vocação da vida, se habilidades laboriosamente adquiridas passam a ser dívidas um dia depois de se tornarem bens? Quando profissões desaparecem sem dar notícias e as especialidades de ontem são os antolhos de hoje? E como se pode fixar e separar um lugar no mundo se todos os direitos adquiridos não o são senão até a segunda ordem, quando a cláusula da retirada à vontade está escrita em todo o contrato de parceria. O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de

produtos disponíveis projetados para a imediata obsolescência. “O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o solicitam (...)” (BAUMAN, 2001, p. 114). Surgem as dimensões da incerteza, da intensificação da mobilidade, no sentido de se adequar às novas necessidades do capital, da política no processo de novas formas de regulação da relação capital – trabalho. A combinação dessas dimensões estaria determinando a (i)mobilidade dos indivíduos.

Até bem pouco tempo, o modelo socioeconômico dominante levava a movimentos espaciais fundados na idéia de fixação de residência, ou seja, os deslocamentos eram considerados como definitivos nos locais de destino.

Hasta una época reciente, el modelo socio-económico dominante se fundaba en la permanencia de la residencia única. La tipología de los desplazamientos se resumía así: su número era limitado y, salvo ciertas excepciones, toda nueva instalación estaba considerada como definitiva (DOEMENACH e PICOUET, 1990, p. 51).

O modelo regulatório das relações de trabalho estava baseado em níveis de estabilidade maior. Não se pode perder de vista o ideal fordista de “se fazer carreira dentro da empresa”, de o empregado poder consumir a mercadoria que produzia na fábrica e ainda, num tempo mais remoto, as vilas operárias. Ao se alterar a forma de regulação se quebra o sentido de permanência e parcela importante dos deslocamentos populacionais passa a assumir outras características.

Considerando a nova dinâmica dos fluxos migratórios internacionais, Sassen (1988) percebe que essas mudanças ocorrem justamente no momento de transformação do modelo de acumulação¹⁸, com significantes alterações na magnitude e composição dos fluxos de investimentos globais, e que esse processo engendrou um período de fluxos migratórios massivos.

¹⁸ A autora estava se referindo aos meados da década de 1960.

Uma das mudanças no comportamento dos movimentos internacionais na “era pós-fordista”, estaria associada ao fato de que agora as trocas populacionais entre países poderiam se dar a partir do momento que passassem a estabelecer relações comerciais, militares e investimentos de capitais. Deste modo, não só nações em desenvolvimento seriam as origens dos principais fluxos migratórios. Para tanto, cita o caso da circulação de mão-de-obra entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos, onde o primeiro país contribui com uma das mais altas taxas de imigração nos EUA (SASSEN, 1988).

A migração de força de trabalho poderia estar associada aos novos processos de produção, sejam industriais e agrícolas, geradores de novas estruturas de trabalho. As transformações tecnológicas e ascensão das atividades financeiras e de serviços estariam colaborando para essa nova conformação do fenômeno migratório (SASSEN, 1988). Nesse aspecto, observa-se uma convergência com a abordagem de Harvey, no sentido que o surgimento de novas ocupações poderia ajudar a entender as mudanças no padrão de acumulação e as trocas migratórias.

1.4 Algumas considerações

A dimensão trazida por Sayad (2000) resgata o fenômeno migratório como processo social, que vai além do econômico, do político e do cultural; aciona o papel do Estado, de certo modo, acionando a questão do poder, apontada por Vainer (1998). Vai ao encontro da argumentação aqui postulada, ou seja, a mudança do padrão de acumulação, resultante do processo de acumulação do capital influenciaria o comportamento dos deslocamentos populacionais, não apenas pelo seu viés econômico, mas pela sua penetração nas várias esferas da vida social.

Sem dúvida, a produção teórica sobre os deslocamentos populacionais, ao longo dos anos noventa, deparou-se com o desafio de buscar a melhor apreensão do fenômeno. Muitos dos autores mencionados constatavam a falta de produção científica que lograsse dar conta dessa compreensão. Um segmento se lançou na formulação de sínteses entre as correntes teóricas neoclássica e estruturalista. Alguns reconheciam não ser possível utilizar referenciais e instrumentais teóricos fundados no paradigma fordista, dado que o mundo experimentava um momento de transição para outro padrão de acumulação.

Certa “perplexidade teórica” frente às mudanças na forma como os movimentos internos de população passaram a se manifestar, também foi percebida no Brasil.

A opção pela busca da síntese entre liberdade do sujeito e determinismo das estruturas indica certo grau de reconhecimento da fragilidade da abordagem neoclássica, à medida que caminha para incorporar outros atores no momento da decisão de migrar, passando a acionar o papel da família, da comunidade e das redes sociais. Ademais, passam a reconhecer a importância de fatores estruturais como elementos fundamentais na motivação do movimento migratório. Para alguns (Massey et al. e Faist et al.), as redes sociais seriam o elo de união entre as duas abordagens, por preservar a dimensão da racionalidade decisória, bem como, se mover no sentido de proporcionar ao migrante sua inserção locacional e no mercado de trabalho, atuando, portanto, no âmbito da estrutura.

A alternativa da síntese parece não ser a mais adequada para apreender o fenômeno. No estágio atual do processo de acumulação do capital, o padrão de fluxos na direção dos grandes centros urbanos, nos movimentos internos, ou a distinção clara, observada no período posterior ao pós-guerra, de países de

emigração e outros de emigração, já não prevalecem. Sejam os fatores positivos e negativos, da teoria neoclássica, sejam determinações estruturais, não explicam nem os movimentos internacionais nem os deslocamentos internos: um mesmo espaço, numa intensidade bem parecida, aparece como área de atração e expulsão migratória. Casos de Irlanda, Holanda, e Itália (CARDOSO, 2002), ou do Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando a transição entre os padrões de acumulação, demonstrou-se que os pesquisadores assinalam que não obstante as inovações tecnológicas, a intensificação da globalização, a ascensão das atividades de serviço, em especial os financeiros, fundamentalmente ocorreu a desregulamentação das normas de trabalho, ou seja, a relação capital-trabalho se alterou profundamente, emergindo desse processo a flexibilização e precarização da força de trabalho. A dimensão do poder seria mais uma vez acionada, à medida que essa (des)regulação contou com a contribuição decisiva do Estado na edição de normas, seguindo o modelo conhecido como neoliberalismo. Ainda mais inferiorizado no novo modelo de relação com o capital, o trabalhador é instado a rever suas estratégias de reprodução, incluindo entre essas a sua mobilidade geográfica, que passaria a se dar em outros patamares, agora ainda mais coberto de incertezas.

Outra dimensão destacada para melhor apreender a estratégia da mobilidade é observar a distribuição espacial das atividades produtivas e a inserção ocupacional do trabalhador migrante.

Tendo por base as abordagens discutidas anteriormente, chegou-se aos fundamentos que norteiam essa pesquisa: i) o entendimento de que, majoritariamente, os deslocamentos de população correspondem à mobilidade da força de trabalho, na sua capacidade de se colocar como um movimento em busca

de comprador, visando assegurar sua reprodução; ii) percebendo que se trata de relações sociais sob domínio do capital sendo necessário, portanto, entender o padrão de acumulação vigente. Isto não significa a negar: a dimensão da violência, que engendra os deslocamentos compulsórios (VAINER, 2001); o papel das redes sociais, que em algumas situações, sobretudo na escala das migrações podem ser indutoras desses movimentos internacionais (MASSEY, et al, 1993, FAIST et al, 1997 e SOARES, 2003); e de outras motivações, como busca por melhor qualidade de vida, educação e saúde, que, do ponto de vista aqui adotado, levam, em menor escala, aos deslocamentos populacionais.

Assim, o caminho parece ser o de incorporar ferramentais teóricos à luz do novo paradigma de acumulação do capital¹⁹, que, ao que tudo indica, estarão associadas à compreensão da forma como o capital se organiza para acumular. Isto, por sua vez, vai determinar as formas como os espaços vão se inserir no novo modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, a mobilização que farão da força de trabalho. Para tanto, será tomado como exemplo o caso do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta uma volatilidade marcante nos processos migratórios, seja em relação às demais Unidades da Federação, seja nas trocas entre a Região Metropolitana e o interior do estado. Tal volatilidade materializa-se naquilo que se caracteriza como rotatividade migratória, resultante da resposta dos deslocamentos de população às novas formas de mobilização.

¹⁹ Deve ser levado em consideração que, por se tratar de período de transição, observar-se-ão a coexistência de processos que se inserem no padrão anterior.

2. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE NO RIO DE JANEIRO

Este capítulo pretende relacionar os processos de mobilidade espacial no Rio de Janeiro com suas etapas de desenvolvimento econômico, destacando como esse espaço, que viria se transformar no estado fluminense, se inseriu em cada um desses momentos. Buscará também associar esses processos ao movimento mais geral de inserção da economia brasileira nos padrões de acumulação do capital vigentes.

Para isto, é precedida por um breve resgate histórico da formação atual do estado do Rio de Janeiro e da sua liderança econômica e perda de hegemonia para São Paulo, destacando o período nacional desenvolvimentista e culminando com a crise dos anos 1980.

2.1 A constituição do atual estado do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro concentrou riqueza, foi um símbolo nacional e encarnava a idéia de progresso e civilização, como as outras metrópoles latino-americanas. Foi capital da república entre 1763 e 1960 e se constituiu como principal centro comercial e financeiro do país nos fins do século XIX. Escoava a produção cafeeira do interior do estado e de Minas Gerais, além de ter o aparato administrativo do país. Isto estimulou uma acumulação local que viria determinar um significativo desenvolvimento econômico (MELO, 2001).

Essa hegemonia econômica começou a ruir no início do século XX, transferindo-se paulatinamente para São Paulo, face à crise na lavoura cafeeira do Rio de Janeiro e à ruptura do comércio internacional, em função da Primeira Guerra Mundial, que afetou o acesso ao porto do Rio, impactando a acumulação local (MELO, 2001). Esse movimento inaugurou a primeira grande crise da economia

fluminense; as outras duas seriam a perda da Capital Federal, nos anos 1960, e a fusão entre os estados da Guanabara (criado após a transferência da sede do governo central) e o antigo estado do Rio de Janeiro, na década seguinte.

A perda da importância econômica, entre outros fatores, se deu pela utilização de mão-de-obra livre e assalariada, sobretudo de imigrantes que se destinaram às culturas de café, formando os elementos que possibilitaram a transformação do capital cafeeiro em capital mercantil, o que levou à dinamização da indústria paulista (Cano, 1995). A Tabela 2.1, ao apresentar a evolução da participação relativa na produção industrial do Rio de Janeiro e São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, já demonstra a perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro para o estado paulista.

Tabela 2.1 – Participação relativa (%) dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo na Produção Industrial do Brasil - 1907 - 1949

Estados	1907	1919	1939	1949
Rio de Janeiro	40,0	28,4	22,0	19,3
São Paulo	16,5	33,0	45,4	48,0

Fonte: Considera e Melo (1985) apud Melo (2001)

Contudo, a economia fluminense continuava crescendo e atraindo população graças ao papel desempenhado pelo Estado brasileiro na manutenção do desenvolvimento de suas atividades produtivas. Durante o período “Nacional-Desenvolvimentista” (1930-1964) o Governo Federal estimulou a instalação de indústrias no Rio de Janeiro, com o objetivo não só de superar a crise da economia cafeeira, mas também de evitar, como afirma Lessa (2001), uma “excessiva hegemonia paulista”. Grande parte destas indústrias foi localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, como a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), a Companhia Nacional de Álcalis (na Região dos Lagos) e a Refinaria Duque de

Caxias (Baixada Fluminense). Este período marcou, em seu princípio, o início dos processos de industrialização e urbanização, que resultou no deslocamento massivo de pessoas do Nordeste e Minas Gerais para o Rio de Janeiro, bem como, ao seu final, em certa medida, proporcionou as bases dos movimentos de descentralização produtiva no estado.

Com a transferência da capital federal para Brasília estava determinado o segundo grande “golpe” sobre a economia carioca/fluminense que, até então, tinha os efeitos de sua crise estrutural suavizados pelo fato de manter a sede do poder político nacional²⁰ (DAIN, apud SIMÕES, 2004), o que refletia balanços altamente positivos nas trocas populacionais com as outras Unidades da Federação. Um paralelo pode ser traçado ao se comparar o desempenho da atratividade migratória do atual Distrito Federal que, mesmo girando sua economia em torno das atividades dos serviços, superou em quatro vezes o volume de população estimado para o ano de 2000, chegando a aproximadamente dois milhões de habitantes, muitos dos quais migrantes recentes.

Ainda assim, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) sinalizaria com alguma esperança, à medida que aumentava os investimentos no Rio de Janeiro, com a construção da Usina Nuclear de Angra I, do Porto de Sepetiba, da ponte Rio-Niterói e da rodovia Rio-Santos, além dos projetos de implantação da Usina II da CSN e do complexo tecnológico-científico. Contudo, com a crise do petróleo do final dos anos setenta o Estado brasileiro vê desestabilizada ainda mais sua capacidade de financiamento, dado que estava ancorada nos recursos externos, agora

²⁰ “(...) a visibilidade da crise do Rio de Janeiro foi postergada pela sobrevivência do Rio de Janeiro como capital federal. Ou seja: embora já houvesse uma desaceleração industrial, havia, em contrapartida, a situação do Rio de Janeiro como Distrito Federal, sendo alvo, portanto, de uma série de investimentos infra-estruturais na área de saúde, educação, transporte, que deu uma sobrevida ao Rio de Janeiro como centro nacional, e, de certa maneira, compensou a desaceleração industrial que já era sentida desde o início do século, sobretudo depois da década de 1920” (DAIN, 1990, p.4).

escassos. Em função disso, os investimentos previstos no II PND para o Rio de Janeiro sofrem uma progressiva desaceleração com a não implementação de boa parte dos projetos direcionados para o estado. Cabe ressaltar que a crise do petróleo, em 1973, foi apenas um dos elementos que contribuíram para a derrocada do modelo fordista de acumulação, que, como já mencionado, esteve na raiz da crise econômica brasileira, que viria se manifestar mais intensamente na década seguinte.

Como o estado do Rio de Janeiro era basicamente produtor de bens saláris para o mercado local, sua economia foi seriamente afetada pelo arrocho salarial, demissões e pela transferência de parcela importante do funcionalismo público federal, o que fez a sua indústria chegar aos anos noventa com aproximadamente 25% de capacidade ociosa (PPA, 1995, apud SIMÕES, 2004).

Ao realizar a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, os militares impõem o terceiro grande “golpe” sobre a economia fluminense. Esta medida tinha como argumento central tornar mais dinâmicas as economias de dois espaços que se complementavam e fazia parte do projeto “Brasil Grande Potência” implementado no governo Geisel (1974-1979), cujo objetivo principal era o desenvolvimento econômico do país por meio da industrialização pesada (SIMÕES, 2004). Contudo, mascarava outras intenções de cunho político, pois o que estaria por trás dessas medidas era enfraquecer a forte oposição ao regime militar que era intensa no Estado da Guanabara, como comprovariam os resultados das eleições realizadas em 1974.

Autores como Cano (1989), Lessa (2001); e Motta (2001) entenderam a fusão como tendo sido feita de forma autoritária. Esse momento marcou a união entre dois estados com características estruturais (administrativas e de infra-estrutura) bastante

distintas, o que levou ao aprofundamento das contradições existentes na UF. Do ponto de vista da dinâmica econômica, o resultado foi justamente o inverso do planejado. No plano político os logros levaram algumas décadas para aparecerem, quando, em 1998, o estado elege governador Anthony Garotinho, representante do interior do estado.

Todos esses processos, de caráter estrutural nas dimensões política e econômica, levaram à perda da pujança do estado do Rio de Janeiro e corroboraram com o declínio do dinamismo na sua atração migratória, que já se manifestava na década de 1970.

O quarto agravamento da economia fluminense viria com a crise da década de 1980, momento no qual, pela primeira vez, o estado do Rio de Janeiro experimentou saldo migratório negativo nas trocas populacionais com as demais unidades federativas. Nesse mesmo momento, a RMRJ também apresentou perdas em relação à migração líquida com o interior do estado.

2.2 Mobilidade, liderança econômica e perda da hegemonia para São Paulo

No período dos ciclos econômicos a principal característica dos movimentos populacionais era o deslocamento de mão-de-obra escrava, com o seu caráter de deslocamento compulsório, via comércio dessa força de trabalho. Martine (1990) reforça que esses ciclos econômicos, voltados para o exterior e desarticulados entre si, não produziam fluxos migratórios internos significativos e marcavam até as primeiras décadas do século XX a distribuição espacial no país. Com a crise econômica mundial, em 1929, esse padrão espacial viria a ser alterado, bem como o novo padrão de acumulação determinaria mudanças na dinâmica migratória interna.

Uma parcela desses fluxos se dirigiria às áreas das fronteiras agrícolas e a outra parte teria como destino as cidades.

Desde o tempo do Brasil colonial, a Cidade do Rio de Janeiro exercia um papel concentrador sobre o atual território fluminense, refletido tanto em termos demográficos, como econômicos (DAVIDOVICH, 1986). Isto marcava a maior atração populacional da metrópole sobre outras unidades federadas e o próprio interior do estado, tendência que só viria ser quebrada na década de 80, do século XX.

Até a descoberta do ouro, no século XVII, a cidade do Rio de Janeiro apresentou um lento crescimento econômico. O enriquecimento veio com a exportação do mineral pelo porto do Rio de Janeiro, que se tornou o principal centro exportador e abastecedor da zona mineradora de ouro²¹. Era imperioso controlar esse comércio, o que fez a Coroa transferir a capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Todavia, o desenvolvimento econômico e demográfico não foram tão intensos (MELO, 2001).

Em 1763, a Cidade do Rio de Janeiro já atraía empreendimentos industriais como a Imprensa Nacional, o Arsenal de Marinha e a fábrica de pólvora. Ao se tornar o grande escoadouro da produção mineral das Geraes, o Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, assumia posição de hegemonia nas redes de cidades brasileiras, não só em relação às Minas Gerais como ao resto do país, uma vez que centralizava boa parte do sistema comercial, graças, em grande parte, à navegação. Essa hegemonia seria reforçada, além do controle fiscal das minas, pela forte influência do tráfico negreiro. À medida que progredia o crescimento urbano, a troca

²¹ O porto do Rio de Janeiro abastecia a zona mineradora, entre outras mercadorias, com escravos, carne-seca, peles e aguardente.

se ampliava, diversificando a divisão do trabalho. Esse papel foi se reiterando por sucessivas constituições políticas desse espaço (LESSA, 2001).

Em 1800, a cidade tinha a metade da população de Salvador, antiga capital da Colônia. É com a chegada da família real, em 1808, que a vida econômica e social da cidade ganha dinamismo, chegando em 1820 como a maior cidade brasileira (MELO, 2001).

A cidade do Rio de Janeiro, à época do Reino Unido, já superava o volume de população de Salvador, atingindo 43 mil habitantes, e 35% dessa população era constituída por escravos (LESSA, 2001). Isto demonstrava o peso que a dinâmica migratória, embora com boa parte de migração forçada da mão-de-obra escrava, assumia na evolução demográfica da cidade, refletindo o novo papel de centro político administrativo e posicionamento nas atividades econômicas.

A cidade ganharia um forte incremento demográfico com a vinda da Corte Portuguesa em 1808, em boa parte devido ao forte aumento no tráfico de escravos, que passaram a totalizar 45% da população urbana. Além destes, um expressivo contingente de europeus se dirigiu para cá, destacando-se portugueses, franceses, alemães, ingleses, espanhóis, holandeses e norte-americanos.

Ainda segundo Lessa (2001), no período imperial o Rio de Janeiro era o espaço financeiro que proporcionava a valorização de poupanças produzidas²², inclusive por outras regiões, particularmente aquelas associadas à cafeicultura.

A partir das primeiras décadas do século XIX surge outra modalidade de movimento populacional: chegada de mão-de-obra assalariada, constituída por portugueses, alemães e suíços, entre outras nacionalidades, num projeto de colonização agrícola e com objetivos de defesa e povoamento, que se dirigiu ao Sul

do país. O fracasso dessa iniciativa do governo imperial provocou o retorno de muitos desses migrantes (BASSANEZI, 1995), o que reforçou o papel da centralidade exercida pela Capital, fator de atração de rendas públicas e privadas, bem como de população. De acordo com Davidovich (1986),

(...) a Capital foi se constituindo sucessivamente em foco de aceleração da velocidade do sistema mediatizado pela extensão do ambiente construído, representado inicialmente pela implantação da ferrovia, mais tarde pela estrada de rodagem, do correio aéreo nacional e assim por diante (DAVIDOVICH, 1986, p. 339).

A atividade cafeeira no estado proporcionou o desenvolvimento de cidades no interior do estado, como Vassouras, Barra do Piraí e Cantagalo, e de pequenos portos, como o de Angra dos Reis, Mangaratiba, Maricá e Cabo Frio. Essas áreas entraram num processo de decadência junto com o processo de declínio da lavoura do café, ao contrário do ocorrido em São Paulo, onde esse tipo de cultura se expandiu (DAVIDOVICH, 1986). Além disso, segundo Cano (1989), a lavoura cafeeira em São Paulo criou no interior do estado uma rede urbana hierarquizada que deu surgimento a um sistema de cidades médias.

De acordo com Davidovich (1986), ainda na época de prosperidade da lavoura cafeeira, a ferrovia que proporcionava o escoamento da produção beneficiou a burguesia comercial do estado, que passou a residir na Capital. Essa migração da elite econômica para a cidade do Rio de Janeiro implica numa maior dificuldade da retomada do desenvolvimento do interior do estado, após o declínio do café. Isto, aliado ao fato de a cidade ser a capital do país, garantindo um lugar de destaque no desenvolvimento da nação, levando-a a polarizar a integração, numa escala local, dos eventos e fatos históricos de escala nacional e internacional. Essa hegemonia política, econômica e cultural implicou num esvaziamento do interior do estado.

²² Eram principais ativos do grosso comércio, além dos estoques, crédito contra terceiros e reservas de metais

O advento da máquina a vapor também contribuiu muito para a atração migratória que o Rio passou a exercer, chegando a 522 mil habitantes em 1890 e 817 mil em 1906. Esse pólo de imigração, no fim do século XIX, registrava apenas 54% de naturais, 24% eram estrangeiros e o restante era formado por imigrantes de outras regiões do país (LESSA, 2001).

Ao apropriar-se da revolução industrial, via utilização do vapor, que proporcionava fretes mais baratos, conseqüentemente baixo custo dos alimentos e abastecimento mais rápido, a cidade passou a atrair intensos fluxos migratórios, aumentando fortemente seu crescimento demográfico. Essas transformações se deram ainda numa sociedade escravocrata, que passava a sofrer resistência e dava origem ao embrião de proletariado. Esses aspectos “(...) entram em simbiose com os padrões tradicionais da organização sócio-econômica colonial” (LESSA, 2001). Ainda em função do vapor, com a implantação de indústrias e transporte de passageiros, a cidade de Niterói passou a crescer rapidamente e a se integrar com o Rio de Janeiro, formando um eixo constitutivo do que viria a ser a Região Metropolitana, espraiando a relação da cidade com os espaços ao seu redor.

O Rio de Janeiro seria um exemplo marcante de cidade que apresentava crescimento econômico, mesmo não sendo sede do processo de desenvolvimento da indústria. Destacava-se pelo seu papel como núcleo de uma rede de cidades, trocas mercantis e primeiros serviços financeiros.

A partir de um certo tamanho, em nível de complexidade das atividades urbanas, surge um “espaço” interno de valorização e acumulação patrimonial. A massa crítica da cidade funciona como um “buraco negro” que, alimentado por diversos processos, atrai para seu âmbito “poupanças” do resto do país (LESSA, 2001, p. 127).

Essa forma de inserção econômica da cidade explicaria, em certa medida, os processos que determinariam o padrão de acumulação de capital no Rio de Janeiro daquele período.

Por outro lado, mesmo com a máquina a vapor ampliando o papel de cidade mercantil, o desenvolvimento do porto de Santos e sua ligação ferroviária com o interior de São Paulo fazem que essa unidade federativa passe a disputar a hegemonia com o Rio, à medida que a rede de cidades paulistas se torna independente (LESSA, 2001). Esse maior dinamismo do porto santista e das redes de cidades já sinalizava a mudança na correlação de forças que estaria por vir, na disputa pelo posto de principal centro econômico do país.

Do ponto de vista regional, as curtas distâncias, favorecidas pela malha ferroviária, fez que o comércio se concentrasse na metrópole, inibindo o surgimento de outros centros urbanos dinâmicos, o que de certo modo explica a concentração econômica e demográfica que prevalece do século XIX até os dias de hoje, em 2008, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (MELO, 2001).

Davidovich (1986) assinala que com a instalação da República surgiram as primeiras contradições entre a Capital e o interior: houve a expansão do sistema bancário e de capital que atraíram instalação de indústrias e estimulou a importação de equipamentos, ocorreu a remodelação da cidade, bem como o surgimento de novas classes sociais e poder político refletido no Partido Republicano. O privilégio obtido pela capital acirrava ainda mais as divergências surgidas nas campanhas abolicionistas e republicanas.

Em fins do século XIX, a exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro consolidava a cidade como principal área de desenvolvimento econômico e demográfico. O Rio de Janeiro do início do século XX combinava a cidade do lócus

político e comercial. Esse Rio de Janeiro, capital da República, era o principal pólo industrial do país (DAVIDOVICH, 1986). Todavia, a expansão do café para o Oeste Paulista e Mata Mineira determinava o início do declínio da hegemonia econômica e demográfica fluminense (MELO, 2001).

Nesse mesmo período, a crise da cultura cafeeira tem forte impacto no dinamismo econômico do Rio de Janeiro, fato que se agrava com a Primeira Guerra Mundial, gerando uma redução nos investimentos na indústria de transformação fluminense, afetando sobremaneira o processo de acumulação local (MELO, 2001). A autora destaca que a cidade sempre foi um importante centro financeiro, o que demonstrava a forte vocação para atividades terciárias e, de certo modo, equilibrava a gradativa perda de importância das atividades industriais que datava das primeiras décadas do século XX.

Mesmo com o declínio da cultura cafeeira, o porto do Rio de Janeiro ainda se manteve durante muito tempo como o primeiro do país, graças às funções de importação, de consumo e redistribuição. Ao contrário, a agricultura do interior do estado entra em crise, contribuindo para acentuar ainda mais a assimetria entre os dois espaços (DAVIDOVICH, 1986). A infra-estrutura de transportes, seja marítima, ferroviária, e, em menor medida, rodoviária, permitia a conexão da Capital com todo o país. Isto facilitava sobremaneira os fluxos de população e mercadorias, que, reforçados pela posição de porto exportador do país, lhe conferia hegemonia no campo político e econômico.

Em 1920, a Capital apresentava uma mão-de-obra operária e um valor da produção bastante elevado, perdendo apenas para São Paulo. As duas UF's representavam o núcleo da indústria capitalista (DAVIDOVICH, 1986). Era de se

esperar que fossem, de fato, os centros urbanos que mais atraíssem os fluxos migratórios.

Até os anos 1930, o capitalismo ainda não ditava a dinâmica econômica do país e nem se presenciava políticas industriais. Só a partir daí é que o Estado assume a função de estimulador da economia de mercado, promovendo a mudança no padrão de acumulação, baseado no desenvolvimento da indústria, que iria requerer suporte da cidade grande. O fato é que não existia, no Brasil, uma rede urbana estruturada, o que favorecia as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses espaços, naquela altura, já eram mais dinâmicos e concentradores de capital político e financeiro (DAVIDOVICH, 1986). A presença do Estado é marcada por uma política que favorecia o urbano em detrimento do rural, o que, amparada por uma relativamente boa infra-estrutura de transportes, induziu a migração rural-urbana no país. Além disso, foram implementadas a regulação do mercado de trabalho, os subsídios dos transportes urbanos, a lei do inquilinato, inibidora de aumentos de aluguéis, os incentivos à construção de casas populares e a criação de sindicatos de escopo corporativo.

Afirmou-se assim, uma intencionalidade do Governo em promover benefícios para o capital. A promulgação das leis trabalhistas, a fixação do salário mínimo que obedeceu à média dos níveis mais baixos de salários existentes no País e outras medidas visaram em última análise favorecer a acumulação, fazendo declinar os custos do trabalho (DAVIDOVICH, 1986, p. 344).

Cabe ressaltar que, nessa quadra da história, acentuam-se as diferenças entre capital e interior do estado, em privilégio da primeira. Além disso, apesar de se aproveitar dessa política desenvolvimentista, a hegemonia industrial se acentuou ainda mais em favor de São Paulo, sobretudo em função de políticas tarifárias e de impostos que prejudicavam a colocação dos produtos fluminenses no mercado interno (DAVIDOVICH, 1986).

As trajetórias migratórias, com base nos anos 30 do século XX, se dirigiram prioritariamente para São Paulo, guiadas pelo desenvolvimento da economia brasileira, produzindo uma hegemonia que viria a restringir a tradicional atração migratória exercida pelo Rio de Janeiro (BRITO et al, 2004). Esse processo, apontado também por com Davidovich (1986) e Piquet (2003), sinaliza o princípio da industrialização brasileira, que viria a ter sua expressão máxima com o auge do fordismo, na década de 1970.

2.3 O período “Nacional Desenvolvimentista”

Com base nos anos 1930, com o declínio da economia cafeeira e sob o regime do Estado Novo, o país atravessou profundas transformações econômicas e políticas. Todo esse processo refletiu fortemente na construção de novas espacialidades, produzindo uma rede urbana mais densa, porém ainda desconcentrada. As políticas públicas, sobretudo as direcionadas para as áreas da saúde e previdência social, contribuíram de forma decisiva para a redução da mortalidade, levando o país a experimentar forte crescimento vegetativo. Isto engendrou excedente populacional nas áreas rurais, o que, aliado ao modelo de desenvolvimento vigente, gerou massivos fluxos migratórios rurais-rurais e rurais-urbanos, sendo esses últimos o sustentáculo dos processos de urbanização e industrialização.

Faria (1991) assinala que o processo de urbanização, tal como visto, não teria acontecido sem que houvesse importantes deslocamentos espaciais de população e mobilidade estrutural. Ocorreram deslocamentos do campo para a cidade, das cidades pequenas para as médias, dessas para as cidades grandes e de toda parte para as metrópoles. Como já exaustivamente mencionado, São Paulo e Rio de

Janeiro são os espaços que melhor se aproveitam desses processos, atraindo investimentos e população.

Parece haver um consenso que o processo de urbanização se deu a partir da década de 1940, em especial, após a Segunda Guerra Mundial, a Tabela 2.2 apresenta a evolução populacional dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo, no período 1872-1980, que corrobora com essa perspectiva. Esta afirmação baseia-se no aumento no volume da população urbana que decorreu da intensa mobilidade espacial da população face ao processo de industrialização experimentado pelo país (DAVIDOVICH, p. 337).

Tabela 2.2

População presente * (em mil habitantes) segundo alguns municípios de capitais - 1872 - 1980.

Municípios de Capitais	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Rio de Janeiro	274,9	522,7	811,4	1.157,9	1.764,1	2.377,5	3.281,9	4.251,9	5.093,2
Niterói	47,5	34,2	53,4	85,2	142,4	186,3	243,2	324,2	-
São Paulo	31,4	64,9	239,8	579,0	1.326,3	2.198,1	3.781,4	5.924,6	8.493,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1982, apud DAVIDOVICH, 1986.

*Por opção metodológica a autora optou por trabalhar com a informação de população presente ou população de fato, ou seja, com aquelas pessoas que se encontravam num determinado espaço geográfico no momento da realização do Censo Demográfico.

Pensando o processo de urbanização a autora assinala que:

O espaço concreto ganha papel fundamental na urbanização, não como mero reflexo do desenvolvimento econômico e social, mas como um elemento constitutivo, enquanto suporte físico, político e técnico da sociedade. A expansão do ambiente construído refere-se em grande parte a própria expansão do espaço urbanizado, atendendo a necessidades de crescimento da produção e particularmente da circulação. Assim, a noção de ambiente construído diz basicamente respeito ao meio urbano como artefato produzido pelo homem, não só a cidade, como as vias, linhas e dutos que cortam o território em várias direções. É a cidade, e particularmente a metrópole, que viabiliza e acelera a interação e a necessidade de contatos entre diferentes interesses, econômico, financeiro, político, cultural; é também a cidade que assegura taxas de lucro decorrentes da transformação do solo urbano em mercadoria. Por sua vez, a implantação de estradas, linhas de transmissão de energia e de comunicações, geralmente resultantes de políticas setoriais, visam a

integração do mercado e a intensificação da circulação, promovendo a crescente socialização urbana do espaço (DAVIDOVICH, 1986, p. 335).

Os anos 1940 trazem a marca do nacionalismo nas políticas de desenvolvimento. O Governo de Vargas implantou inúmeras indústrias estatais, boa parte delas no território fluminense, sobretudo no interior. Isto, de certa maneira, ajudou a dinamizar o antigo estado do Rio de Janeiro, não obstante essas empresas terem fixado suas sedes na Capital. Esse esforço seguiu-se até a década de 1950 com a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, das sedes da Companhia Vale do Rio Doce, BNDES e Petrobrás (DAVIDOVICH, 1986). Esse período marca o início da fase industrial de produção de bens de consumo duráveis.

A presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fomentando outros setores da indústria, de certo modo, consolidou um complexo industrial no estado do Rio de Janeiro. Mais tarde, na década de 1950, a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), em Duque de Caxias, também produziu um efeito multiplicador na indústria local (MELO, 2001).

As estimativas para o volume dos fluxos migratórios rurais-urbanos nos anos 1940 são da ordem de três milhões de pessoas e as maiores cidades receptoras foram São Paulo e Rio de Janeiro. Na década posterior essa cifra sobe para sete milhões de migrantes (MARTINE, 1994).

Os anos 1940 a 1960, que marcaram a primeira grande fase de industrialização no país, visando à substituição das importações, tem impactos na cidade e no estado do Rio de Janeiro, via transbordamento da indústria paulista, ajudados em muito pelo desenvolvimento local das atividades de serviços. Isto gerou um forte crescimento populacional, que, por sua vez, produziu uma diversificação das atividades econômicas, de modo que a região possuía renda média per capita

superior à nacional (MELO, 2001). Esse período, por tudo isto, fez que fosse exercida uma forte atratividade migratória, sobretudo sobre a população nordestina e mineira.

Essa quadra histórica marcaria a entrada do país numa nova fase do processo de acumulação, decorrente do processo de expansão do pós-guerra e da nova divisão internacional do trabalho, que implicou na desconcentração da produção de mercadorias e serviços. Embora, mais uma vez, Rio e São Paulo tenham melhor se apropriados desse momento, de novo, a cidade/metrópole paulista levou vantagem, por melhor se adequar à necessidade de realocar as atividades produtivas (DAVIDOVICH, 1986). Esse período destaca-se pelo auge das migrações na direção do Centro-Sul do país.

Aqui também a característica da metrópole fluminense contribuiu para o prejuízo da atração de investimentos, dado que a periferia metropolitana encontrava-se em outra Unidade da Federação, ao contrário da metrópole paulista.

Tais condições somadas à carência da infra-estrutura local, atuaram negativamente para os investimentos produtivos. Situada em outra UF, a periferia do Rio de Janeiro não se beneficiou da aplicação de impostos gerados no antigo Distrito Federal como ocorreu com os municípios que integram a Metrópole paulistana, contemplados com resultados da arrecadação do próprio Estado (DAVIDOVICH, 1986, p. 349).

Nos anos 1950, a cidade do Rio de Janeiro já se caracterizava pela predominância da atividade de serviços e funções administrativas, seja da iniciativa pública, estatal ou privada, setor produtivo ou financeiro.

Com isto, a metrópole passou a reunir num mesmo espaço a reprodução das relações capitalistas e não capitalistas, ou seja, agrupava ocupações de alta e baixa produtividade, configurando um mercado de trabalho instável e desorganizado (DAVIDOVICH, 1986). No futuro não muito distante, tal característica determinaria a

perda de mão-de-obra qualificada e atração de força de trabalho com baixa qualificação.

Essa fase de mudança do modelo de desenvolvimento econômico contribuiu substancialmente para o declínio do Rio de Janeiro em relação a São Paulo. Todavia, de acordo com Davidovich (1986), “(...) o contexto terciário da metropolização da ex-Capital da República serviu certamente de modelo para a indução da acumulação por meio do consumo de bens e serviços, sustentado pela ampliação das atividades terciárias (...)” (p. 351).

Como assinalado, a perda da posição hegemônica da cidade do Rio de Janeiro já vinha se dando mesmo antes da transferência da Capital Federal para Brasília. Medidas legais e fiscais, e a organização da metrópole em duas Unidades Federadas distintas, o plano de metas 1956-60 que privilegiava a expansão da acumulação sob a égide da indústria moderna inibiram o processo de desenvolvimento da capital e do estado do Rio de Janeiro (DAVIDOVICH, 1986). A transferência da Capital Federal acentuou ainda mais esse declínio, particularmente com a saída das sedes das estatais, burocracia e a perda de atratividade de novos serviços, que era seu setor mais dinâmico. Isto conseqüentemente leva à perda de força de trabalho qualificada e reduz o poder de atração populacional da cidade.

O pensamento predominante nas décadas de 1950 e 1960 pregava o Estado como o principal ator. O Estado deveria ditar o ritmo do desenvolvimento, investindo, planejando e regulando, visando proteger o mercado interno e a indústria nacional. A acumulação do capital ocorria num circuito mais restrito que nos dias de hoje. Esperava-se que as plantas industriais fossem duradouras (PIQUET, 2003). Essa era a etapa de intenso desenvolvimentismo, assinalando o momento de uma forte coadunação com o auge do modelo de acumulação fordista no Brasil. Isto

determinava as estratégias locacionais e atraía população para o eixo Centro-Sul do país.

Resumindo, o Rio de Janeiro, entre as décadas de 20 e 60, do século passado, viveu áureos tempos, sobretudo numa época marcada pela Segunda Revolução Industrial, com o país caminhando fortemente no sentido da industrialização. Apesar de experimentar uma industrialização crescente, o Rio de Janeiro não mais detinha a hegemonia da produção industrial e, com isto, a distância para a unidade paulista se alargava. No aspecto do desenvolvimento agrícola as assimetrias eram ainda maiores. Contudo, o Rio detinha a predominância do sistema bancário e do setor de serviços, sendo sede de grandes empresas privadas e públicas, além de contar com forte ingresso de turistas e ser beneficiário de grandes remessas de recursos e gastos públicos. Tudo isto apontava para a prosperidade da cidade (LESSA, 2001). Esses aspectos reforçam o ponto de vista que enxerga no padrão de acumulação um determinante dos movimentos migratórios, além do tipo de inserção da cidade no desenvolvimento econômico, onde se pode perceber “a vocação” pelos serviços.

Do ponto de vista do impacto das migrações, a população da metrópole cresceu rapidamente entre 1930 e 1960: 1,38 milhão, 1,74 milhão, 2,34 milhões e 3,14 milhões, respectivamente em 1930, 1940, 1950 e 1960. Esse crescimento demográfico estava fortemente determinado pelas migrações interestaduais, como já assinalado, oriundas principalmente do Nordeste e de Minas Gerais.

Nesse período, as pessoas eram atraídas não só pela orientação do desenvolvimento econômico que está direcionado para o Centro-Sul, como também pelo glamour que representava o Rio de Janeiro, com suas belezas naturais, cultura e segurança:

O carioca como personagem é cordial, habita uma cidade maravilhosa, civilizada sem medo e que elimina qualquer temor ao visitante. O atraso, a sujeira, a pestilência já estavam exorcizados. Ao progredir, a confiança que os brasileiros depositam no país tenderá a valorizar o habitante da cidade-testemunho da capacidade do país de acercar-se do futuro (LESSA, 2001, p. 263)

Além de tudo do que já foi aqui apontado, devemos acrescentar o fato de o Rio, até os anos 1960, não sinalizar com qualquer tipo de ameaça às outras regiões. “A base produtiva do Rio era de interesse nacional, e fortalecê-la era convergente com o interesse de todas as regiões brasileiras” (LESSA, 2001, p. 273). Contudo, todos os elementos que levaram à grande atratividade migratória mudariam nos anos 1980.

2.4 Da perda da capital federal até a crise dos anos 1980

O período que vai dos anos 1950 a 1970 traz a marca do desenvolvimento da economia brasileira, baseada na produção fordista, demandante de expressivo contingente de mão-de-obra, o que iria impulsionar ainda mais as correntes migratórias para os grandes centros. Essa etapa se caracterizou pelo auge da explosão urbana, com urbanização concentrada nas regiões metropolitanas, para se ter uma dimensão desse fenômeno, a Tabela 2.3 apresenta a evolução das taxas de crescimento e a participação relativa das capitais das principais Regiões Metropolitanas no crescimento populacional do país, entre 1940 e 1991.

Tabela 2.3
 Brasil: Taxas de Crescimento e Participação na Evolução Demográfica
 Nacional, segundo Regiões Metropolitanas – 1940-1991

Regiões Metropolitanas	1940 - 70		1970 -80		1980 - 91	
	r	%	r	%	r	%
Belém	3,93	0,86	4,30	1,33	2,65	1,19
Fortaleza	4,36	1,44	4,30	2,10	3,49	2,59
Recife	3,99	2,38	2,74	2,15	1,85	1,88
Salvador	4,19	1,56	4,41	2,39	3,18	2,60
Belo Horizonte	5,47	2,54	4,64	3,68	2,52	2,94
Rio de Janeiro	3,71	8,81	2,44	7,28	1,01	3,67
São Paulo	5,64	12,64	4,46	17,22	1,86	10,13
Curitiba	4,30	1,13	5,78	2,40	3,64	2,49
Porto Alegre	4,48	2,21	3,80	2,75	2,15	2,16
Total	4,54	33,58	3,79	41,31	1,98	29,65

Fonte: Martine (1994).

O pós Segunda Guerra Mundial marca uma etapa de aceleração no desenvolvimento industrial brasileiro e de mudanças nas relações de trabalho. Isto implementou ainda mais as migrações com destino às cidades, intensificando o processo de urbanização no país (MARTINE, 1994).

A partir da segunda metade dos anos 1960, intensificou-se a concentração urbana, combinando a etapa da evolução demográfica do país e a estratégia de desenvolvimento econômico implantada pelo regime militar que favoreceu investimentos na melhoria da infra-estrutura e modernização de setores produtivos. A modernização da agricultura, a concentração de propriedade e o uso da terra levando à redução da utilização de mão-de-obra, aliados aos fatores assinalados anteriormente (FARIA, 1991), produziram maciços fluxos de migração rural-urbana, algo em torno de 12,8 milhões na década de 1960 e 15,6 milhões nos anos 1970 (MARTINE, 1994).

Esse modelo de acumulação, concentrador das atividades econômicas e de população, começa a dar sinais de esgotamento nos anos 1970. Os fatores de aglomeração, como exército industrial de reserva, infra-estrutura urbana e mercado

consumidor já não sobrepujavam as ditas deseconomias de aglomeração (valor do solo, força de trabalho sindicalizada, poluição e violência, entre outros fatores). Concomitantemente, o capitalismo sofria com a crise do fordismo em escala global. Esse processo exerceu forte influência sobre o comportamento dos fluxos migratórios, que vão buscar novos espaços, passam a ser feitos a menores distâncias e com menor duração e, em grande medida, passam a destinar-se às periferias e aos centros médios (FARIA, 1991, ANDRADE e SERRA, 1999; PENALVA SANTOS, 2003).

O novo do padrão de acumulação passa a ser flexível. Esse regime de acumulação, em suas dimensões econômica e política, irradia-se por todo o planeta. No Brasil, manifesta-se, primeiramente, na forma da crise dos anos 1980, para logo na década seguinte aprofundar o modelo político neoliberal, ficando num segundo momento o início do processo de inserção no novo modelo econômico (PIQUET, 2003)

Além desses fatores macroeconômicos, outros dois episódios foram determinantes para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, afetando sobremaneira o comportamento dos processos migratórios no estado. Como já mencionado, a troca da capital federal para Brasília e a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro representaram outro forte golpe no desenvolvimento desses espaços, pois significou queda de receita e aumento de gastos públicos (MELO, 2001). Além disso, agravaram os problemas econômicos estruturais, até então amenizados pelo fato da cidade do Rio de Janeiro ser a sede política do país (SIMÕES, 2004). Com a mudança da capital para o Planalto Central, a cidade, que já experimentava uma desaceleração na produção industrial, sofreu a redução de uma série de investimentos infra-estruturais em saúde, educação e transporte. Lessa

(2001) ironiza a decisão da mudança da capital, dizendo que a imortalização do governante deveria passar naturalmente por fazer algo pelo Rio de Janeiro, que durante várias décadas passou imune às oscilações políticas, e não por buscar a imortalidade no Brasil Central.

Quatro anos mais tarde ocorre o golpe militar. Esse acontecimento histórico faria entrar na ordem do dia o objetivo de esvaziar a resistência política ao novo regime militar, localizada, principalmente, no então estado da Guanabara. Contudo, o argumento dos militares para defender a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro baseava-se na preocupação geopolítica e econômica dos reflexos dos desequilíbrios regionais no desenvolvimento das atividades econômicas. Esse processo, que veio na esteira de dois grandes projetos dos militares, “Brasil Grande Potência” e o II PND, nesse caso específico, visava reunir fatores que inviabilizavam os dois entes federados, para transformá-los em uma única, e viável, unidade federativa. Visando tornar factíveis essas intenções, reforçou o argumento de que a Região Metropolitana (criada em 1973), até então dividida entre os dois estados, conforme a Lei Complementar nº 14, de 1973, tornaria a nova Unidade da Federação mais dinâmica, o que a levaria a rivalizar com São Paulo, algo que não viria, de fato, ocorrer.

Analisando a unificação entre os estados, Mota (2001) enfatiza o caráter autoritário do processo de fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, tanto em sua concepção quanto na respectiva implantação, favorecido que foi pela vigência do regime militar. Esse aspecto autoritário em juntar entes tão distintos, seja política como economicamente, acabaria por comprometer a integração e o futuro do novo estado. A Guanabara tinha duas vezes mais o PIB, três vezes o setor de serviços, ganhava por pouco na produção industrial e perdia de muito na

agropecuária. Além disso, na esfera política se caracterizava por ter uma postura mais à esquerda. Escapou a essa concepção justamente a reação do processo de fusão às novas condições políticas e econômicas que viriam após o governo do General Geisel (1974-1979).

Embora Mota não queira super-dimensionar a dimensão da luta política no processo de fusão, assinala que com o fechamento do regime, em 1968, acelerou-se a transferência para Brasília de boa parte da máquina administrativa que ainda permanecia no Rio de Janeiro, sobretudo, daqueles órgãos com poder decisório.

O advento da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, agrava mais ainda o quadro de crise com a perda de arrecadação da cidade do Rio de Janeiro, o que teria reflexos imediatos na diminuição da sua capacidade de atrair investimentos, no crescimento econômico mais lento em relação às outras UF's e na sua evolução demográfica, onde a pequena taxa de crescimento da metrópole mais do que refletir a redução da fecundidade revela a queda do saldo migratório (DAVIDOVICH, 1986).

Também cabe salientar que o esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro, nesse período, foi determinado em boa medida pela sua agricultura estagnada e pela perda do seu poder político (DAVIDOVICH, 1986). O primeiro fator continuaria alimentando os fluxos do interior do estado no sentido da Região Metropolitana, e o segundo enfraqueceria o conjunto da Unidade da Federação.

Além da redução das transferências de renda prometidas pelo governo federal, no processo de fusão, o novo estado viria a sofrer mais drasticamente os efeitos da crise econômica dos anos 1980 (MOTA, 2001).

Nesse quadro de perda de poder político e econômico, em meados da década de 1970, o Norte Fluminense rompe com sua trajetória de desenvolvimento em suas

atividades econômicas com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, fator que num futuro próximo passaria a ser a principal fonte de receita do estado. As bacias petrolíferas fariam com que essa região passasse a estar inserida no contexto da globalização, num mundo de maior complexidade e pouco relacionado com a cultura local (PIQUET, 2003).

Piquet (2003) assinala que, em 1974, Macaé foi escolhida como base das operações voltadas para a exploração do petróleo. Embora geradora de grandes capitais, esse tipo de atividade produtiva não gerou a distribuição de riqueza entre outros setores da economia, e tampouco entre sua população, permanecendo estagnados vários municípios da região. Nessa região, são notadas assimetrias de desenvolvimento tecnológico e gerencial entre as atividades extrativas de petróleo e os demais segmentos da economia, sendo quase nenhuma a participação das empresas locais no setor hegemônico.

Em 1975, a Lei 7 453 determina como produtores os municípios limítrofes às áreas de exploração, passando esses municípios a terem direito aos royalties do petróleo. Isto estimula a criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (OMPETRO). Em realidade, serão essas cidades que reúnem parte dos municípios do Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, e São João da Barra) e das Baixadas Litorâneas (Armação de Búzios, Cabo Frio, Casemiro de Abreu e Rio das Ostras), que melhor se apropriarão da riqueza produzida, tornando-se urbanos e retendo e atraindo população. Destaca-se entre eles o município de Macaé, com sua mão-de-obra mais qualificada. As cidades localizadas na Baixada Litorânea viriam a desenvolver atividades de serviços, particularmente o turismo, que no caso de Cabo Frio e Armação de Búzios é

bastante sofisticado (PIQUET, 2003). Como consequência, esses municípios passam não só a reter população como também a exercer forte atração migratória sobre as outras Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, em especial sobre sua Região Metropolitana.

Neste capítulo, tentou-se demonstrar que a dinâmica migratória no Rio de Janeiro esteve diretamente associada ao fato de como esse espaço se inseria nas etapas de desenvolvimento econômico do país, que por sua vez, refletiam os padrões de acumulação de capital vigentes em cada um desses momentos. Por outro lado, é marcante como no caso do Rio a dimensão econômica esteve diretamente afetada pela questão de poder político, atingindo seu auge ou minimizando suas crises. Isto ocorre quando se torna Capital, em 1763; com o recebimento da Corte Portuguesa, em 1808; com a transferência da sede do poder central para Brasília e criação do estado da Guanabara, em 1960; e com a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, em 1975. Estes fatores estiveram diretamente correlacionados com a capacidade do Rio de Janeiro de atrair ou perder população.

No próximo capítulo será detalhado o comportamento dos deslocamentos populacionais no estado, nas escalas inter e intra-estadual, a partir do momento mais agudo da crise econômica, refletindo todo o processo de busca de inserção econômica dos espaços metropolitanos e extrametropolitanos nessa nova quadra do modelo de acumulação do capital.

3. Movimentos populacionais no Rio de Janeiro: três décadas de transformações

Como assinalado no capítulo anterior, o Rio de Janeiro está entre os estados com maior grau de polarização das atividades produtivas e de população em torno da sua metrópole, fruto de ter sido centro do poder nacional durante dois séculos.

Nessa condição, comportava-se como “filho de pai rico”, não se preocupando com as fontes de financiamento necessárias para implementar os investimentos públicos na sua infra-estrutura, pois isso, afinal era um problema do governo federal (PENALVA SANTOS, 2003, p. 111)

Entre outros elementos, esses fatores fizeram que a crise econômica, como dito, naquele momento, assumia um caráter estrutural, fosse sentida de forma acentuada no estado tendo profundo impacto no comportamento das migrações.

Essa crise econômica no Rio de Janeiro estaria associada à ascensão e queda de um modelo de industrialização centrado no núcleo metropolitano, bem como, à crise internacional, que gerou a reestruturação produtiva e importantes mudanças na organização industrial em todo mundo (OLIVEIRA, 2003).

É possível inferir uma forte correlação entre os processos econômicos operados no Rio de Janeiro e os deslocamentos populacionais ocorridos nas escalas inter e intra-estadual. Nos anos 1986-1991, quando a crise foi mais aguda, o saldo migratório nos movimentos interestaduais foi negativo, principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como demonstrado na Tabela 3.2.

No período 1995-2000, com a aludida inflexão econômica, que será debatida mais adiante, na escala intra-estadual a corrente principal parte em direção ao interior do estado do Rio de Janeiro, em especial para a Região das Baixadas Litorâneas, seguindo a rota dos investimentos econômicos (Anexo 5, Tabela A.4). Em outra medida, no âmbito interestadual, a UF inverte o sinal do saldo migratório,

agora positivo (Tabela 3.2). Esse desempenho foi sustentado pela chegada de imigrantes de algumas Unidades da Federação nordestinas e de umas poucas da Região Norte. Essas pessoas chegam e fixam-se basicamente na Região Metropolitana. Apenas 18% da imigração interestadual dirigiu-se para o interior do estado.

Resgatando um pouco do histórico da distribuição espacial no estado do Rio de Janeiro, percebe-se que a concentração populacional na Cidade do Rio de Janeiro, bem como em sua periferia, data de 1940, muito em função da atração migratória, que tem seu auge nos anos 1960, o que consolida a hegemonia desse espaço em detrimento do interior do estado (RIBEIRO, 2002).

Oliveira (2005) apontava que, já na década de 1960, a RMRJ apresentava uma das mais baixas taxas de crescimento demográfico, embora crescesse a uma média superior a 3% ao ano. Além disso, percebia-se, nesse mesmo período, o início do processo de intensificação da periferização na metrópole fluminense.

Nos anos 1960, 12,8 milhões deixaram o campo e dirigiram-se às áreas urbanas (MARTINE, 1994). Nesse mesmo período verificou-se a intensificação dos movimentos de curtas e médias distâncias, com as metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo – recebendo boa parcela desses migrantes, sendo 1,5 milhão deles na RMRJ.

Na metrópole fluminense também se percebia um dinamismo maior no crescimento demográfico de sua periferia em relação ao seu núcleo, o que sinalizava a manifestação de aspectos tais como: preço do solo, mercado de moradias, remoções que empurravam população e algumas atividades econômicas para as áreas periféricas.

Até a década de 1970, o estado do Rio se caracterizava como espaço de atração populacional. Junto com São Paulo, foi beneficiário das grandes transferências populacionais oriundas, sobretudo, do Nordeste, Espírito Santo e de Minas Gerais. Nesse período, o país atravessava uma quadra da história do seu desenvolvimento econômico marcado pela mudança no padrão de acumulação: o modelo agrário-exportador perdia importância para o modelo de substituição das importações. A indústria passa a ser o principal propulsor da economia nacional, localizando-se em alguns espaços definidos (especialmente na Região Sudeste). Vivia-se o auge no processo de industrialização em base fordista.

Nesses mesmos anos, o Nordeste contribuiu com a maior parcela do saldo migratório da RMRJ, 262 mil pessoas, embora também fosse possível perceber movimentos de retorno ao estado de origem (OLIVEIRA, 1999).

Penalva Santos (2003) aponta que nos anos 1980 a diminuição na renda média fluminense foi quase três vezes a observada no país, e no interior do estado a situação era ainda pior. Isto explicaria, parcialmente, a redução na atração dos fluxos interestaduais e as correntes migratórias que afluíram à Região Metropolitana a partir do interior do estado.

Nos anos 1986-1991 e 1995-2000 os saldos migratórios, na escala interestadual, foram praticamente nulos, como pode ser observado na Tabela 3.1. O núcleo da metrópole fluminense era a principal porta de entrada e saída da migração interestadual. Por outro lado, na outra escala, a periferia metropolitana se constituiu na principal área de destino dos movimentos que tiveram origem no interior do estado do Rio de Janeiro, muito embora a RM tenha perdido população nas trocas intra-estaduais (OLIVEIRA et al, 2007).

Nesses dois períodos intercensitários, a Unidade da Federação experimentou alterações no resultado líquido das trocas populacionais com as demais Unidades da Federação. Nos anos 1986-1991, o saldo migratório foi negativo em aproximadamente 57 mil pessoas. Já nos anos 1995-2000, os resultados do Censo Demográfico de 2000 apontaram uma migração líquida positiva ao redor de 52 mil migrantes. De acordo com o índice de eficácia migratória - IEM²³, o Rio de Janeiro, nessas duas décadas, poderia ser considerado como área de rotatividade migratória, uma vez que os valores dos índices foram de, respectivamente, -0,10 e 0,09, ou seja, próximos de zero. Baeninger (2008) aponta que, das vinte e sete Unidades da Federação, catorze foram caracterizadas como de rotatividade migratória no período 2001-2006, o que sugere ser um processo que se dissemina pelo país, à medida que os diferentes espaços vão se inserindo no novo modelo de desenvolvimento.

Como mencionado acima, em relação ao interior do estado, a metrópole inicia o processo de perda de população já nos anos 1980 sendo os IEM's, respectivamente, de -0,31 e -0,40, caracterizando a metrópole como espaço de média evasão migratória.

Mais que a mera quantificação dos resultados obtidos pelo Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana, que esconde regularidades e modificações de comportamentos, engendradas nas relações com os demais espaços de trocas migratórias, entre as duas décadas analisadas, o importante é perceber a qualidade latente a esses processos com determinados espaços de trocas²⁴.

²³ O índice de eficácia migratória (IEM) é calculado com base na divisão entre a diferença dos volumes de entrada e saída de migrantes, num determinado espaço, pela soma desses mesmos movimentos de imigração e emigração. O IEM varia entre -1 e 1, sendo que 1 corresponde a uma situação de elevada atratividade e -1 baixa atratividade. Para melhor detalhamento do índice veja quadro descritivo no Anexo 3.

²⁴ Estes aspectos serão abordados com mais detalhes no capítulo 4 deste trabalho.

Uma das citadas regularidades nos dois períodos é que o quadro econômico desfavorável, entre outros aspectos, fez que a RMRJ tivesse perda líquida de mão-de-obra qualificada (OLIVEIRA, 1999 e ERVATTI, 2003).

Neste sentido, a idéia no presente capítulo é debater as oscilações observadas na dinâmica migratória no estado do Rio de Janeiro nas trocas interestaduais, com base nos anos 1980, bem como, os movimentos populacionais verificados internamente no Rio de Janeiro entre as Regiões de Governo do estado, confrontando abordagens teóricas que corroboram para melhor compreensão do fenômeno. Deve-se ressaltar que essa quadra da história marca o esvaziamento político desta Unidade da Federação e o aprofundamento da crise econômica, que se abateu em todo país, em especial no território fluminense. Aspectos que, sem dúvida, contribuiriam para que esse espaço experimentasse, de forma inédita, saldo migratório negativo na década de 1980.

Para subsidiar a análise desses processos foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006 para descrever as migrações no estado do Rio de Janeiro, no âmbito das trocas interestaduais. Para tanto, recorreu-se à pergunta sobre o local de residência cinco anos antes da data de referência do levantamento estatístico²⁵, identificando-se a origem e destino desses fluxos. Para os deslocamentos intra-estaduais, devido à limitação de desagregação geográfica da PNAD 2006, foram levados em conta apenas os períodos 1986/1991 e 1995/2000. Além disso, foi destacado o comportamento dos movimentos pendulares, segundo as Regiões de Governo no estado do Rio de Janeiro, presentes no Censo Demográfico de 2000.

²⁵ Esse procedimento leva em consideração o conhecido conceito de residência a uma data-fixa.

3.1 Cenários das trocas Interestaduais

Nos anos 1980 o estado do Rio de Janeiro inicia sua série de volatilidade nos resultados de seus saldos migratórios interestaduais, registrando resultados negativos no período 1986-1991, que foram observados no Censo Demográfico de 1991: 253,4 mil imigrantes contra 310,8 mil emigrantes. Durante os anos 1995-2000, o estado do Rio de Janeiro voltou a atrair um volume maior de migrantes, 319,7 mil contra 267,6 mil emigrantes. Quer dizer, maior atração populacional combinada ao mesmo tempo com retenção mais significativa de população, como pode ser observado na Tabela 3.1, o que sinalizava a retomada do processo de recuperação do desenvolvimento econômico do estado.

Tabela 3.1
Rio de Janeiro: Imigrantes, emigrantes
e saldos migratórios interestaduais (por
mil)

	1986-1991/1995-2000.	
	1986- 1991	1995- 2000
Imigrantes	253,4	319,7
Emigrantes	310,8	267,6
Saldos Migratórios	-57,4	52,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000

Nesses dois períodos, como demonstra a Tabela 3.2, o estado fluminense obteve balanço positivo apenas nas trocas com o Nordeste, tendo inclusive aumentado o volume do saldo de uma década para outra. Contudo, a atração não foi exercida de maneira uniforme sobre todos os estados dessa região.

Tabela 3.2

Rio de Janeiro: Saldos migratórios interestaduais por área geográfica do estado, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1986/1991 e 1995/2000.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1986/1991			1995/2000		
	TOTAL	RMRJ	INTERIOR	TOTAL	RMRJ	INTERIOR
NORTE	-740	-880	140	-95	-853	758
RO	-684	-593	-91	-366	-295	-71
AC	-80	-131	51	-268	-289	22
AM	28	28	0	-1.605	-1484	-121
RR	-528	-525	-3	370	245	125
PA	1.096	873	223	1.711	1122	590
AP	-201	-222	20	33	-72	104
TO	-370	-309	-61	30	-81	110
NORDESTE	36.352	29.584	6.768	81.926	69.609	12.317
MA	2.908	2.637	271	8.320	7808	512
PI	1.346	1.213	132	3.494	3285	209
CE	9.932	8.636	1.297	11.685	10468	1.216
RN	-1.001	-1.443	442	-111	-1057	946
PB	12.617	10.894	1.723	28.055	25783	2.272
PE	7.419	6.157	1.262	12.237	9638	2.599
AL	657	411	245	2.810	2236	574
SE	-1.961	-2.056	96	1.478	886	592
BA	4.435	3.134	1.301	13.958	10562	3.396
SUDESTE	-53.081	-53.854	773	-18.150	-20.987	2.837
MG	-11.575	-17.235	5.660	-7.539	-9063	1.524
ES	-11.719	-11.411	-308	-9.728	-8972	-756
SP	-29.787	-25.208	-4.579	-883	-2952	2.069
SUL	-28.791	-9.491	-19.299	-4.953	-4.633	-320
PR	-11.296	-4.330	-6.966	-1.856	-1492	-364
SC	-8.228	-3.173	-5.055	-2.659	-2339	-320
RS	-9.266	-1.989	-7.278	-438	-803	364
CENTRO-OESTE	-11.153	-10.573	-580	-6.628	-5.981	-647
MS	-2.249	-2.325	76	-541	-412	-129
MT	-1.077	-851	-226	411	195	216
GO	-3.696	-3.361	-335	-1.710	-1442	-268
DF	-4.131	-4.037	-95	-4.788	-4322	-466
TOTAL	-57.412	-45.215	-12.198	52.100	37155	14.945

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A seguir, com base nos dados da Tabela 3.2, será realizada uma análise descritiva do balanço das trocas entre o estado do Rio de Janeiro e as Grandes Regiões, utilizando-se como indicador o Índice de Eficácia Migratória, destacando-se, eventualmente, o saldo migratório com uma ou outra Unidade da Federação. Complementando essas informações, no Anexo 5, Tabelas A1 e A2, é possível

verificar o volume de imigrantes e emigrantes, bem como o índice de eficácia migratória para uma das Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Considerando a Região Norte, nos anos 1986-1991, os ganhos populacionais ocorreram apenas com relação aos estados do Pará e Amazonas. Nesse período chegaram 12,7 mil imigrantes, partindo do estado 13,4 mil emigrantes, caracterizando a região como espaço de rotatividade migratória. No quinquênio 1995-2000 o desempenho com a região Norte foi idêntico ao período anterior, aportando por aqui 15,1 mil imigrantes e partindo 15,2 mil emigrantes. Além do Pará foi acrescentou-se Roraima como área de baixa absorção, ficando Amapá e Tocantins como áreas de rotatividade migratória. Para as demais UF's dessa região o estado do Rio de Janeiro perdeu população. Um aspecto a ser destacado é que o interior do estado, nos dois momentos, se mostrou mais atrativo para os migrantes vindos do Norte, obtendo saldo migratório positivo, em especial com o estado do Pará.

A Região Nordeste foi a grande emissora de emigrantes para o Rio de Janeiro, os saldos migratórios nos dois períodos foi favorável ao Rio, que teve uma eficácia migratória considerada respectivamente de baixa e média absorção. O Rio Grande do Norte, nos dois períodos analisados, e o Sergipe, entre 1986-1991, obtiveram resultado positivo na troca com o estado, muito embora tenham perdido população para os municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. Observa-se que na fase aguda da crise econômica o estado diminuiu sua atratividade sobre o Nordeste, apesar de ainda para um número expressivo o Rio permanecer como espaço mais favorável para a venda de sua força de trabalho, foram 118,1 mil imigrantes contra 81,8 mil emigrantes. No período 1995-2000, além de aumentar a

atração sobre a mão-de-obra nordestina, 160,7 mil imigrantes, o estado reteve um volume maior de emigrantes para aquela Região, 78,8 mil.

Os três estados da Região Sudeste obtiveram ganhos populacionais nas trocas com o Rio, nos dois períodos analisados, variando de espaços de baixa evasão a de rotatividade migratória, respectivamente. Cabendo salientar que os municípios fluminenses localizados no interior lograram balanço positivo nas migrações realizadas no âmbito do sudeste do país, mostrando-se mais atrativo para a força de trabalho dessa Região do que a Região Metropolitana. Nos dois períodos, o interior teve ganho líquido de população com Minas Gerais, respectivamente 5,7 mil e 1,5 mil migrantes, e nos anos 1995-2000 obteve saldo de 2,1 mil pessoas com São Paulo. Deve-se enfatizar que no Sudeste encontram-se as UF's que, separadamente, mais enviam e recebem migrantes nas trocas com o Rio de Janeiro. No quinquênio 1986-1991, Minas Gerais foi o estado que mais enviou população para o Rio, 45,6 mil pessoas, sendo São Paulo a que mais recebeu, 62,4 mil indivíduos. Nos anos 1995-2000, Minas Gerais enviou o maior volume de imigrantes, 48,3 mil, e recebeu a maior quantidade de emigrantes com origem no Rio de Janeiro, 55,9 mil pessoas.

Nas trocas com o Sul o Rio de Janeiro transitou, respectivamente, nos dois períodos analisados, como área de forte evasão a baixa evasão migratória, vendo o seu saldo migratório negativo ser reduzido de 28,8 mil pessoas para cerca de 5 mil migrantes, sendo a força de trabalho do interior do estado a que mais migrou para a Região Sul, entre 1986-1991. Mais uma vez, cabe destacar que o interior do Rio de Janeiro no quinquênio 1995-2000 ganha população do Rio Grande do Sul, não obstante o estado ter experimentado migração líquida negativa nas trocas com aquela UF.

Em relação à Região Centro-Oeste, o Rio de Janeiro permaneceu como espaço de baixa evasão migratória, nos dois períodos analisados, embora os saldos migratórios negativos tenham sido ínfimos, 580 e 647 migrantes, respectivamente. De novo, no período 1995-2000, num quadro de perda líquida de população para àquela Região, o interior do estado obteve saldo positivo nas trocas com o Mato Grosso.

Dado importante é que, mesmo perdendo população por duas décadas seguidas para as Regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, nos anos 1995-2000 essa perda foi menor para as quatro regiões, basicamente em função da maior atratividade exercida sobre esses espaços, combinada com menor evasão de população para essas áreas.

Quando consideradas as origens e os destinos dos fluxos de entradas e saídas, nos períodos analisados, é possível perceber que, no auge da crise nos anos 1980, no período 1986-1991, cerca de onze Unidades da Federação receberam fluxos com volumes superiores a 10 mil emigrantes oriundos do estado do Rio de Janeiro, evidenciando-se a Região Sul como importante área de destino, além do Sudeste e do retorno ao Nordeste, já percebido naquele momento. Na década seguinte, o Sul do país perde importância enquanto destino das migrações saídas do Rio de Janeiro, com as correntes seguindo basicamente para o Sudeste e Nordeste do país.

Do ponto de vista das entradas, considerando-se fluxos superiores a 20 mil imigrantes, nos anos 1986-1991, apenas São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Ceará enviaram um contingente expressivo de pessoas. Ou seja, evidencia-se que o Rio de Janeiro não se constituiu em espaço atrativo para as pessoas que se deslocaram naquele momento. No período 1995-2000, considerando-se o mesmo corte,

incorporaram-se Bahia e Pernambuco como importante espaço de origem da migração que se dirigiu para o Rio de Janeiro.

De acordo com os resultados da PNAD 2006, apresentados abaixo na Tabela 3.3, o Rio de Janeiro manteve-se como área de rotatividade migratória, sendo que agora voltando a experimentar saldo negativo de aproximadamente 41,6 mil pessoas. Esses volumes absolutos devem ser vistos com alguma reserva, face às conhecidas flutuações da amostra. Por exemplo, causa estranheza o estado do Rio de Janeiro não ter recebido nenhum migrante oriundo dos estados de Rondônia, Acre, Roraima e Tocantins, bem como não ter enviado uma só pessoa ao Sergipe. Além disso, passou a experimentar balanço negativo nas trocas com Maranhão, Ceará e Paraíba. Deve-se destacar que essa última Unidade da Federação historicamente sofreu forte atração migratória do Rio, ao ponto do nordestino, neste estado, ser tratado pejorativamente como “paraíba”, face à presença maciça de naturais daquele estado nas correntes imigratórias nordestinas.

Por outro lado, os mesmos dados sinalizam a manutenção das linhas gerais no comportamento dos deslocamentos interestaduais, ou seja, o estado do Rio de Janeiro ganhou população nos câmbios com as Regiões Norte e Nordeste do país, seguindo perdendo nas trocas com as demais Regiões.

Tabela 3.3

Rio de Janeiro: Imigrantes, Emigrantes, Saldos Migratórios e Índices de Eficácia Migratória, segundo Grandes Regiões – 2001/2006.

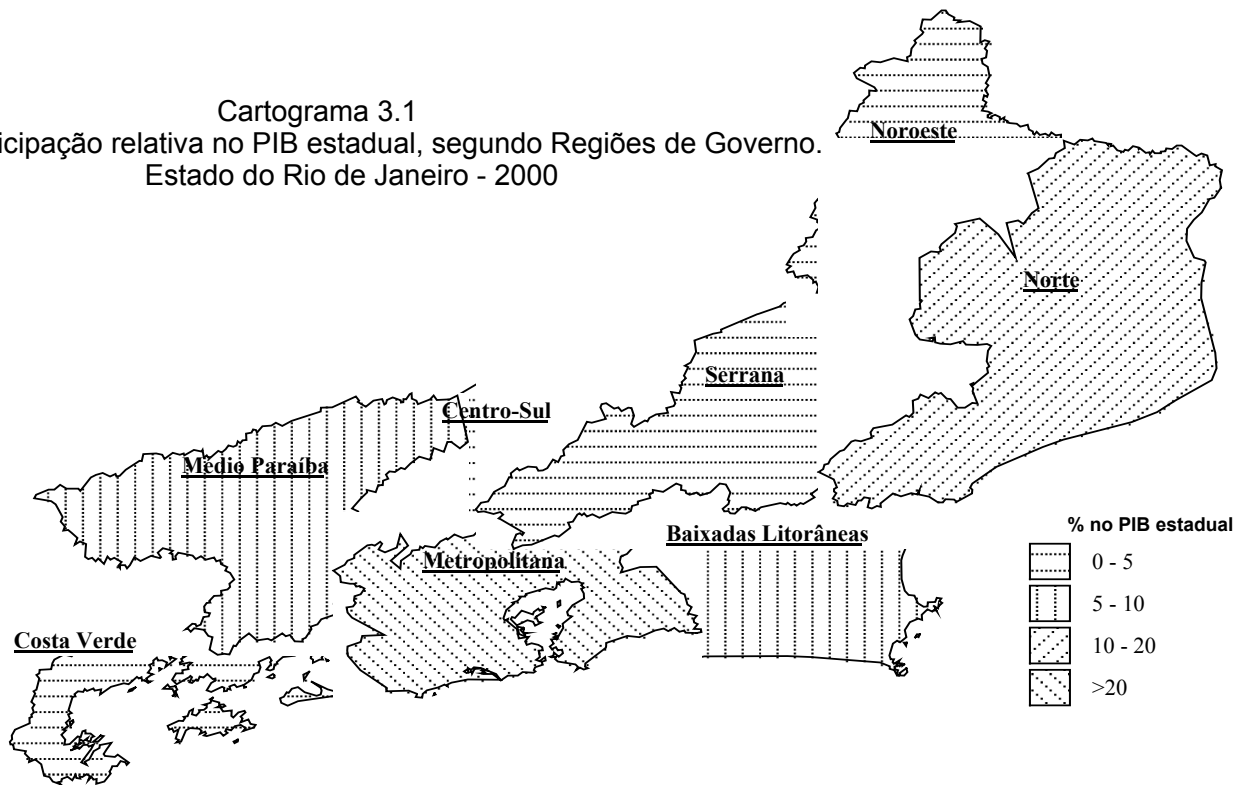
Grandes Regiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	IEM
NORTE	14.025	10.686	3.339	0,14
NORDESTE	86.277	78.892	7.385	0,04
SUDESTE	83.289	128.468	-45.179	-0,21
SUL	12.116	15.518	-3.402	-0,12
CENTRO-OESTE	14.331	18.070	-3.739	-0,12
TOTAL	210.038	251.634	-41.596	-0,09

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2006.

3.2 Cenários das trocas intra-estaduais

No Cartograma 1 observa-se claramente que o dinamismo econômico do Estado do Rio de Janeiro não ocorre apenas na sua Região Metropolitana. Algumas regiões do interior também apresentam forte desenvolvimento econômico: o Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas possuem altos percentuais de participação relativa no PIB em decorrência da atividade do petróleo (da extração e das atividades vinculadas à economia petrolífera), especialmente por conta do pagamento de *royalties*. Já a Região do Médio-Paraíba destaca-se pela dinâmica gerada pelo pólo metal mecânico, em decorrência, principalmente, da instalação de fábricas automobilísticas. Essas características reforçam o processo, ainda incipiente, de reorganização da atividade econômica e distribuição espacial da população no território fluminense, como será visto a seguir.

Cartograma 3.1
Participação relativa no PIB estadual, segundo Regiões de Governo.
Estado do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros, 1999 a 2003.
Malha Municipal digital do Brasil, 1997.

3.2.1. Deslocamentos Inter-regionais

A seguir será apresentada uma breve análise descritiva dos deslocamentos populacionais em cada uma das Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, com base nos dados da Tabela 3.4. e das matrizes de fluxos migratórios das Regiões de Governo, que podem ser observadas no Anexo 5, tabelas A3 e A4, respectivamente para os períodos 1986-1991/1991-2000.

Tabela 3.4
Rio de Janeiro: Saldos Migratórios Intra-estaduais e Índice de Eficácia Migratória,
segundo Regiões de Governo - 1986-91/1995-2000

Regiões de Governo	Saldos Migratórios		Índice de Eficácia Migratória	
	1986-91	1995-2000	1986-91	1995-2000
Baixadas Litorâneas	18111	53111	0,40	0,61
Médio Paraíba	1460	-1509	0,07	-0,06
RMRJ	-38802	-66932	-0,31	-0,40
Noroeste	133	-1062	0,01	-0,05
Norte	-1272	-2670	-0,04	-0,07
Serrana	7172	7168	0,21	0,17
Centro-Sul	3839	1916	0,24	0,11
Costa Verde	9361	9978	0,37	0,40

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Na região das Baixadas Litorâneas são três as principais fontes geradoras de riqueza: outros serviços, administração pública e a receita de aluguéis, tendo em vista a característica regional de balneário. Aparece também como significativo o setor da construção civil. Seu principal pólo de desenvolvimento está localizado no município de Cabo Frio, onde os aluguéis possuem a maior participação relativa no PIB Regional.

Essa Região de Governo, já nos anos 1986-1991, ganhava população de todas as Regiões de Governo, com exceção da região Costa Verde, registrando saldo positivo de 18,1 mil pessoas. Isto a levou ser caracterizada como área de média absorção migratória. No período seguinte tornou-se espaço de forte atração migratória, obtendo resultados positivos com todas as Regiões de Governo do estado, chegando a um saldo positivo de 53,1 mil pessoas., muito em função do transbordamento do desempenho econômico do Norte Fluminense e do seu dinamismo no setor de serviços.

A Região do Médio-Paraíba tem nas indústrias metalúrgicas a maior participação no PIB Regional, seguida pela indústria de material de transporte.

Nessa região destacam-se dois pólos distintos de desenvolvimento. Por um lado, Volta Redonda-Barra Mansa, onde predomina a indústria metalúrgica. Por outro lado, Resende - Porto Real, que possui uma escala menor, onde se destaca a indústria de material de transportes, setor que produz com tecnologia de ponta na automação industrial, os outros municípios são menos dinâmicos economicamente.

Essa região estabeleceu suas trocas populacionais mais significativas com a Região Metropolitana, com a qual obteve um pequeno saldo positivo nos dois quinquênios analisados. Todavia, levando-se em consideração as trocas gerais nos dois períodos, a Região do Médio-Paraíba apresentou oscilação como área de rotatividade migratória. Nesses momentos, além da RMRJ, exerceu forte atratividade sobre a região Centro-Sul, para onde também enviou um volume importante de população muito em função da curta distância que separa essas duas Regiões de Governo.

A RMRJ tem como principais áreas de desenvolvimento, além do seu núcleo (o município do Rio de Janeiro) no qual a principal riqueza é gerada no setor de serviços, os municípios de Duque de Caxias, onde o destaque fica por conta da indústria química, e Niterói, cuja principal atividade econômica é a da indústria de material de transportes, que ganhou novo fôlego com a reativação da construção naval. Em seu conjunto, a Região Metropolitana tem no segmento de serviços sua maior participação relativa no Produto Interno Bruto Regional.

Do ponto de vista dos deslocamentos populacionais, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1986-1991 perde população nas trocas com as demais regiões do estado, chegando a um saldo migratório negativo de 38,8 mil pessoas, resultando um Índice de Eficácia Migratória - IEM de -0,31, o que a caracterizou como área de média evasão. No período seguinte essa situação continuou, com a

RM perdendo população para todas as Regiões de Governo, sobretudo para a região das Baixadas Litorâneas, que obteve um saldo migratório positivo com a RMRJ de 42 mil pessoas, o maior observado em todo o estado. No geral, a metrópole sofreu perda líquida de 66,9 mil pessoas, tornando-se uma área de média evasão migratória, considerando o IEM.

A Região de Governo do Noroeste Fluminense é uma área pouco desenvolvida economicamente e tem a pior participação no produto interno bruto regional do estado. O principal município é Itaperuna cuja renda principal provém de aluguéis, que determina a dinâmica regional.

No Noroeste Fluminense, nos dois períodos, somando-se os movimentos de entradas e saídas, a migração girou em torno de apenas 19,7 mil pessoas, ou seja, os deslocamentos populacionais refletiram o baixo dinamismo econômico. Nos anos 1995-2000, a região ganhou população da RMRJ e perdeu principalmente para as Regiões Serrana e as Baixadas Litorâneas. Essa região manteve, nos dois períodos, a classificação de área de rotatividade migratória, que mais reflete a imobilidade de sua população.

De um modo geral, na Região Norte Fluminense também é o setor de outros serviços que representa a maior fonte geradora de riqueza, face às empresas prestadoras de serviço à exploração do petróleo, sendo esse desempenho alcançado graças à contribuição do município de Macaé, seu principal pólo de desenvolvimento econômico. Outra área de importante produção de riqueza é o município de Campos dos Goytacazes, cuja principal fonte é a receita com aluguéis.

O Norte Fluminense também apresentou correntes migratórias intensas, nos dois períodos observados, o que pode ser explicado pelo dinamismo que a atividade do petróleo imprimiu nessa região. Contudo, do ponto de vista do desempenho final

dos movimentos de população, o referido dinamismo não foi absorvido pelo conjunto da Região de Governo, já que combinava espaços que se beneficiavam com a produção petrolífera com outros em franca decadência econômica. Isso acabou fazendo que a região experimentasse saldos migratórios negativos, se caracterizando como de rotatividade migratória, nas duas décadas, resultado determinado, fundamentalmente, pelas relações estabelecidas com a Região das Baixadas Litorâneas. As intensas trocas populacionais estabelecidas entre essas duas regiões sugerem que suas estruturas econômicas estejam fortemente articuladas em torno da economia do petróleo. Cabe registrar que, muito embora com saldos migratórios pouco significativos, a Região Norte Fluminense manteve, igualmente, trocas populacionais intensas com a Região Metropolitana do estado.

Nas serras fluminenses, o PIB Regional também teve a sua maior participação relativa no setor de outros serviços no pólo Petrópolis - Nova Friburgo - Teresópolis. Cabe destacar que dado o seu caráter de balneário, a receita com aluguéis também aporta com contribuição de destaque na formação da riqueza regional.

Nessa região os saldos migratórios também são positivos nos dois períodos, na casa de 7,2 mil pessoas, resultado determinado, principalmente, pelas trocas com a RMRJ, Centro-Sul e com o Noroeste Fluminense. A região foi classificada como área de baixa atração migratória, dado os respectivos resultados do IEM, 0,21 e 0,17.

O Centro-Sul do estado é a segunda Região de Governo com menor participação do PIB Regional. Na totalidade da região, a principal fonte geradora são os aluguéis. Contudo, analisando os municípios que mais se destacam, Três Rios e

Paraíba do Sul, os principais segmentos são, respectivamente, a construção civil e os transportes.

Na Região Centro-Sul, observou-se um menor número de pessoas empreendendo deslocamentos intra-estaduais, chamando atenção para uma maior imobilidade de sua força de trabalho. Essa Região estabeleceu relações de trocas basicamente com a RMRJ, Médio-Paraíba e Região Serrana. Apesar de registrar saldos migratórios positivos nos anos 1986-1991 e 1995-2000, passou de um resultado de 3,8 mil pessoas a 1,9 mil. No último período, perdeu população para quase todas as demais áreas, a exceção da RMRJ e Serrana (espaço contíguo ao Centro-Sul), o que viria a garantir o balanço positivo nas trocas. Nos períodos observados, seu Índice de eficácia Migratória foi de baixa absorção.

A Região da Costa Verde, que além do turismo, nos municípios de Angra dos Reis e Parati, surge como espaço de atração de indústrias, em torno do porto de Itaguaí, e da retomada da indústria naval em Angra dos Reis, seu principal pólo econômico. Daí se destacarem como maiores fontes geradoras de riqueza da região os setores de serviços e material de transportes.

A Região da Costa Verde estabeleceu, tanto num período quanto no outro, suas principais relações de trocas populacionais com a RMRJ e o Médio-Paraíba. Com as outras Regiões de Governo os deslocamentos foram apenas residuais nos dois períodos analisados. Essa região experimentou saldos migratórios positivos nos dois períodos observados ao redor de 10 mil pessoas, classificando-se como área de média absorção migratória.

Além da estratégia de inserção ocupacional nos espaços extra-metropolitanos, que revelou o dinamismo econômico de certas áreas, suscitando o desempenho negativo no saldo migratório da Região Metropolitana do Rio de

Janeiro, outro fator a ser levantado, na composição dos fluxos que se dirigiram ao interior do estado, é a migração de retorno daqueles migrantes que viram a RMRJ como alternativa de sobrevivência no período anterior a 1986. Essas pessoas retornadas estariam fortemente presentes no expressivo volume da emigração oriunda na metrópole fluminense, respectivamente 12%, no período mais agudo da crise, nos anos 1986-1991, e 9% na década seguinte.

3.3. Movimentos Pendulares

Os dados do Censo Demográfico de 2000 possibilitam identificar os movimentos pendulares²⁶ como um tipo de deslocamento de população que não está restrito à metrópole, tendo importância significativa no conjunto das Regiões de Governo do estado. Ademais, de um modo geral, e aí incluindo as regiões menos dinâmicas do Noroeste e Centro-Sul, verifica-se que esse fenômeno ocorre para além das fronteiras estaduais limítrofes ao estado do Rio de Janeiro, atingindo Unidades da Federação das Regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Esse tipo de movimento poderia estar ensejando estratégia distinta de inserção ocupacional dos migrantes, nesse novo quadro de acumulação do capital, com todas as incertezas e a precarização que provoca no mercado de trabalho, haja vista que cerca de 80% desses movimentos são empreendidos exclusivamente com a finalidade de trabalho, como observado na Tabela 3.7. Essas estratégias estariam além daquelas do paradigma da periferização das metrópoles da década de 1970, onde o preço do solo era uma das variáveis determinantes no processo. A título de

²⁶ Foram considerados como movimentos pendulares aqueles empreendidos por motivo de trabalho ou estudo para um município ou país diferente daquele onde a pessoa residia na ocasião do Censo Demográfico. Cabe registrar a fragilidade deste quesito no Censo de 2000, uma vez que não estabelece a periodicidade do movimento, o que levou que se considerasse como pendular além dos deslocamentos diários, em alguns casos,

exemplificação, a Tabela 3.6 detalha os destinos dos movimentos pendulares realizados a partir da Região Metropolitana.

Tabela 3.6

Região Metropolitana do Rio de Janeiro:
Movimentos pendulares, segundo áreas
de destino - 2000.

Áreas de Destino	Pessoas
Rio de Janeiro	
Metrópole	728.101
Interior do estado	68.456
Unidades da Federação	11.476
Outros Países	1.712

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tendo-se em conta os movimentos pendulares para trabalho ou estudo, observou-se que a RMRJ, o Médio-Paraíba e as Baixadas Litorâneas foram as áreas onde os movimentos pendulares resultaram mais expressivos. Na metrópole fluminense e no Médio-Paraíba a intensidade desses movimentos é superior ao observado nos movimentos inter e intra-regionais. Esse mesmo fenômeno ocorre nas Regiões do Noroeste Fluminense e no Centro-Sul.

A partir da Região Metropolitana do Rio de Janeiro os deslocamentos pendulares tiveram como destino prioritário as Regiões Norte (majoritariamente Macaé), Costa Verde e Serrana. Deve-se salientar a dinâmica interna desses movimentos, que não se resumem no sentido periferia-núcleo, mas que incorpora também relações entre os municípios periféricos.

Nas demais Regiões de Governo o que se observou foi um dinamismo interno muito intenso, além de, em comum, deslocarem-se à metrópole²⁷. Há que se assinalar que a Região do Médio-Paraíba foi um importante destino dos movimentos

aqueles com duração superior a trinta dias. Daí surgirem movimentos entre áreas separadas por longas distâncias, como é possível perceber na Tabela 3.6.

pendulares oriundos do Centro-Sul e da Costa Verde. Da mesma forma, o Norte Fluminense se constituiu em espaço de atração aos movimentos originados nas Baixadas Litorâneas e no Noroeste. Nos dois casos, a proximidade geográfica contribui em boa medida como fator explicativo.

Tabela 3.7

Rio de Janeiro: Movimentos pendulares - total e exclusivo a trabalho, segundo Regiões de Governo – 2000.

Regiões de Governo	Movimentos Pendulares		
	Total	Trabalho	(%)
Baixas Litorâneas	41.380	29.957	72,39
Médio-Paraíba	53.331	35.772	67,08
RMRJ	809.745	661.898	81,74
Noroeste	11.359	7.540	66,38
Norte	15.162	11.539	76,10
Serrana	19.660	13.751	69,94
Centro-Sul	17.093	12.207	71,42
Costa Verde	11.206	8.147	72,70
Total	978.936	780.812	79,76

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Podem-se destacar quatro aspectos ao serem observados os resultados: i) que das regiões com maior dinamismo econômico do estado, três apresentaram saldos migratórios negativos nas trocas inter-regionais: a Região Metropolitana; o Norte Fluminense; e o Médio-Paraíba. A única região com saldo migratório positivo foi a Região das Baixadas Litorâneas. Esses resultados sugerem, num primeiro momento, que o desempenho no balanço das trocas migratórias não está intimamente relacionado com o dinamismo econômico, uma vez que nem sempre a riqueza gerada nesses espaços é aí distribuída; ii) a perda de população pela Região Metropolitana para todas as demais regiões do estado, sinalizando que o interior apresentou-se mais atrativo à mobilidade da força de trabalho; iii) a distância percorrida pelos migrantes. Com exceção das trocas mantidas com a metrópole do

²⁷ Os deslocamentos que têm como destino a metrópole fluminense devem ser relativizados face à curta distância

estado, os movimentos mais intensos foram estabelecidos entre as regiões com maior proximidade geográfica e dentro das próprias Regiões de Governo, indicando que no novo quadro de falta de garantias sociais, em face da regulação do mercado de trabalho, os migrantes buscam um menor risco ao empreender o deslocamento, como pode ser verificado na Tabela A5 no Anexo 5. Nesse sentido, o Norte estabeleceu suas trocas preferencialmente com as Baixadas Litorâneas e o Noroeste; o Médio-Paraíba com o Centro-Sul e a Costa-Verde; as Baixadas Litorâneas com o Norte e a Serrana; etc. e; iv) a dimensão assumida pelos movimentos pendulares, que foi além da RMRJ e envolveu espaços fora do estado do Rio de Janeiro.

No item 3.4 buscam-se maiores elementos explicativos para a ocorrência dos aspectos levantados nos subcapítulos acima.

3.4 Alguns aspectos e aportes teóricos que ajudam explicar os deslocamentos populacionais no Rio de Janeiro

3.4.1 Caráter estrutural da crise no estado do Rio de Janeiro

A crise econômica no estado do Rio de Janeiro atravessou boa parcela do século XX. A trajetória dos indicadores econômicos fluminenses, tais como participação na produção econômica regional, PIB Agropecuário, PIB Industrial e PIB Terciário, no período 1939-1995, foi de declínio (CANO, apud SIMÕES, 2003). A raiz das dificuldades econômicas no estado do Rio de Janeiro decorre, como já mencionado, da perda das hegemonias na cultura do café e depois na indústria para São Paulo, da forma como foi estruturado seu modelo de desenvolvimento, fortemente baseado em transferências e investimentos públicos, da transferência da

Capital Federal para Brasília, e da fusão do estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Portanto, antecede às duas últimas décadas do século XX. Os anos 1986-1991 só tornaram ainda mais dramático o problema. Ou seja, a crise tinha um caráter estrutural.

Ademais, os avanços das economias paulista, mineira e capixaba, a partir da década de 1970, serviram para isolar ainda mais o Rio de Janeiro no contexto regional do Sudeste. O estado perde expressão como escoadouro da produção nacional, principalmente para os portos de Santos e Tubarão, e o centro financeiro, para São Paulo (NATAL, 2001).

Aliado a esses fatos, e não obstante a concentração de recursos na metrópole, era flagrante que o interior do estado não estava preparado para receber a expansão industrial, tendo em vista possuir um reduzido número de cidades de porte intermediário entre as pequenas cidades e a metrópole. A exceção seriam Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e, em menor escala as cidades serranas de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Mas nenhuma delas estava em condições de competir com as cidades médias paulistas, mais bem servidas de infraestrutura e próximas dos maiores mercados consumidores (PENALVA SANTOS, 2003). Isto, com certeza, inibia a superação dos problemas do desenvolvimento econômico no estado.

Oliveira (2003) destaca ainda que o histórico processo de industrialização no estado, subsidiado por investimentos públicos e centrado na metrópole, se por um lado, de certo modo, alimentou a crise e inibiu sua superação, por outro, deixou como legado uma importante base de pesquisa científica e tecnológica, como já assinalara Lessa (2001). Esse legado sem dúvida serviu de insumo para a retomada

do desenvolvimento econômico, sobretudo nas áreas de exploração mineral e siderurgia.

Entretanto, é importante frisar que as elites políticas e econômicas do estado se concentraram mais na manifestação do problema do que propriamente na sua raiz, inclusive não percebendo as transformações econômicas que ocorriam no contexto mundial, face à mudança do padrão de acumulação do capital. Acreditavam que se tratava de algo conjuntural. Esse tipo de percepção, entre os outros fatores, levou a uma demora na real compreensão e, portanto, na rápida superação da crise. Quer dizer, não perceberam que estavam diante de uma crise estrutural, como já apontado, fruto do longo processo histórico, que agora se somava a um novo processo de mudança na ordem internacional (NATAL, 2001).

3.4.2 Estaria ocorrendo alguma recuperação e descentralização econômica no Rio de Janeiro?

Discutindo os processos mais gerais de desconcentração das atividades no modelo mundial de desenvolvimento econômico, Guimarães Neto (Apud PACHECO, 1998) aponta entre outros fatores explicativos da desconcentração: a desaceleração da economia pós-crise de 1970, cujos efeitos se localizaram mais fortemente nos espaços mais desenvolvidos; as políticas de incentivos fiscais; e as políticas de desenvolvimento regional. Com base nessas considerações, é importante destacar que não se trata de uma questão meramente econômica; há uma dimensão de poder em todo esse processo, à medida que a presença do Estado se faz necessária e manifesta-se por meio dos mais diversos tipos de políticas, sobretudo as de cunho fiscal e dotação de infra-estrutura. Por outro lado, também é possível perceber a forte vinculação desses processos com a escala econômica global, e, por

consequente, a relação com a crise mundial e a emergência de novas formas de acumulação.

Pacheco (1998) faz referência clara ao processo de acumulação flexível, às abordagens teóricas que tratam do tema e ao impacto disto nas atividades econômicas do país. Este autor aponta que os novos processos produtivos e a automação reforçam o papel das economias de aglomeração, devido à busca de espaços com mão-de-obra mais qualificada, centros de pesquisa, universidades, serviços profissionais, que criaram novas externalidades geradoras de pólos inovadores em novas cidades ou rejuvenescendo pólos antigos, desconcentrando atividades que normalmente estariam voltadas para as grandes cidades. Acrescenta que as áreas com oferta de força de trabalho mais qualificada levariam vantagem nas decisões locacionais das empresas. A intensificação dessas formas de globalização abriu possibilidades marginais de inserção no mercado mundial, num panorama de desconcentração restrita tanto na pesquisa tecnológica, como de fornecedores e prestadores de serviço.

Ratificando as observações apresentadas acima, na Região de Governo no Médio-Paraíba, por exemplo, o setor público assumiu papel importante na atração dos investimentos industriais. Além disso, em seus municípios estariam os principais investimentos em empresas de alta tecnologia, que estabelecem novas formas de relações de produção com a força de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

No Norte Fluminense, a presença do Estado, ainda que incipiente num primeiro momento, foi dotando a região com centro de capacitação e formação de mão-de-obra, por meio de escolas, universidades e centros de pesquisa de forma a suprir parte da demanda por força de trabalho especializada (OLIVEIRA, 2003).

Para Natal e Oliveira (2003), os anos 1995-2000 marcaram a desconcentração econômica em curso no estado, a qual seria originária da chamada inflexão da economia fluminense. Teriam cumprido papel significativo nesse processo o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e o Plano Plurianual de Aplicação de Recursos/1996-99, nos quais a lógica era a associação com o capital nacional e estrangeiro para os avanços logísticos que viabilizassem o lugar (município e estado). Com isto: o estado passou a abrigar as agências reguladoras de serviços públicos privatizados; foram realizados investimentos em infra-estrutura na construção de rodovias, sobretudo nas que ligam o Rio aos pólos mais dinâmicos do país – São Paulo e Minas Gerais, e também nos aeroportos; ocorreu a instalação de empresas importantes como a Volkswagen, Peugeot-Citroen, Guardian; além dos investimentos decorrentes dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo. A maioria desses investimentos econômicos ocorreu no interior do estado.

Ao analisar esse período, os autores assinalam que no estado do Rio de Janeiro foi possível perceber o processo de desconcentração, quando medido o percentual de estabelecimentos formais do interior em relação aos da capital:

(...) embora a capital apresente números mais elevados de estabelecimentos formais que o interior, esse último espaço diminuiu sua “distância” em relação ao primeiro na medida em que aumentou sua participação vis-à-vis os da capital, passando de 72,9% em 1992 para 86,7%. Isso sugere a idéia da ocorrência de certa desconcentração das atividades econômicas da capital para o interior (NATAL e OLIVEIRA, 2003, p. 7).

Esse seria um processo de “desconcentração econômica tardia” no estado do Rio de Janeiro, uma vez que o fenômeno perdia importância em alguns espaços, sendo mesmo possível observar alguns processos de reconcentração, como já apontara Diniz (1993).

Ainda tratando da relativa desconcentração das atividades econômicas no estado do Rio de Janeiro, Oliveira (2003) assinala que esse fenômeno estaria

ocorrendo em especial no setor das indústrias. Desse modo, o processo de espacialização das atividades econômicas no estado do Rio de Janeiro estaria associado não só às ações de empresas e grupos econômicos globalizados, mas também às transformações nas relações políticas e sociais que se deram em escalas mais locais. Ou seja, a reestruturação industrial no interior do estado seria simultânea à inflexão da concentração dos recursos, da arrecadação e da população na RMRJ.

As regiões nesse novo processo adquiriram certa autonomia para se colocarem no mercado enquanto espaço privilegiado de localização. Para tanto, somente a guerra fiscal não bastou, foram necessários investimentos em infraestrutura industrial e de serviços, formação profissional, sistemas de informação, dentre outros, como já assinalara Pacheco (1998). Contudo, há de se destacar que todos esses processos não ocorreram sem a presença de conflitos entre os sujeitos inscritos nesses territórios, ou seja, o que está referindo é a espaços construídos socialmente (OLIVEIRA, 2003).

Todavia, Penalva Santos (2003) questiona se realmente estaria ocorrendo processo de reversão do quadro de estagnação econômica no estado do Rio de Janeiro, ao contrário do que sustentam Natal e Oliveira (2003) e Oliveira (2003). A economia fluminense seria pouco articulada, fruto da separação histórica de núcleo x periferia, capital x interior e estado da Guanabara x estado do Rio de Janeiro, prevalecendo a concentração demográfica e econômica na metrópole, ao contrário de São Paulo e Minas Gerais onde existe maior variedade de opções locais das atividades econômicas.

Ainda de acordo com Penalva Santos (2003), a evolução econômica do estado não foi linear nos anos 1990, quando comparadas as tendências do país e da

UF. Entre 1991 e 1993, aumentou a participação da economia fluminense, num quadro de retração nacional. Entre 1994 e 1997, o cenário volta a mudar, com a economia brasileira apresentando uma expansão mais intensa. A autora conclui assinalando que o discurso de retomada de crescimento econômico no Rio de Janeiro fundava-se na possibilidade de melhor inserção nas atividades do terciário, o que de certa maneira ocorreu, só que, fundamentalmente, na metrópole.

A autonomia política dos municípios teria permitido maior capacidade para tratar de problemas associados à geração de trabalho e renda, em boa parte devido à criação de incentivos fiscais e integração sócio-cultural. Essas iniciativas até 1988 ficavam a cargo de instâncias superiores de poder, cenário que foi alterado com a promulgação da Constituição (PENALVA SANTOS, 2003).

Em resumo, a superação da crise econômica do estado passaria pela economia de serviços, localizada na metrópole, e pela disponibilidade de novas vantagens locacionais na atração da atividade industrial para o interior do estado. As comparações com a participação das outras áreas na produção de riqueza colocam o estado do Rio de Janeiro numa posição ainda inferior, não obstante a contribuição da indústria extrativa mineral. Isto sugere que a superação da estagnação econômica associada à despolarização espacial ainda não estavam presentes, pelo menos até o final da década de 1990 (PENALVA SANTOS, 2003).

Nessa nova ordem econômica, o espaço se estruturaria a partir das indústrias de alta tecnologia; atividades artesanais e pequenas e médias empresas; economia de serviços. Os dois primeiros elementos procuraram evitar as áreas metropolitanas e o último necessariamente buscou se localizar nas grandes cidades (PENALVA SANTOS, 2003). À luz das evidências empíricas, no caso do Rio de Janeiro, isto se configuraria apenas em linhas gerais, pois boa parte do desenvolvimento econômico

das Baixadas Litorâneas decorre do sucesso das atividades de serviço ao consumidor. Por outro lado, uma parcela importante das novas plantas industriais foram se localizar justamente na periferia metropolitana.

Tendo havido ou não a propalada descentralização ou a efetiva recuperação econômica nos anos 1990, o produto dessas transformações na dinâmica econômica do estado foi suficiente para alterar o sentido da corrente migratória principal nos movimentos populacionais, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, que passaram a privilegiar como destino as cidades médias do interior.

3.4.3 Análise regional sobre o comportamento dos fluxos migratórios nos anos 1980 e 1990

3.4.3.1 O Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana

Sayad (2000), analisando as migrações internacionais na Europa, afirma que, progressivamente, as áreas tidas como de expulsão reduziram a remessa de população e foram se integrando ao desenvolvimento do capital, sobretudo pela emigração de seus cidadãos em direção às áreas mais desenvolvidas. Por outro lado, algumas áreas, segundo a posição que ocupam na correlação de forças, podem ser ao mesmo tempo, e sem contradição, áreas de emigração para espaços mais desenvolvidos, e áreas de imigração para regiões mais pobres.

Pode-se assegurar que o estado do Rio de Janeiro experimentou um processo análogo ao sugerido por essa abordagem, sem que necessariamente o conceito seja de espaços mais ou menos desenvolvidos, mas da divisão do trabalho determinada pela nova ordem econômica e a forma como esses espaços a ela se subordinam. Essa constatação vem da observação do resultado dos saldos migratórios para as décadas de 1980 e 1990, que levaram a UF a ser classificada

como área de rotatividade migratória, bem como das trocas entre metrópole e interior no mesmo período.

Para Martins (2003), a cidade-metrópole já não oferece muitas alternativas de vida, perdeu seu poder de ressocializar com base em valores e relações sociais que estejam referidos à cidadania, à consciência cidadã dos direitos, ou a tudo que estaria associado à efetiva emancipação das pessoas em relação às necessidades que reduzem ou bloqueiam o alcance da consciência dos direitos. Para este autor na atualidade, as migrações se caracterizariam por um imaginário oposto: o próprio ato de migrar seria concebido como perda, expulsão, fim. Os migrantes estariam desde o início definindo formas conflitivas e antagônicas com a sociedade de destino. Antes se migrava para ascender socialmente. Agora se migra para atenuar a queda e muitas vezes já se migra no processo de queda. Muda o sinal da migração, tanto do ponto de vista simbólico quanto no efeito real dos balanços demográficos.

Uma das conseqüências da mudança do modelo de acumulação seria a mudança no simbolismo das migrações, antes vista como meio de promoção social no modelo fordista. A perda dessa simbologia estaria refletida no comportamento dos deslocamentos de população, sobretudo quando se pensa o resultado da metrópole fluminense nas décadas de 1980 e 1990. A atração por ela exercida estaria muito mais para espaço de sobrevivência do que área percebida como possibilidade de ascensão social, como no passado.

Nos anos 1990, naquilo que Penalva Santos (2003) denominou de nova dinâmica econômica mundial, o Rio de Janeiro passou a ter perspectivas melhores, em função de ser a segunda maior economia de serviços do país, combinada com boa oferta de serviços de educação, fornecendo força de trabalho qualificada às necessidades de controle dos fluxos de capital e informações. Parece que o estado

do Rio de Janeiro, em particular sua metrópole, apresentava vantagens locais para se inserir na nova ordem econômica.

O fato de a Região Metropolitana ter se caracterizado pela prestação de serviços, sejam esses especializados ou não, leva à atração de força de trabalho posicionada nos dois extremos da escala ocupacional (PENALVA SANTOS, 2003). Nas últimas décadas parece que, não obstante ter atraído força de trabalho qualificada, em especial pelo processo de privatizações e a implantação de indústrias em sua área periférica, a RMRJ atraiu um volume maior de trabalhadores de baixa qualificação, oriundo, sobretudo no Nordeste do país, hipótese que será testada no próximo capítulo.

No caso específico do Rio, as evidências apontam claramente que as indústrias se dirigem à periferia metropolitana e ao interior do estado, estando o dinamismo econômico do seu núcleo associado às atividades de serviços. Isto, em certa medida, explica o melhor desempenho nas trocas migratórias daqueles espaços, seja em relação aos deslocamentos interestaduais ou aos deslocamentos dentro da Unidade da Federação, por se tratar de atividade mais intensiva em mão-de-obra e possuir o efeito multiplicador das atividades industriais.

3.4.3.2 O Médio-Paraíba

Em relação ao *Médio-Paraíba*, o processo de privatização da CSN levou ao desemprego, sobretudo, nos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, uma vez que além da siderúrgica acabou atingindo seus fornecedores e distribuidores, tendo em vista que os atuais donos estabeleceram nova política de compra e venda de insumos e produtos (OLIVEIRA, 2003). Isto, associado à alta tecnologia menos

intensiva em mão-de-obra, ajuda a explicar o baixo desempenho do balanço migratório nos anos 1986-1991 e o saldo negativo da região na década seguinte.

Além disso, as cidades dessa Região de Governo não apresentaram desempenho importante no crescimento do PIB estadual, o que poderia estar corroborando para o resultado negativo no seu saldo migratório (PENALVA SANTOS, 2003).

Oliveira (2003) aponta que a maior proximidade da Região do Médio-Paraíba com a metrópole induziria ao uso da infra-estrutura de comércio e serviços especializados da RMRJ, o que limitaria o crescimento de suas cidades. Isto, de modo geral, ocorreria com os municípios das demais Regiões de Governo, ao contrário do que se observou em São Paulo e Minas Gerais, que constituíram centros urbano-regionais mais dinâmicos, dotados de estrutura de serviços e bases industriais. Esses aspectos, associados ao uso intensivo de tecnologia nas suas principais indústrias, demandando menos mão-de-obra, se somariam às explicações para o resultado no balanço das migrações naquela região.

3.4.3.3 O Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas

Villa e Rodriguez (1997), apesar de considerarem prematura a conexão entre as políticas neoliberais e a distribuição populacional e metropolização, apontam que políticas como a dinamização do mercado de trabalho em zonas de produção para a exportação; o amparo a investimentos para exploração de recursos primários (agrícolas, pesqueiros e minerais); e as atividades ligadas ao turismo teriam contribuído para recuperação do crescimento demográfico das áreas não metropolitanas.

Ao se considerar os casos do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas é possível perceber uma semelhança muito grande da proposição desses autores com os processos econômicos e demográficos no estado do Rio de Janeiro, especificamente em relação ao petróleo e ao turismo.

Em grande medida, a questão dos recursos naturais também está colocada no processo de desconcentração econômica e na atração de fluxos migratórios, cuja expressão maior é o município de Macaé, base operacional da exploração petrolífera, para onde se destinou parcela importante dos deslocamentos populacionais e dos movimentos pendulares. O município cresceu nas últimas décadas, tanto do ponto de vista econômico como demográfico, acima da média nacional e estadual (MATOS, 2004 e OLIVEIRA, 2003).

Nos anos 1990, o fim do monopólio na exploração do petróleo foi decisivo na atração de empresas multinacionais. Aliado a isto, o intenso rigor na cobrança dos impostos e o incremento da produção vieram a determinar o maior aumento na arrecadação dos municípios, por meio dos *royalties* (OLIVEIRA, 2003). Esses fatores combinados acabaram produzindo o desenvolvimento econômico dessas regiões. Todavia, cabe destacar que o maior dinamismo se deu nos municípios membros da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – OMPETRO, que reúne parte dos municípios do Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, e São João da Barra) e das Baixadas Litorâneas (Armação de Búzios, Cabo Frio, Casemiro de Abreu e Rio das Ostras).

Isto sugere uma forte correlação entre as dinâmicas econômicas e demográficas dessas duas Regiões de Governo, estando a prosperidade dos municípios das Baixadas Litorâneas associada ao desenvolvimento da outra Região.

Assim, poder-se-ia supor que nos anos 1986-1991, com a extração mineral ainda incipiente e na vigência de outro marco regulatório, o Norte Fluminense, que experimentou saldo migratório levemente negativo, embora já exercesse atração sobre a metrópole, tenha transferido população e parte de seu dinamismo para as Baixadas Litorâneas, que registrou balanço migratório positivo. Na década seguinte, com a abertura da extração às empresas multinacionais e, conseqüentemente a maior integração com o mercado global, o melhor desempenho produtivo, a ampliação da infra-estrutura produtiva e de serviços, dentre outros aspectos, a Região das Baixadas Litorâneas, do ponto de vista demográfico, aproveita-se melhor desse desenvolvimento no Norte Fluminense, passando a crescer econômica e demograficamente, recebendo importantes volumes de população daquela Região, particularmente de Macaé, em função do preço do solo naquele município, como também da RMRJ, conforme já registrado.

3.4.4 Considerações complementares

Aqui se tentou demonstrar que o pano de fundo no comportamento dos deslocamentos populacionais no Rio de Janeiro foi a mudança no padrão de acumulação que ensejou novas estratégias de inserção das atividades produtivas e busca do desenvolvimento local na ordem econômica mundial vigente. Para tanto, era importante enfatizar que a crise na economia fluminense antecedia as mudanças no referido padrão de acumulação, ou seja, seu caráter era estrutural. De igual importância foi confrontar as diversas visões teóricas sobre se estaria ocorrendo uma inflexão na crise e um processo de desconcentração produtiva no estado. Contudo, percebe-se a existência de outras especificidades que devem ser mencionadas na busca da melhor apreensão do fenômeno.

Lessa (2001), sob o argumento que os menos abastados migrariam para cidades dinâmicas economicamente ou onde a perspectiva de prosperidade estivesse presente, assinala que existiria uma “transparência” de informação entre as camadas mais pobres, indicando as possibilidades de sobrevivência. No mesmo sentido, a abordagem que trata da dualidade dos mercados de trabalho sinaliza que o migrante visa satisfazer suas necessidades, atingindo certo status ou bem-estar. A disjunção entre os padrões de vida entre origem e destino explicaria o fato dos baixos salários no lugar de destino soarem como generosos (MASSEY et al, 1993). Essas assertivas parecem verdadeiras para explicar a oscilação no saldo migratório do estado e da sua Região Metropolitana, nos quinquênios analisados. Embora não haja evidências empíricas, poder-se-ia supor que as redes sociais devem ter atuado indicando as possibilidades nestes espaços, que atraíram parcela significativa de segmentos de indivíduos despossuídos de oportunidades melhores ou com a sobrevivência ameaçada nas áreas de origens. Poder-se-ia tirar daí uma analogia para as trocas do nordeste com a RMRJ e dessa, em especial nos anos 1980, com alguns espaços no interior do estado, num cenário onde a metrópole fluminense se mostrava atrativa, ao mesmo tempo em que era menos atraente para outras áreas de dentro e fora do estado.

Outra linha de compreensão do fenômeno da rotatividade migratória é apresentada por Faist et al. (1997) que assinalam ser possível encontrar lugares de origem e destino que são muito similares tanto na preferência de migrar ou de permanecer, assim como as estruturas de oportunidades a que estão expostos. Essa é uma excelente questão. Até que ponto a afirmação de Faist et al. (1997), apontada acima, poderia ser generalizada?

Não obstante, Baeninger (2008) assinala que uma das maiores novidades do fenômeno migratório, no Brasil do século XXI, é a rotatividade migratória observada na maioria dos estados brasileiros. Apesar disto, talvez não seja possível generalizar que este comportamento seja determinado por semelhanças entre lugares de origem e de destino, como fazem Faist et al. (1997). Ao contrário, a inserção ocupacional dos migrantes nas correntes de entrada e saída nesses espaços poderia mostrar que não existe tanta similaridade entre os espaços de trocas, o que vai se tentar demonstrar no próximo capítulo.

Pensando os aspectos extra-metropolitanos, de acordo com Oliveira (2003), o interior seria a base territorial de sustentação da reestruturação industrial e desenvolvimento econômico do estado, ancorado na atividade de extração mineral, que sustentaria o crescimento de outros setores, como o naval e químico, em especial. Este seria um dado relevante na reversão do sentido da corrente principal nas migrações internas no estado do Rio de Janeiro, observada já nos anos 1980.

A situação no Rio de Janeiro colocava a mobilidade da força de trabalho, que abandona a região, sob duas condições: busca de ascensão e melhores ofertas de trabalhos para os mais qualificados; luta pela sobrevivência, para os mais desvalidos.

4. INSERÇÃO OCUPACIONAL E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO MIGRANTE NO RIO DE JANEIRO

Nesta parte da investigação busca-se discutir a inserção ocupacional e a precarização nas relações de trabalho das pessoas que empreenderam algum movimento interestadual ou intra-estadual que tenha envolvido a Unidade da Federação do Rio de Janeiro. Para tanto, adotou-se como recortes espaciais o Estado do Rio de Janeiro, em seu conjunto, e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O conceito de migrante continuará sendo o daquela pessoa que há cinco anos antes da data de referência do levantamento vivia em outro lugar, que não o espaço estudado (migrante de data-fixa). Além disso, foram investigadas as categorias: População Economicamente Ativa (PEA) ocupada e “não migrante de data-fixa”²⁸, sendo essa última resultado da diferença entre a PEA ocupada e os imigrantes de data-fixa.

Para realizar a análise inicialmente foi implementado um corte etário, tomando-se as pessoas com 25 anos ou mais de idade, de modo que diferenças de estruturas etárias entre as categorias populacionais analisadas não afetassem as comparações de cada uma das variáveis eleitas: precariedade das relações de trabalho²⁹, referentes àqueles trabalhadores sem contrato de trabalho, exclusive a categoria conta-própria; e os grupos de categorias ocupacionais, elaborados pelo

²⁸ Na prática a distribuição relativa da inserção por categorias ocupacionais do não migrante em uma data-fixa considerada e da PEA ocupada apresentaram percentuais muito semelhante.

²⁹ Na realidade foi estabelecida uma *Proxy* para a medida de precarização. Para tanto, foram consideradas nessa situação as seguintes categorias: todos aqueles trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada, empregados e aprendizes sem remuneração, trabalhadores para consumo próprio. Dada à dificuldade de se definir o que seria trabalho precário para a categoria conta-própria, decidiu-se pela não inclusão dessa categoria. Contudo é importante salientar que estudos da FGV-RJ apontam que, dos vinte milhões de trabalhadores por conta própria apenas 15% contribuem para a Previdência Social, o que sugere que o indicador aqui adotado pode estar subestimando a situação de precarização do mercado de trabalho.

Observatório das Metrôpoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ.

Além de buscar evidências empíricas que confirmem a perda de mão-de-obra qualificada pelo estado do Rio de Janeiro (ERJ) e pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como assinalado por Oliveira (2001), Ervatti (2003) e Simões (2004), também serão seguidas as “pistas” apontadas por Harvey (1992), que tratam da precarização do mercado de trabalho e dos novos tipos de inserção ocupacional como sintomas da mudança do padrão de acumulação do capital. Esses são os aspectos que fundamentam a hipótese aqui defendida, os quais teriam como consequência as alterações no comportamento das migrações. Acredita-se ser esse um caminho importante para apreender o modo como se operam os deslocamentos populacionais no Estado do Rio de Janeiro.

A seguir serão apresentados os perfis de inserção ocupacional e precarização da força de trabalho nas duas escalas de análises, para os três períodos observados.

4.1 Inserção dos migrantes nas categorias ocupacionais

4.1.1 A inserção ocupacional na escala interestadual

No período 1986/91, a inserção da força de trabalho pelas categorias ocupacionais era bem distinta quando comparada a PEA ocupada e as categorias de imigrantes e emigrantes nas trocas interestaduais, como é possível constatar na Tabela 4.1.

A mão-de-obra na PEA ocupada se concentrou, majoritariamente, nas ocupações do estrato médio (46,2%), onde se destacaram as ocupações no escritório (9,2%) e os serviços especializados (7,6%), vindo em seguida o estrato

inferior (41,6%), no qual a principal categoria é a dos trabalhadores domésticos (8,1%). O estrato superior das ocupações reuniu 12,1% da força de trabalho.

Entre os imigrantes predominaram as ocupações de mais baixa qualificação (48,2%), cujas maiores concentrações foram observadas entre os trabalhadores domésticos e da construção civil, respectivamente, 14,1% e 9,2%, vindo em seguida o estrato médio (38,9%), onde sobressaíram os prestadores de serviços especializados. As categorias ocupacionais de mais alta qualificação corresponderam a 12,9% da força de trabalho imigrante.

Quando observada a distribuição relativa da inserção por categorias ocupacionais dos emigrantes constata-se que a concentração se dá nas camadas médias (47,6%), mas com uma distribuição interna distinta da PEA ocupada no estado, destacando-se as ocupações de escritório (7,3%), trabalhadores no comércio (7,2%) e serviços especializados (6,4%). Quando esses resultados são associados à proporção de emigrantes nas ocupações do estrato superior (18,8%), verifica-se o início do ciclo de emigração em alta proporção da força de trabalho qualificada no estado. Entre os emigrantes as ocupações no estrato inferior representaram 33,6% da mão-de-obra.

Nesse período, o estado demandou, mais intensamente, uma força de trabalho de menor qualificação. Esses imigrantes podem ter se mobilizado face às piores condições para ofertar sua mão-de-obra no lugar de origem, como sugerem Lessa (2001) e Martins (2003), muito embora o Rio de Janeiro estivesse atravessando sua fase mais aguda da crise econômica. Por outro lado, e pelo mesmo motivo da crise e sem uma saída clara para se inserir na nova ordem econômica vigente, a força de trabalho mais qualificada do estado foi buscar

melhores oportunidades em outras Unidades da Federação, como visto, preferencialmente, na Região Sudeste.

Tabela 4.1
Rio de Janeiro: Categorias ocupacionais, por população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1986/1991.

Categorias ocupacionais	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
21-Grandes empregadores	44407	1,2	703	1,0	1167	1,1
22-Dirigentes do setor público	5056	0,1	338	0,5	567	0,5
23-Dirigentes do setor privado	11621	0,3	730	1,0	1056	1,0
31-Pequenos empregadores	125469	3,3	1346	1,8	3713	3,6
41-Profissionais autônomos de nível superior	43960	1,1	690	0,9	1713	1,6
42-Profissionais empregados de nível superior	62284	1,6	1520	2,1	3473	3,3
43-Profissionais estatutários de nível superior	85780	2,2	3049	4,1	5613	5,4
44-Professores de nível superior	88236	2,3	1102	1,5	2361	2,3
SUPERIOR	466811	12,1	9478	12,9	19663	18,8
32-Ocupações artísticas e similares	40554	1,1	1341	1,8	2876	2,8
51-Ocupações de escritório	353447	9,2	4501	6,1	7680	7,3
52-Ocupações de supervisão	180690	4,7	3922	5,3	6514	6,2
53-Ocupações técnicas	197107	5,1	2869	3,9	6476	6,2
54-Ocupações médias da saúde e educação	145604	3,8	1250	1,7	2944	2,8
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	99322	2,6	2208	3,0	4566	4,4
61-Trabalhadores do comércio	264306	6,9	4533	6,2	7538	7,2
62-Prestadores de serviços especializados	294120	7,6	5594	7,6	6649	6,4
71-Trabalhadores na indústria moderna	203981	5,3	2439	3,3	4469	4,3
MÉDIA	1779131	46,2	28656	38,9	49711	47,6
10-Ocupações agrícolas	124700	3,2	2214	3,0	5355	5,1
63-Prestadores de serviços não especializados	234531	6,1	4974	6,8	3969	3,8
72-Trabalhadores da indústria tradicional	257579	6,7	4064	5,5	5733	5,5
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	148066	3,8	1638	2,2	2618	2,5
74-Trabalhadores da construção civil	269352	7,0	6773	9,2	6009	5,8
81-Trabalhadores domésticos	310819	8,1	10353	14,1	5080	4,9
82-Ambulantes e catadores	121883	3,2	2802	3,8	3153	3,0
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	135802	3,5	2627	3,6	3200	3,1
INFERIOR	1602732	41,6	35446	48,2	35116	33,6
TOTAL	3848674	100,0	73580	100,0	104490	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

A situação da PEA ocupada em relação à inserção por categorias ocupacionais apresentou uma ligeira melhora nos estratos superior e médio, quando comparada ao período anterior (1986/91), sinalizando a mudança do perfil ocupacional do estado no momento de superação da crise econômica e inserção no novo padrão de acumulação do capital, como se pode deduzir dos dados

apresentados na Tabela 4.2. Nesse processo, a maior concentração relativa ocorre nas camadas ocupacionais médias (48,1%), sendo que entre essas categorias as dos serviços especializados experimentaram um maior crescimento, passando a representar 11,4% desse segmento. Em seguida destacam-se as ocupações do estrato inferior, no qual se percebe o aumento das ocupações nos trabalhos domésticos (9,1%) e construção civil (8,2%). Nos anos 1995-2000, o estrato superior da PEA ocupada agrupou 12,7% da força de trabalho.

No período considerado, a UF atraiu um percentual menor de trabalhadores com maior qualificação, aproximadamente 2% a menos do que no quinquênio 1986/91, com esse estrato passando a agrupar 11,1% das categorias ocupacionais. Por outro lado, o estrato médio foi o que mais cresceu entre os imigrantes, em detrimento dos outros segmentos, concentrando 44% da força de trabalho, com um significativo aumento dos trabalhadores nos serviços especializados, o que reforçaria o aumento de importância dessa categoria ocupacional no novo modelo de desenvolvimento econômico. Ratificando o perfil bipolar das ocupações nessa nova quadra da história, as ocupações do segmento inferior, que muito embora tenham reduzido sua participação, representaram 44,9% da mão-de-obra imigrante. Nesse estrato estiveram fortemente presentes os trabalhadores domésticos (13,3%), da construção civil (11,9%) e os prestadores de serviços não especializados (7%).

Entre os emigrantes também aumentaram as participações dos estratos ocupacionais superior e médio, 19,2% e 50,5% respectivamente. No período 1995-2000, a camada ocupacional média passou a concentrar não só a maioria relativa como também a absoluta da força de trabalho emigrante. Observadas de forma desagregada, as três principais categorias estavam nesse estrato: serviços especializados (8,9%), segurança e justiça (8,4%) e ocupações de supervisão

(6,6%), sinalizando com melhores oportunidades em face da mobilização exercida sobre a força de trabalho fluminense pelos espaços nacionais que também estavam se inserindo na nova ordem econômica. Em relação ao estrato inferior (30,3%), que viu sua participação relativa reduzida, destacaram-se as atividades agrícolas, com 6,1% da mão-de-obra emigrante.

Tabela 4.2

Rio de Janeiro: Categorias ocupacionais, por população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1995/2000.

Categorias ocupacionais	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
21-Grandes empregadores	31870	0,7	464	0,5	672	0,7
22-Dirigentes do setor público	12784	0,3	672	0,7	1313	1,3
23-Dirigentes do setor privado	16443	0,4	512	0,5	808	0,8
31-Pequenos empregadores	130905	2,9	1567	1,7	3611	3,6
41-Profissionais autônomos de nível superior	93840	2,1	1722	1,8	2957	2,9
42-Profissionais empregados de nível superior	148144	3,3	3597	3,8	5984	5,9
43-Profissionais estatutários de nível superior	33264	0,7	723	0,8	1711	1,7
44-Professores de nível superior	96809	2,2	1191	1,3	2447	2,4
SUPERIOR	564059	12,7	10448	11,1	19504	19,2
32-Ocupações artísticas e similares	53790	1,2	1761	1,9	2876	2,8
51-Ocupações de escritório	333537	7,5	4181	4,4	4876	4,8
52-Ocupações de supervisão	193990	4,4	5396	5,7	6739	6,6
53-Ocupações técnicas	229252	5,1	4326	4,6	6425	6,3
54-Ocupações médias da saúde e educação	184658	4,1	1598	1,7	2974	2,9
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	118575	2,7	4659	5,0	8578	8,4
61-Trabalhadores do comércio	344268	7,7	6484	6,9	6418	6,3
62-Prestadores de serviços especializados	507510	11,4	10068	10,7	8990	8,9
71-Trabalhadores na indústria moderna	178096	4,0	2853	3,0	3380	3,3
MÉDIA	2143676	48,1	41326	44,0	51255	50,5
10-Ocupações agrícolas	100103	2,2	1487	1,6	6160	6,1
63-Prestadores de serviços não especializados	257291	5,8	6567	7,0	2941	2,9
72-Trabalhadores da indústria tradicional	179658	4,0	3050	3,2	3403	3,4
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	233731	5,2	3086	3,3	4083	4,0
74-Trabalhadores da construção civil	363641	8,2	11172	11,9	4905	4,8
81-Trabalhadores domésticos	405282	9,1	12516	13,3	4793	4,7
82-Ambulantes e catadores	151135	3,4	3206	3,4	3291	3,2
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	55609	1,2	1100	1,2	1229	1,2
INFERIOR	1746450	39,2	42183	44,9	30806	30,3
TOTAL	4454186	100,0	93957	100,0	101565	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Deve-se destacar que as estruturas ocupacionais entre as categorias analisadas são distintas, o que reforça o aspecto que ressalta o interesse do capital

em mobilizar determinado tipo de força de trabalho que lhe seja mais conveniente, conforme o espaço onde se dá o processo de acumulação.

Como já mencionado antes, os dados da PNAD 2006 devem ser olhados com algum cuidado. Todavia, servem para indicar que foi mantida a tendência de transformação na estrutura ocupacional no estado do Rio de Janeiro, apontando que no quinquênio 2001/06 o estrato médio das categorias ocupacionais seguiu tendo a maior concentração relativa para PEA ocupada, imigrantes e emigrantes. Nos dados da Tabela 4.3 é possível observar que, com exceção da força de trabalho emigrante, nos outros segmentos populacionais investigados aumentou sensivelmente a participação das ocupações do estrato superior.

Tabela 4.3

Rio de Janeiro: Categorias ocupacionais, por população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 2001/2006.

Categorias ocupacionais	PEA total ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
21-Grandes empregadores	41535	0,72
22-Dirigentes do setor público	20574	0,36	1019	1,08
23-Dirigentes do setor privado	30642	0,53	636	0,84	1579	1,67
31-Pequenos empregadores	250840	4,33	2356	3,12	1989	2,10
41-Profissionais autônomos de nível superior	123041	2,13	3066	4,06	590	0,62
42-Profissionais empregados de nível superior	208856	3,61	4713	6,25	8275	8,75
43-Profissionais estatutários de nível superior	106086	1,83	3818	5,06	3472	3,67
44-Professores de nível superior	180276	3,12	1720	2,28	1319	1,39
SUPERIOR	961850	16,62	16309	21,61	18243	19,28
32-Ocupações artísticas e similares	72061	1,25	636	0,84	3930	4,15
51-Ocupações de escritório	356004	6,15	3440	4,56	4336	4,58
52-Ocupações de supervisão	308561	5,33	2428	3,22	5748	6,07
53-Ocupações técnicas	336499	5,82	3701	4,90	8222	8,69
54-Ocupações médias da saúde e educação	217721	3,76	2357	3,12	3151	3,33
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	127448	2,20	3889	5,15	7196	7,60
61-Trabalhadores do comércio	518930	8,97	4525	6,00	4659	4,92
62-Prestadores de serviços especializados	603077	10,42	8154	10,80	6543	6,91
71-Trabalhadores na indústria moderna	218560	3,78	896	1,19	2387	2,52
MÉDIA	2758861	47,68	30026	39,79	46172	48,80
10-Ocupações agrícolas	111903	1,93	1792	2,37	10359	10,95
63-Prestadores de serviços não especializados	302007	5,22	3441	4,56	2595	2,74
72-Trabalhadores da indústria tradicional	227073	3,92	3065	4,06	5095	5,38
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	260674	4,50	2358	3,12	1881	1,99
74-Trabalhadores da construção civil	339017	5,86	3889	5,15	4317	4,56
81-Trabalhadores domésticos	623746	10,78	12679	16,80	3576	3,78
82-Ambulantes e catadores	197641	3,42	1909	2,53	2385	2,52
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	3629	0,06
INFERIOR	2065690	35,70	29133	38,60	30208	31,92
TOTAL	5786401	100,00	75468	100,00	94623	100,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Contudo, isto não foi suficiente para reverter o quadro de perda de mão-de-obra qualificada pelo conjunto do estado, como se verifica na Tabela 4.4. Nos quinquênios 1986/91 e 1995/2000, não obstante a UF no seu todo ter perdido população nas trocas populacionais, observa-se que no estrato com as ocupações de menor qualificação o saldo migratório foi positivo a favor do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 4.4

Rio de Janeiro: Saldos migratórios, segundo categorias ocupacionais, 1986/91, 1995/2000 e 2001/2006.

Categorias ocupacionais	Saldo Migratório		
	1986/91	1991/2000	2001/06
21-Grandes empregadores	-464	-207	...
22-Dirigentes do setor público	-229	-641	...
23-Dirigentes do setor privado	-326	-296	-943
31-Pequenos empregadores	-2367	-2045	367
41-Profissionais autônomos de nível superior	-1023	-1236	2476
42-Profissionais empregados de nível superior	-1953	-2387	-3562
43-Profissionais estatutários de nível superior	-2564	-988	346
44-Professores de nível superior	-1259	-1257	401
SUPERIOR	-10185	-9056	-1934
32-Ocupações artísticas e similares	-1535	-1115	-3294
51-Ocupações de escritório	-3179	-695	-896
52-Ocupações de supervisão	-2592	-1343	-3320
53-Ocupações técnicas	-3607	-2099	-4521
54-Ocupações médias da saúde e educação	-1694	-1377	-794
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	-2358	-3919	-3307
61-Trabalhadores do comércio	-3005	67	-134
62-Prestadores de serviços especializados	-1055	1078	1611
71-Trabalhadores na indústria moderna	-2030	-527	-1491
MÉDIA	-21055	-9929	-16146
10-Ocupações agrícolas	-3140	-4673	-8567
63-Prestadores de serviços não especializados	1005	3625	846
72-Trabalhadores da indústria tradicional	-1669	-353	-2030
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	-979	-997	477
74-Trabalhadores da construção civil	764	6267	-428
81-Trabalhadores domésticos	5273	7723	9103
82-Ambulantes e catadores	-351	-84	-476
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	-573	-129	...
INFERIOR	330	11377	-1075
TOTAL	-30910	-7608	-19155

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

4.1.2 A inserção ocupacional na escala intra-estadual

A inserção ocupacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dos migrantes e da PEA ocupada no âmbito intra-estadual, no período 1986/91, pode ser observada na Tabela 4.5. Nela verifica-se que a distribuição relativa das categorias ocupacionais na PEA ocupada é mais concentrada nas camadas médias (48,8%), que tem como principais segmentos as ocupações de escritório (10,2%) e os serviços especializados (8%), em seguida aparece o estrato inferior (38,5%), onde o

destacam-se os trabalhadores domésticos (7,8%). As atividades que requerem maior qualificação reuniram 12,8% da mão-de-obra. Cabe salientar que as estruturas ocupacionais da PEA ocupada na RMRJ e na UF, em seu conjunto, diferem muito pouco, haja vista a forte concentração de população e atividades econômica na metrópole.

Quando são analisados os imigrantes na RM observa-se, nesse período, uma mobilização de força de trabalho muito semelhante à exercida sobre a migração interestadual. Destacam-se as ocupações de menor qualificação (46,7%) e novamente as maiores proporções são de trabalhadores domésticos e da construção civil, respectivamente 14,4% e 8,6%. O estrato médio concentrou 41,5% da mão-de-obra, surgindo aí uma pequena diferença em relação à imigração interestadual, nesta escala, sobressaíram as ocupações de escritório ao invés daquelas nos serviços especializados. O segmento superior das categorias ocupacionais somou 11,8% dos trabalhadores imigrantes.

Os emigrantes da RM apresentaram uma estrutura ocupacional distinta daqueles que empreenderam o movimento na escala interestadual. Apesar das principais categorias localizarem-se no estrato médio (42,3%), destacando-se as ocupações de escritório (8%), uma proporção mais significativa de ocupações menos qualificadas foi vender sua força de trabalho no interior do estado (40,6%), quando comparados aos que optaram por sair da UF (33,6%). As ocupações que reuniram os trabalhadores de maior qualificação contribuíram com 17,1% da força de trabalho emigrante.

Tabela 4.5

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Categorias ocupacionais, por população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1986/1991.

Categorias ocupacionais	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
21-Grandes empregadores	35245	1,2	132	0,8	311	1,2
22-Dirigentes do setor público	4181	0,1	60	0,4	87	0,3
23-Dirigentes do setor privado	11083	0,4	42	0,2	60	0,2
31-Pequenos empregadores	89488	3,0	404	2,4	1322	5,0
41-Profissionais autônomos de nível superior	37065	1,2	201	1,2	553	2,1
42-Profissionais empregados de nível superior	56365	1,9	233	1,4	398	1,5
43-Profissionais estatutários de nível superior	76143	2,6	517	3,1	1040	4,0
44-Professores de nível superior	69457	2,3	380	2,3	712	2,7
SUPERIOR	379027	12,8	1969	11,8	4484	17,1
32-Ocupações artísticas e similares	34109	1,1	201	1,2	526	2,0
51-Ocupações de escritório	301627	10,2	1322	7,9	2090	8,0
52-Ocupações de supervisão	147332	5,0	792	4,7	1210	4,6
53-Ocupações técnicas	166954	5,6	641	3,8	1633	6,2
54-Ocupações médias da saúde e educação	106933	3,6	633	3,8	678	2,6
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	86860	2,9	440	2,6	918	3,5
61-Trabalhadores do comércio	208992	7,0	872	5,2	1712	6,5
62-Prestadores de serviços especializados	237907	8,0	1127	6,7	1463	5,6
71-Trabalhadores na indústria moderna	156817	5,3	916	5,5	867	3,3
MÉDIA	1447530	48,8	6945	41,5	11097	42,3
10-Ocupações agrícolas	24218	0,8	377	2,3	1274	4,9
63-Prestadores de serviços não especializados	182457	6,1	1071	6,4	906	3,5
72-Trabalhadores da indústria tradicional	194378	6,5	798	4,8	1312	5,0
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	113085	3,8	411	2,5	779	3,0
74-Trabalhadores da construção civil	181364	6,1	1440	8,6	1866	7,1
81-Trabalhadores domésticos	230481	7,8	2404	14,4	2679	10,2
82-Ambulantes e catadores	100322	3,4	676	4,0	1103	4,2
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	115781	3,9	631	3,8	718	2,7
INFERIOR	1142086	38,5	7807	46,7	10637	40,6
TOTAL	2968644	100,0	16720	100,0	26218	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Percebe-se que interior do estado, no período de tempo analisado, demandou da RMRJ um contingente importante de mão-de-obra um pouco menos qualificada, não obstante a maior parte dos emigrantes esteja inserida nas camadas médias das categorias ocupacionais e a parcela da força de trabalho nas ocupações do estrato superior seja proporcionalmente maior do que aquela observada na PEA ocupada na RM.

No quinquênio 1995-2000, como demonstram os dados da Tabela 4.6, seguindo o desempenho observado para o conjunto da UF, melhorou ligeiramente o

perfil ocupacional da PEA ocupada tanto no estrato superior (13,6%) quanto no médio (50,4%), sendo que este último, que já detinha a maioria relativa das categorias ocupacionais no período anterior, passou a deter também a maioria absoluta da força de trabalho. Reforçando a centralidade do setor de serviços na economia da RMRJ, seguiram figurando entre aquelas ocupações de maior destaque as do comércio (8,2%) e as dos serviços especializados (11,8%), agora invertendo a ordem de importância. Também como no conjunto do estado, o caráter bipolar das ocupações deixou sua marca no espaço metropolitano, o estrato inferior concentrou 35,9% da mão-de-obra, aumentando a participação dos trabalhadores domésticos e da construção civil, respectivamente, 8,5% e 7,2%.

Como era de se esperar, conforme a tese aqui defendida, no período analisado, a metrópole atraiu um perfil de força de trabalho semelhante a da UF como um todo, transparecendo novamente o perfil bipolar dessa mobilização da mão-de-obra imigrante, onde surgem como categorias mais mobilizadas aquelas nos serviços especializados (13%), trabalhadores domésticos (12,5%) e na construção civil (9,7%). Observa-se na Tabela 4.6 que ocorreu uma melhora no perfil ocupacional dos emigrantes, quando comparado ao período anterior, sendo essa melhora mais bem percebida no estrato médio (46,2%), que passou a concentrar a maioria relativa da força de trabalho imigrante. O estrato superior subiu sua participação para 12,4%, enquanto o inferior reduziu sua contribuição, concentrando 41,5% dos trabalhadores imigrantes.

O perfil ocupacional do emigrante no período considerado experimentou uma significativa melhora em relação ao período 1986/91, sobretudo no estrato médio, que passou a concentrar 49% da força de trabalho emigrante, destacando-se os trabalhadores nos serviços especializados (9,7%) e no comércio (7,2%). Por outro

lado, o segmento menos qualificado, embora com sua participação reduzida, ainda concentrava 31,8% da mão-de-obra emigrante, enviando para as outras Regiões de Governo uma proporção menor de trabalhadores domésticos (7,7%) e da construção civil (6,4%). O estrato de mais alta qualificação, que também viu aumentada sua participação na emigração, concentrou 19,2% dessa mão-de-obra.

Tabela 4.6

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Categorias ocupacionais, por população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1995/2000.

Categorias ocupacionais	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
21-Grandes empregadores	25091	0,8	113	0,5	264	0,7
22-Dirigentes do setor público	9504	0,3	93	0,4	303	0,8
23-Dirigentes do setor privado	12559	0,4	81	0,4	118	0,3
31-Pequenos empregadores	95139	2,9	486	2,2	1937	5,2
41-Profissionais autônomos de nível superior	77547	2,3	411	1,8	1476	3,9
42-Profissionais empregados de nível superior	128253	3,9	965	4,3	1622	4,3
43-Profissionais estatutários de nível superior	29200	0,9	219	1,0	450	1,2
44-Professores de nível superior	76785	2,3	394	1,8	1035	2,8
SUPERIOR	454077	13,6	2762	12,4	7206	19,2
32-Ocupações artísticas e similares	43580	1,3	445	2,0	833	2,2
51-Ocupações de escritório	272965	8,2	1163	5,2	2149	5,7
52-Ocupações de supervisão	156473	4,7	1044	4,7	2061	5,5
53-Ocupações técnicas	190400	5,7	937	4,2	2471	6,6
54-Ocupações médias da saúde e educação	132906	4,0	640	2,9	1592	4,2
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	99474	3,0	630	2,8	1844	4,9
61-Trabalhadores do comércio	261364	7,9	1767	7,9	2695	7,2
62-Prestadores de serviços especializados	394205	11,8	2908	13,0	3664	9,7
71-Trabalhadores na indústria moderna	126282	3,8	792	3,5	1124	3,0
MÉDIA	1677650	50,4	10326	46,2	18432	49,0
10-Ocupações agrícolas	16154	0,5	349	1,6	788	2,1
63-Prestadores de serviços não especializados	188322	5,7	1114	5,0	1353	3,6
72-Trabalhadores da indústria tradicional	128419	3,9	787	3,5	1096	2,9
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	175935	5,3	1059	4,7	1712	4,6
74-Trabalhadores da construção civil	239960	7,2	2162	9,7	2420	6,4
81-Trabalhadores domésticos	282803	8,5	2792	12,5	2899	7,7
82-Ambulantes e catadores	121974	3,7	723	3,2	1085	2,9
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	41835	1,3	282	1,3	611	1,6
INFERIOR	1195402	35,9	9270	41,5	11965	31,8
TOTAL	3327128	100,0	22357	100,0	37603	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Nesse período, RM e interior demandaram um perfil de mão-de-obra mais qualificada, embora distribuída de forma um pouco diferente, sobretudo nos estratos

médio e superior. Esta maior seletividade exercida sobre a força de trabalho migrante sinaliza as formas de inserção econômica desses espaços no processo mais geral de acumulação e o tipo de trabalhador que interessa mobilizar.

Tanto o estado do Rio de Janeiro, em seu conjunto, quanto sua metrópole alteraram a sua estrutura ocupacional de forma bem semelhante³⁰. Entre a PEA ocupada passaram a predominar as ocupações nas camadas médias, destacando-se o aumento da participação dos serviços especializados e a manutenção das ocupações no comércio e escritório, como também, no estrato superior, sobretudo entre os profissionais liberais, que superam pequenos empregadores. Por outro lado, os estratos inferiores das ocupações perdem importância relativa. Quando são observados os imigrantes, percebe-se que também houve mudanças, embora sigam predominando nos dois períodos os serviços especializados, empregados domésticos e construção civil. Contudo, os serviços especializados ganham maior relevância, bem como todo o estrato médio de ocupações, e em menor medida os segmentos superiores, haja vista que no quinquênio 1995-2000, no conjunto da UF, diminuiu a atração por essa força de trabalho nesse estrato. Era de se esperar, face o novo modelo econômico, que as ocupações industriais perdessem relevo, o que de fato ocorre seja na indústria moderna ou na tradicional.

Do ponto de vista dos emigrantes, sejam os que ou saem do ERJ ou da RMRJ, predominam, nos dois períodos, as ocupações no estrato médio, tais como: ocupações de escritório, de supervisão, comércio e serviços especializados, com essa última ocupação assumindo clara relevância nos anos 1995-2000. Na escala intra-estadual, os trabalhadores domésticos e da construção civil ainda mantiveram uma participação importante na mão-de-obra emigrante da RMRJ. Por outro lado,

³⁰ Nunca é demais lembrar que a RMRJ concentra aproximadamente 75% dos empregos e da população fluminenses.

muito embora tenha sido mostrado nos Capítulos 2 e 3 que a indústria fluminense havia iniciado um processo de desconcentração rumo ao interior do estado, baseada sobretudo no setor industrial, isso não foi suficiente para influenciar alterações na estrutura ocupacional nessas Regiões de Governo, pois entre os emigrantes, nas duas escalas analisadas, também diminuiu a participação relativa nos empregos na indústria, seja a moderna ou a tradicional

Quando observado sob a ótica dos resultados dos saldos migratórios, como apresentado Tabela 4.7, o desempenho nas trocas intra-estaduais foi francamente desfavorável à RMRJ. Não obstante tenha perdido população para as demais Regiões de Governo do estado, nos dois períodos analisados, essa perda ocorre fundamentalmente nos estratos mais qualificados da estrutura ocupacional, 26,5% e 43,7%, respectivamente nos segmentos superior e médio, no quinquênio 1986/91.

No período seguinte, as perdas são ainda maiores tanto em volume quanto em proporções. As ocupações do estrato médio representaram 53,2% da força de trabalho perdida, enquanto no segmento superior essa proporção foi de 29,2%. Concomitantemente, reduz-se o volume da perda nas ocupações com pior qualificação, sinalizando uma maior retenção desse tipo de população na Região Metropolitana.

Tabela 4.7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Saldos migratórios, segundo
categorias ocupacionais, 1986/91 e 1995/2000.

Categorias ocupacionais	Saldo Migratório	
	1986/91	1991/2000
21-Grandes empregadores	-179	-151
22-Dirigentes do setor público	-27	-210
23-Dirigentes do setor privado	-18	-38
31-Pequenos empregadores	-918	-1451
41-Profissionais autônomos de nível superior	-352	-1065
42-Profissionais empregados de nível superior	-165	-658
43-Profissionais estatutários de nível superior	-523	-231
44-Professores de nível superior	-332	-641
SUPERIOR	-2515	-4444
32-Ocupações artísticas e similares	-325	-388
51-Ocupações de escritório	-768	-986
52-Ocupações de supervisão	-418	-1017
53-Ocupações técnicas	-992	-1534
54-Ocupações médias da saúde e educação	-45	-952
55-Ocupações da segurança pública, justiça e	-478	-1214
61-Trabalhadores do comércio	-840	-928
62-Prestadores de serviços especializados	-336	-756
71-Trabalhadores na indústria moderna	49	-331
MÉDIA	-4153	-8106
10-Ocupações agrícolas	-898	-439
63-Prestadores de serviços não especializados	165	-239
72-Trabalhadores da indústria tradicional	-514	-309
73-Trabalhadores dos serviços auxiliares	-368	-653
74-Trabalhadores da construção civil	-426	-258
81-Trabalhadores domésticos	-274	-107
82-Ambulantes e catadores	-427	-362
98-OCUPACAO OU ATIVIDADE=00	-87	-329
INFERIOR	-2830	-2695
TOTAL	-9497	-15246

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

4.2 Precariedade nas relações de trabalho da mão-de-obra migrante

4.2.1 A precarização da força de trabalho na escala interestadual

No período 1986/91, do total da PEA ocupada no estado 17% experimentou relações de trabalho precárias. Observa-se na Tabela 4.8 que a mão-de-obra imigrante foi a que mais sofreu em suas relações com o patronato, já que 22,3% encontravam-se nessa situação de precariedade. Já os emigrantes foram vender

sua força de trabalho em condições ligeiramente melhor que os imigrantes, pois aproximadamente 1/5 sofreu com a precarização dessas relações.

Tabela 4.8

Rio de Janeiro: Precariedade das relações de trabalho, para população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1986/1991.

Precariedade das relações de trabalho	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
Precária	517.107	17,0	13.665	22,3	16.515	20,2
Não precária	2.532.955	83,0	47.489	77,7	65.194	79,8
Total	3.050.062	100,0	61.154	100,0	81.710	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Nitidamente percebe-se que a precarização da força de trabalho é muito mais intensa entre a mão-de-obra migrante, mesmo naquelas situações onde essa possui melhor qualificação que a força de trabalho local.

Como já havia sido sinalizado por Harvey (1992) e Lipietz e Leborgne (1988), entre outros, a precariedade das relações de trabalho foi ainda mais intensa à medida que a UF foi se inserindo no novo padrão de acumulação, como observado no período 1995/2000, atingindo as três categorias populacionais analisadas. Contudo, foi a força de trabalho migrante que seguiu sentindo ainda mais o continuado processo de precarização no mercado de trabalho, sobretudo os imigrantes que tinham 30,6% de sua mão-de-obra nessa situação, ao passo que entre os emigrantes essa proporção foi de 29,7%. A Tabela 4.9 apresenta esses resultados.

Tabela 4.9

Rio de Janeiro: Precariedade das relações de trabalho, para população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1995/2000.

Precariedade das relações de trabalho	PEA total ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
Precária	905.288	26,9	23.120	30,6	22.959	29,7
Não precária	2.465.223	73,1	52.512	69,4	54.345	70,3
Total	3.370.511	100,0	75.631	100,0	77.304	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A tabela 4.10 apresenta os dados de precarização da força de trabalho para o quinquênio 2001/06, onde se pode constatar, apesar das restrições aos dados, que a situação de precarização ainda seguiu bem intensa para aquelas pessoas que se encontravam na PEA ocupação, sofreu uma redução entre os imigrantes e se acentuou no caso dos emigrantes.

Tabela 4.10

Rio de Janeiro: Precariedade das relações de trabalho, para população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 2001/2006.

Precariedade das relações de trabalho	PEA total ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
Precária	1168398,0	26,0	16.826	27,7	24.646	34,3
Não precária	3327662,0	74,0	43.909	72,3	47.287	65,7
Total	4.496.060	100,0	60.735	100,0	71.933	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios.

4.2.2 A precarização da força de trabalho na escala intra-estadual

Do ponto de vista da precariedade das relações de trabalho, apresentada na Tabela 4.11, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1986/91, tinha nessa situação 15% da PEA ocupada, ligeiramente melhor do que a verificada no conjunto da UF para essa categoria de análise. Já os imigrantes sofreram uma maior

precarização, próxima a 21%, sendo o quadro mais grave aquele observado entre os que foram buscar vender sua força de trabalho em outras Regiões de Governo do estado, para os quais o trabalho precário atingiu $\frac{1}{4}$ dessa mão-de-obra.

Nesse mesmo período, repetiram-se na RMRJ os diferenciais na precarização do trabalho em detrimento da força de trabalho migrante, que fora observado para o conjunto da UF, invertendo-se apenas a categoria que ficou em situação mais desfavorável.

Tabela 4.11

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Precariedade das relações de trabalho, para população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1986/1991.

Precariedade das relações de trabalho	PEA ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
Precária	361.531	15,2	2.784	20,7	5.012	25,3
Não precária	2.020.787	84,8	10.687	79,3	14.818	74,7
Total	2.382.318	100,0	13.472	100,0	19.830	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

A precarização da força de trabalho na RMRJ, no quinquênio 1995-2000, foi ainda mais intensa, independentemente da categoria analisada, como demonstram os dados na Tabela 4.12. Também nessa escala foram os imigrantes que sofreram a pior situação (33,6%), ou seja, em piores condições em relação àqueles que chegaram de outra UF. Já a mão-de-obra que partiu em direção ao interior concentrou 30,2% de trabalhadores em condições precárias em suas relações de trabalho. Em menor medida, $\frac{1}{4}$ da PEA ocupada sofreu com a precarização do mercado de trabalho.

Tabela 4.12

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Precariedade das relações de trabalho, para população economicamente ativa ocupada, imigrantes e emigrantes - 1995/2000.

Precariedade das relações de trabalho	PEA total ocupada		Imigrantes		Emigrantes	
	absoluto	relativo	absoluto	relativo	absoluto	relativo
Precária	636.079	25,1	5.798	33,6	8.345	30,2
Não precária	1.897.554	74,9	11.479	66,4	19.278	69,8
Total	2.533.633	100,0	17.277	100,0	27.622	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

4.3 Os rebatimentos da inserção ocupacional e precarização da força de trabalho nos processos de deslocamentos populacionais

Harvey (1992) afirma que seja qual for a explicação completa, para tratar da transformação das economias capitalistas avançadas a partir de 1970 é preciso considerar cuidadosamente essa marcada transformação da estrutura ocupacional. Tentou-se buscar essa explicação nas migrações que envolveram o ERJ nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2001-2006 acreditando-se ser essa a pista adicional para melhor apreender o modo como se operam os deslocamentos populacionais no estado.

Por aí, foi possível demonstrar como se alterou a estrutura ocupacional do estado e de sua Região Metropolitana entre o momento de crise, anterior a inserção desses espaços na nova ordem econômica, e o período imediatamente posterior, com esses espaços buscando inserirem-se no padrão de acumulação vigente. Destaca-se o avanço das categorias ocupacionais nos serviços especializados e escritório, como também aquelas voltadas para os serviços menos qualificados. Quer dizer, o levantamento empírico, com base nos dados do IBGE, corrobora com a postulação de Natal (2001), segundo a qual o desenvolvimento econômico fluminense pareceu estar fortemente ancorado ao setor de serviços, que cresceu

dentro do processo de terciarização da economia metropolitana e da expansão do setor informal.

Lessa (2001) também já havia observado que a estrutura do emprego no Rio de Janeiro continuaria convivendo com profissionais altamente qualificados nas áreas de pesquisa e desenvolvimento e produção de tecnologia de ponta, ou seja, serviços especializados³¹, bem como, com mão-de-obra pouco qualificada inserida nos serviços domésticos, ambulantes, biscateiros, dentre outros.

Nesse novo padrão de acumulação, são as atividades ligadas aos serviços que assumem destaque. Sassen (1988) assinala que o crescimento dos serviços para as empresas é evidente nas cidades em diferentes níveis do sistema urbano de uma nação. A prestação de serviços não dependeria necessariamente da proximidade espacial dos consumidores, ou seja, das empresas que serão atendidas. As economias ocorrem nessas empresas especializadas quando se localizam próximas daquelas que oferecem produtos fundamentais ou a produção conjunta de certas ofertas de serviço. Alguns estariam voltados para o mercado interno e outros ligados aos mercados mundiais. Nesse contexto, a globalização tornar-se-ia uma questão de escala e de ampliada complexidade. Como destacado, os serviços especializados assumiram relevância em todos os recortes espaciais aqui analisados, sinalizando o espraiamento desse novo padrão, notadamente no estado do Rio de Janeiro, no geral, na Região Sudeste, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e nas demais Regiões de Governo, sabendo-se que neste sentido destaca-se a do Médio-Paraíba.

³¹ Cabe salientar que os serviços especializados das categorias ocupacionais tratados aqui nessa investigação diferem desses assinalados por Lessa (2001).

Em outro sentido fica fortemente marcado o caráter da bipolaridade dessa força de trabalho, seja ela migrante ou não, como uma manifestação da estrutura ocupacional no novo modelo de desenvolvimento.

De acordo com Sassen (1988), uma das formas de atração populacional das cidades, em relação a certas atividades mais instáveis, deve ser a facilidade com que os níveis de emprego podem ser ajustados para cima e para baixo, devido à fluidez de seus mercados de trabalho.

Altas taxas de rotatividade também teriam implicações no lado da oferta, aumentando as atrações que a cidade exerce sobre os migrantes especuladores, principalmente sobre aquelas minorias que têm dificuldade de obter acesso a setores mais fechados dos empregos e sobre trabalhadores jovens e solteiros, para quem a segurança pode ser uma prioridade menor (SASSEN, 1988, p. 133).

Ainda de acordo com autora seriam observadas as presenças tanto de setores atrasados e avançados nas economias altamente desenvolvidas, de forma que se manifestam empregos mal remunerados. Assim, independentemente da posição que a cidade ocupa nas novas hierarquias transnacionais, ocorrerá participação significativa de empregos de baixa remuneração, que se revestem em componente fundamental dessa economia. No Rio de Janeiro isto não é diferente: o problema reside no fato de, nesse novo modelo de desenvolvimento, o estado perder mais mão-de-obra qualificada do que sua capacidade de atração de migrantes com esse mesmo perfil.

Ainda tratando da mesma questão, o fato de a metrópole fluminense ter se caracterizado pela prestação de serviços, sejam esses especializados ou não, leva à atração de força de trabalho posicionada nos dois extremos da escala ocupacional (PENALVA SANTOS, 2003). A observação do núcleo metropolitano reforça essa hipótese, uma vez que ele exerce função de gestão e controle, sendo sede de várias empresas nacionais e multinacionais, que de certo modo o insere num estágio mais

avançado do capitalismo moderno, a despeito das demais cidades (RIBEIRO, 2002). Isto poderia explicar, por um lado, a bipolaridade do perfil de sua mão-de-obra e, por outro, a baixa atratividade de população, em parte por se tratar de atividades com baixa intensidade de força de trabalho.

Nesse sentido, ter-se-ia de peculiar que, o povo do Rio, particularmente aqueles indivíduos envolvidos nas atividades de baixa especialização, já estaria adaptado às necessidades da acumulação flexível, ao menos na sua forma de organização da produção. Os exemplos de produção *just in time* e economias de escopo se manifestariam no abastecimento de ambulantes no momento dos engarrafamentos e na produção de fantasias para o carnaval (LESSA, 2001).

Outro aspecto que fica evidenciado nas diferentes estruturas ocupacionais dos segmentos populacionais investigados é a de qual tipo de força de trabalho interessa ao Capital mobilizar, o que reforça claramente a proposição de Gaudemar (1977). Constatou-se que a força de trabalho imigrante atraída para o estado e para a metrópole é muito semelhante, ao passo que aquela que deixou esses dois espaços assumiu estruturas distintas, e foram se adequar à necessidade de acumulação de cada área específica de atração. Por sua vez, a PEA ocupada no ERJ e na RMRJ apresentava conformação diferente da mão-de-obra migrante.

Sassen (1988) assinala que, nas últimas décadas, uma das mudanças importantes foi o aumento da mobilidade do capital, no âmbito interno e internacional. A mobilidade transnacional do capital gerou formas específicas de articulação entre diferentes espaços, transformando o papel que essas áreas desempenhavam na economia mundial. Pode-se traçar um paralelo com a mobilidade do capital no Rio de Janeiro e sua articulação com processos mundiais, onde claramente muda o papel exercido pela sua metrópole e novas articulações

surgem no interior do estado, tanto na dimensão interna quanto internacional. Essas transformações, que se ancoram no novo padrão de acumulação, teriam engendrado outras formas de mobilidade, marcadamente a dos indivíduos.

Adiciona-se a isso a intensa precarização do mercado trabalho, também característica do novo padrão de acumulação, que atingiu de forma mais aguda a força de trabalho migrante, seja no estado em seu conjunto, seja em sua metrópole.

A transformação nas ocupações, com destaque para um segmento não intensivo em mão-de-obra, aliada a um mercado de trabalho onde a flexibilização e precarização imperam, estaria produzindo como resultado no fenômeno dos deslocamentos populacionais a baixa atratividade nos grandes centros, fazendo com essas categorias ocupacionais fossem buscar sua reprodução em outros espaços que sejam mais dinâmicos ou onde os riscos envolvidos na precarização sejam menores.

Bauman (2001) coloca a seguinte questão: Como poderia alguém se preparar para a vocação da vida, se habilidades laboriosamente adquiridas passam a ser dívidas um dia depois de se tornarem bens? Quando profissões desaparecem sem dar notícias e as especialidades de ontem são os antolhos de hoje? E como se pode fixar e separar um lugar no mundo se todos os direitos adquiridos não o são senão até a segunda ordem, quando a cláusula da retirada à vontade está escrita em todo o contrato de parceria. O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para a imediata obsolescência. “O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o solicitam (...)” (BAUMAN, 2001, p. 114).

Essas evidências empíricas, conjugadas às observações de Baeninger (2008), de que a maioria das Unidades da Federação estaria classificada como

áreas de rotatividade migratória, sinalizam que, nessa nova ordem econômica, para melhor compreendermos o fenômeno migratório deveríamos nos distanciar cada vez mais do modelo áreas de atração x expulsão, das abordagens da teoria da modernização e estruturalista. Para tanto, necessitaríamos buscar lentes alternativas, que possam focar dois aspectos: as formas como os espaços estariam inseridos nessa nova ordem e o tipo de força de trabalho requerida pelo padrão de acumulação vigente.

Conclusões

A presente pesquisa surge da inquietação a respeito do modo como o comportamento do fenômeno migratório no país estava sendo apreendido, que, de um modo geral, sugeria estar incompleto, ante as profundas transformações nos processos de deslocamentos populacionais, sobretudo, a partir dos anos 1980. Para tanto, propôs indagar se as migrações no estado do Rio de Janeiro, nesse período, estariam respondendo às mudanças do modelo de desenvolvimento e até que ponto se associariam à coexistência de formas distintas de inserção nesse novo paradigma econômico. A hipótese subjacente era de que os processos de (i) mobilidades espaciais estariam correlacionados ao padrão de acumulação do capital vigente naquelas sociedades em estudo.

A investigação foi conduzida observando a mobilidade populacional, a partir de uma sociedade e economia capitalistas, como sendo a mobilidade da força de trabalho, uma das condições essenciais para o seu funcionamento. Essa força de trabalho é a mercadoria que o homem possui, englobando capacidades físicas, psíquicas e intelectuais, que lhe possibilita se colocar em movimento e produzir mercadorias, vender sua força de trabalho e, dessa forma, a garantir a produção de bens e serviços e a sua reprodução. Tal mobilidade seria o exercício de sua liberdade para se sujeitar às imposições do capital (GAUDEMAR, 1977).

Nesse sentido, e pensando as migrações como fenômeno social, produto das relações sociais e de produção, portanto, respondendo a processos históricos. Buscou-se mostrar, de modo sintético, a evolução desse fenômeno desde o momento imediatamente anterior à instauração do capital como modo de produção, a acumulação originária, assim definida por Marx (1973), passando pelo rompimento do modo de produção feudal e a implantação do regime de acumulação capitalista,

momento em que se intensifica o processo de mobilização da força de trabalho, que segue assim nas etapas da manufatura, do taylorismo e fordista com a intensidade da mobilização variando de acordo com os ciclos e crises do padrão de acumulação vigente. Ao mudar do modelo de produção fordista (em massa) para o modelo de acumulação flexível (em escopo e *just in time*), mudam as necessidades de mobilização da força de trabalho, com a mobilização em massa da mão-de-obra deixa de ser a regra do processo de mobilidade. Essa vai ser mais intensa nos espaços que passam a se inserir ou reformular sua inserção no novo padrão de acumulação. A contrapartida disto torna-se visível nas tentativas de impor a imobilidade da força de trabalho, cuja maior expressão são às barreiras impostas à migração internacional pelos países desenvolvidos. Foi possível perceber que desde o momento da acumulação primitiva o regime de acumulação que se avizinhava já gerava processos de mobilidade e imobilidade, ao expropriar terras e destruir indústrias artesanais rurais, antes da Revolução Industrial. Contudo, como o modo de produção capitalista ainda não estava completamente implantado, parte dos expropriados era indesejável, já que as cidades não estavam providas de infraestrutura e trabalho para recebê-los, momento no qual o Estado é acionado para regular a (i)mobilidade. Isto demonstra que mobilizar ou imobilizar a força de trabalho é uma contradição que está na raiz do modo de produção capitalista, não sendo algo contemporâneo, como no caso das migrações internacionais, nas quais ao mesmo tempo em que os países desenvolvidos impõem barreiras à mobilidade, recrutam mão-de-obra em segmentos de categorias ocupacionais específicas.

Quando o novo modo de produção é instaurado assiste-se à intensa mobilização, que teve como emblema máximo o chamado “exército industrial de reserva”, grande excedente de mão-de-obra a serviço do novo regime de

acumulação. De acordo com Gaudemar (1977), o movimento de tornar a mobilidade da força de trabalho endógena ao processo de acumulação seria o sinal que o sistema capitalista saberia, sucessivamente, produzir as forças de trabalho que necessita seu desenvolvimento, seja qual for o contexto demográfico no qual se desenvolve.

A etapa fordista de produção em massa também refletia migrações que envolviam massivos contingentes de mão-de-obra. Suas formas de mobilização retratavam a ampliação sem precedente do mercado de trabalho. Seria o momento de consagração da mobilização relativa (GAUDEMAR, 1977). Na visão de Harvey (1992), a partir do pós-guerra, *o modelo fordista seria menos um sistema de produção em massa do que um modo de vida total.*

Na fase atual de acumulação flexível, a produção de escopo e os modelos *just in time*, se opõem à rigidez da produção em massa fordista. Impacta a força de trabalho pela flexibilização e precarização, onde a flexibilização das relações de trabalho seria o golpe final na rigidez do contrato de trabalho fordista (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988). Surgiriam então novas estratégias de mobilização dos indivíduos, atingindo diretamente as estratégias de mobilidade espacial.

Por meio da pesquisa foi possível identificar que as várias correntes teóricas reconhecem que, apesar do pluralismo de teorias e métodos, há um vazio explicativo na produção de estudos sobre o fenômeno migratório, com cada uma dessas visões propondo alternativas para melhor apreender o fenômeno (DOMENACH e PICOUET, 1995, MASSEY et al, 1993 e SIMMONS, 1991). Além disso, percebeu-se a tendência ao abandono do indivíduo como centro da decisão no ato de migrar, colocando em seu lugar a família e grupos sociais como esferas da tomada de decisão sobre a viabilidade de se mover ou não. Nesse sentido, nota-se um

movimento que busca aproximar as abordagens neoclássicas às estruturalistas, o qual passaria necessariamente pela incorporação do papel das redes sociais. As redes, pelo seu caráter de atuação, ligariam as estâncias de tomada de decisão racional (famílias, grupos sociais, comunidades) às estruturas (mercados de trabalho e imobiliário, etc.). Faz-se necessário registrar que na linha de investigação aqui adotada não há concordância com esse tipo de proposição.

Fica destacado, desse modo, o papel de cada fase do processo de mobilização, menos pelo seu caráter cronológico, e sim pelos momentos em que se transformam, mudam de determinações, se remodelam em função de novos objetivos. Isto restituiria o caráter vivo da formação social e de seu aprisionamento numa lógica abstrata que exclui todos os azares de suas contradições internas (GAUDEMAR, 1977).

Por tudo que foi discutido e demonstrado nessa investigação, no momento atual, conforme o modelo de desenvolvimento em vigor, a inserção econômica dos espaços ditaria a nova divisão social do trabalho, mobilizando a força de trabalho necessária. Conseqüentemente, a mobilidade espacial também estaria sendo determinada por esses processos.

Ao se investigar o modo como o estado do Rio de Janeiro se inseriu nas várias etapas de desenvolvimento também foi possível perceber a forte correlação entre essa inserção e o comportamento dos deslocamentos populacionais no estado, seja na fase pré-capitalista (como capital da Colônia, do Reino Unido e do Império); seja como principal centro exportador, comercial e financeiro nos fins do século XIX, alimentado pelas relações que tinha com a produção cafeeira, que proporcionou uma acumulação local determinante para o desenvolvimento econômico dessa região; na fase de entrada do modo de produção capitalista,

quando, no início do século XX, se constituía como o mais importante pólo industrial do país: e mesmo depois, já sofrendo os reflexos da crise do café e do rompimento do comércio internacional, no papel de Capital Federal da República, que perdurou até 1960, onde predominava o setor de serviços, abrigava sedes de grandes empresas privadas e públicas, tinha expressivo ingresso de turistas e se beneficiava das remessas de recursos e gastos públicos. Em todo esse período, não obstante as distintas formas de inserção econômica e/ou político-administrativa, o ERJ se caracterizava como espaço de forte atração populacional.

Constatou-se por meio dos dados empíricos que o desempenho nas trocas interestaduais começa a dar sinais de esgotamento nos anos 1970 para na década seguinte, e de forma inédita, experimentar saldo migratório negativo, que retornaria a ser positivo nos anos 1990. Aqui devem ser reiterados dois aspectos: i) que nas últimas duas décadas do século XX, o estado se caracterizou como área de rotatividade migratória; ii) concomitantemente, a metrópole fluminense, que exercia importante atração populacional sobre as regiões do interior do estado, passa a se configurar como espaço de evasão migratória.

Os processos históricos no Rio de Janeiro permitiram perceber que a *grave crise econômica, experimentada nos anos 1980, fora agravada pelo seu caráter estrutural, aliada ainda ao importante componente político-institucional. Isto viria a se manifestar de modo mais intenso justamente no momento em que o mundo passava por transformações no seu modelo de acumulação.* Esses processos impactaram de forma decisiva o comportamento da migração nas escalas interestadual e intra-estadual.

Na dimensão econômica o caráter estrutural da crise estaria inscrito nos “três grandes golpes” sofridos pelo estado: crise da lavoura cafeeira, quando começa a

perder a hegemonia econômica para São Paulo; mudança da Capital Federal para Brasília, momento em que perde importantes somas de transferências federais e; a fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, onde é obrigado incorporar uma região de baixo desenvolvimento econômico e social, sem receber da União as prometidas contrapartidas financeiras. (DAVIDOVICH, 1986, LESSA, 2001, SIMÕES, 2004).

A formação social e econômica do estado do Rio de Janeiro, inscrita nos processos sintetizados nos parágrafos anteriores, viria determinar sua forma de inserção no novo modelo econômico. Portanto, deve ser dada a devida importância à dimensão que a política assumiu nesses processos e, conseqüentemente, sua influência no comportamento dos deslocamentos migratórios que envolveram o estado.

Quando os processos migratórios no Rio de Janeiro, nos 1980 e 1990, são esmiuçados, nota-se claramente que as formas como os distintos espaços se inseriram no novo modelo de desenvolvimento, mais uma vez, expuseram a contradição central da mobilização da força de trabalho sob a dominação do capital. O modo de inserção iria determinar a mobilidade ou a imobilidade da mão-de-obra. As Regiões de Governo da RMRJ, Baixadas Litorâneas, Norte-Fluminense, Serrana e Médio-Paraíba mostraram intensa mobilidade, ao passo que a Costa-Verde registrou uma mobilização menos intensa, ficando o Centro-Sul e o Noroeste fluminenses como áreas praticamente imóveis, mobilizando um contingente pequeno de força de trabalho.

Outro aspecto de relevância, e que houvera sido assinalado por Sassen (1988), foi o de que, *nem sempre*, grandes fluxos de capitais estariam associados a grandes fluxos de população. Neste sentido, verificou-se que a RMRJ, o Norte-

Fluminense e o Médio-Paraíba, muito embora registrassem os maiores Produtos Internos Brutos do estado, nos anos 1990, experimentaram saldos migratórios negativos. Esses resultados combinaram desigualdades regionais no interior dessas Regiões de Governo com a demanda específica de força de trabalho exigida pelo capital.

Foi também percebido que os movimentos pendulares captados pelo Censo Demográfico de 2000 mudaram significativamente de qualidade quando comparados àqueles observados no Censo de 1980, antes basicamente circunscritos às Regiões Metropolitanas e respectivas periferias. Naquela ocasião, o fenômeno refletia, sobretudo, uma estratégia locacional, para baixar os custos de reprodução da força de trabalho. Nos dias de hoje, para se adequar ao novo modelo de desenvolvimento, este tipo de mobilidade inscreve-se num processo onde o que conta mais é a possibilidade da venda da força de trabalho, que está para além dos limites da metrópole e, em algumas situações, supera os limites da Unidade da Federação.

De acordo com a proposta aqui defendida para a apreensão do fenômeno da mobilidade espacial, é com base nos anos 1980, com a ruptura do modelo anterior, que o capital passa a ter maior flexibilidade para investir e produzir em qualquer região. “Não é um capital localizado em seu circuito de reinversão.” (PIQUET, 2003, p.3). Isto gera disputas entre os espaços para receber essas inversões de capital, quadro marcado pelo desencadeamento da guerra fiscal entre cidades/estados. Os governos locais passam a ter que promover o desenvolvimento econômico.

Entra em moda a chamada “teoria do desenvolvimento endógeno”, na qual a taxa de crescimento de determinado país, região ou até mesmo uma cidade, é considerada função da acumulação de capital físico, de capital humano e de conhecimentos que essa coletividade possa realizar (PIQUET, 2003, p. 3).

O reflexo disso, do ponto de vista demográfico, é o redirecionamento dos fluxos migratórios para novos espaços, sobretudo, cidades médias, que nesse caso passam a obedecer à lógica de inserção locacional do capital, no seu novo padrão de acumulação.

As cidades médias no interior do estado se beneficiariam em maior medida com a retomada do crescimento econômico, face às suas vantagens locais na atração das atividades dos setores primário e industrial, o que poderia significar maior atração populacional também. Caso essas cidades concentrassem os chamados “serviços rotineiros de produção” poderiam se tornar nós mais densos na rede de cidades fluminense, melhorando as opções locais no estado, desde que houvesse economias de aglomeração suficientes que permitissem internalizar os ganhos provenientes das “externalidades” existentes. Os problemas de reprodução social seriam mais graves nas cidades médias metropolitanas, fazendo que isso se tornasse uma vantagem local na atração das atividades econômicas (PENALVA SANTOS, 2003).

No plano das políticas, essa quadra estaria marcada pela forte adoção do receituário que preconizava medidas neoliberais, destacando-se o programa de privatização das empresas públicas e a desregulação do mercado de trabalho, levando-o à perda de garantias e à precarização. Essas políticas têm impactos diretos na migração à medida que tornam o mercado de trabalho dos grandes centros menos atraente, alterando o imaginário de ascensão social do migrante (PIQUET, 2003)

Outro elemento fundamental nessa mudança no padrão de desenvolvimento residiria no fato de a centralidade da indústria na geração de emprego estar reduzida. A expansão dos serviços ao produtor e ao consumidor, que passaria a ser

central, tornaria mais complexa a reprodução da força de trabalho e do capital, por exigir maior qualificação da mão-de-obra. Este fator poderia reforçar a polarização espacial na metrópole. A descentralização de fato ocorreria caso a atividade industrial, em expansão, se direcionasse ao interior do estado. Esse processo de desindustrialização das metrópoles seria um fenômeno mundial, à medida que a hegemonia econômica passa a ser do setor de serviços e comércio especializado. Essas mudanças se dão no marco de modificação do padrão de acumulação do capital (PENALVA SANTOS, 2003).

A interiorização das atividades econômicas responderia ao processo mais geral do novo modelo de organização da produção que começava a surgir. Mais do que incorporar os avanços tecnológicos, faz isso implementando os novos sistemas de comunicação e informação nas relações de produção. Agora com estruturas industriais mais descentralizadas e flexíveis; maior relevância do capital financeiro internacional; e nas mudanças na organização do trabalho, no que tange às contratações (OLIVEIRA, 2003).

Para a localização das atividades industriais interessariam as características técnicas e as formas de divisão do trabalho nos lugares e regiões (OLIVEIRA, 2003). Isso iria além da economia industrial; esse novo padrão locacional atingiria a todas as atividades econômicas, na disputa por espaço no nosso sistema de desenvolvimento econômico, onde a oferta de incentivos fiscais seria apenas um dos elementos.

Os sistemas urbanos estariam mais integrados à economia de serviços, mas aliado a isto se observaria a formação de novo padrão de localização industrial, mais descentralizado, e redefinidor das relações entre os sistemas urbanos e regionais, no qual as cidades de porte médio assumiriam papel relevante (OLIVEIRA, 2003).

Sem dúvida esse processo vem se verificando no território fluminense, embora ainda a maior parte dos investimentos nas plantas industriais esteja localizada na Região Metropolitana, bem como, ainda estão fortemente concentrados os recursos financeiros e população.

Embora a obtenção de evidências empíricas ainda seja limitada, conforme se pôde perceber ao longo dessa investigação, as pistas sugeridas por Davidovich (1986), Lipietz e Leborgne (1988) e Harvey (1992) apontam no sentido de corroborar a confirmação da hipótese subjacente à pesquisa, na medida em que foi possível constatar a mudança, de 1991 para 2000, confirmando-se a tendência em 2006, na estrutura das categorias ocupacionais dos não migrantes e, sobretudo, entre os migrantes. Observou-se um aumento da participação da força de trabalho das camadas superiores, em especial os profissionais liberais e pequenos empreendedores, e da mão-de-obra no estrato de serviços, destacando-se àquela nos serviços especializados. Concomitantemente, seguiram tendo relevância algumas categorias nos segmentos mais baixos da escala ocupacional, como os trabalhadores domésticos, na construção civil e serviços não especializados.

Outro importante resultado, presente também nas observações dos autores citados anteriormente, foi o grau de precarização das relações de trabalho, que atingiu em maior medida a força de trabalho migrante, o que poderia ter se constituído num elemento definidor, não só na estratégia de adotar a migração como forma de garantia da sua reprodução, mas também como definidor do destino a ser seguido.

Este elenco ainda incompleto de questões, aliando-se a outras contribuições, poderia ajudar de forma incisiva na melhor compreensão do fenômeno da mobilidade espacial.

Dentre as componentes da dinâmica demográfica, a migração, poder-se-ia dizer, é a que envolve um maior grau de complexidade, respondendo aos mais diversos fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Como se buscou demonstrar, ao mesmo tempo, coexistem modalidades e formas distintas da manifestação do fenômeno da mobilidade espacial. Sem sombra de dúvida, fatores como globalização, deseconomias de aglomeração, reestruturação produtiva, mudanças no mercado do trabalho, dentre outros, operaram e continuam operando com muita relevância para determinar o comportamento das migrações, mas há que se ter em mente que esses fatores respondem a um processo maior que os unifica. Por outro lado, num contexto onde predominam os deslocamentos populacionais que respondem às mais diferentes estratégias de reprodução da força de trabalho, continuar pensando a explicação para as mudanças do comportamento das migrações, sobretudo nos grandes centros, com base nas teorias neoclássica (do individualismo metodológico e dos fatores do ato migratório), ou estruturalista (dos fatores de expulsão e atração) é ainda tentar apreender o fenômeno migratório com as lentes teóricas do padrão de acumulação fordista, é seguir acreditando que continuam predominando os binômios áreas de expulsão-atração e polarização entre espaços mais e menos desenvolvidos economicamente.

Na atualidade, o padrão flexível, com todas as suas implicações, parece romper com esses paradigmas. São Paulo e Rio de Janeiro são os espaços mais dinâmicos da economia nacional e seguem perdendo população, assim como suas respectivas Regiões Metropolitanas. No interior desses espaços, simultaneamente, interagem fatores de expulsão e atração populacional, que, pode-se dizer, estariam atrelados ao tipo de mão-de-obra que interessa ao capital.

Mais do que espaços ganhadores e perdedores ou áreas de expulsão e atração importa o tipo de força de trabalho a ser mobilizada. Portanto, a mão-de-obra em determinada ocupação deixa de ser necessária ao processo de acumulação naquele espaço econômico. A alternativa é mobilizar-se para outra ocupação e/ou novo espaço. Conforme já assinalara Gaudemar (1977), a mobilidade não seria só espacial. Nessa investigação exemplos não faltaram, foram percebidos na RMRJ, no Médio-Paraíba, no Norte-Fluminense e no estado do Rio de Janeiro em seu conjunto.

Além disso, deve ser percebido que muda o sinal da migração, tanto do ponto de vista simbólico quanto no efeito real dos balanços demográficos (MARTINS, 2003). Isso seria uma das conseqüências da mudança do modelo de acumulação que refletiria no comportamento dos deslocamentos de população, sobretudo quando se pensa o resultado da metrópole fluminense nas décadas de 1980 e 1990. A atração por ela exercida estaria muito mais para espaço de sobrevivência, do que área percebida como possibilidade de ascensão social, como no passado.

Na metáfora do estágio presente da modernidade, os líquidos, ao contrário dos sólidos, por não manterem sua forma com facilidade não fixariam o espaço e nem prenderiam o tempo. Os sólidos, por sua forma mais rígida, teriam dimensões espaciais mais claras, mas, ao neutralizarem o impacto, diminuiriam o significado do tempo. Já para os líquidos, por não se aterem à forma, o tempo contaria mais do que o espaço. “O espaço seria ocupado só por um momento” (BAUMAN, 1999).

Essa situação “liquida” é de difícil apreensão, tendo em vista que muda de forma constantemente. Os processos migratórios, como resultados da acomodação da força de trabalho às necessidades de alocação das atividades econômicas, seriam afetados pelas crises sistêmicas do sistema capitalista, da qual a crise atual é

o exemplo mais acabado. As conjunturas econômicas em constante mudança exigem respostas sociais cada vez mais rápidas, e essas respostas, muitas vezes, significam apenas a luta pela subsistência, e não mais a possibilidade de ascensão social, como ocorria nas décadas de 1960 e 1970. Apropriando-se da metáfora de Bauman (1999), seria necessário retornar aos sólidos para apreender o fenômeno migratório com as lentes teóricas utilizadas há quatro/três décadas atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE T. A e SERRAR. V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, vol. 16 – n.1/2, p. 19-42, jan/dez, 1999.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, Caxambu, MG. **Anais**. São Paulo: ABEP, 2008.

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, MG. **Anais**. São Paulo: ABEP, 2004.

BALÁN, Jorge. “Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: notas para discussão”. In: MOURA, Hélio A. de **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 2, p. 845-869.

BASSANEZI, Maria S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 1-38.

BAUMAN, Zygmunt **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, prefácio p. 7-22, 1999.

BAUMAN, Zygmunt **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, capítulos 1, 2, e 6, 2001.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Editora Hucitec. São Paulo, capítulo 1, pp 19-49, 1996.

BILSBORROW, Richard E. The state the art the chapters. In: BILSBORROW, Richard E **Migration, Urbanization end Development: New Directions and Issues**. New York: UNFPA, January. 1996.

BRITO, Fausto e CARVALHO, José A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNAD's recentes. In: **Parcerias Estratégicas**, nº 22. Brasília: CGEE, 2006. p. 441-455.

BRITO, F et al. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. Caxambu, MG. **Anais**. São Paulo: ABEP, 2004.

BUETTNER, T. e ZLOTNIK, H. The componentes of urban growth revisited, In XXIV Conferência Geral de População, 24, Salvador, Bahia **Anais**. São Paulo: IUSSP, 2001.

CANALES, Alejandro I. **Discurso demográfico y posmodernidad. Una revisión crítica del pensamiento malthusiano**. Estudios Sociológicos XIX, México, DF: Colégio de México, no 56, 2001, p.381-417.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Campinas, São Paulo. UNICAMP, IE, 1998.

_____. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: Editora UNICAMP, 4ª EDIÇÃO AMPLIADA, 1995.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo: vol.9, nº 1, janeiro-março 1989.

CARDOSO, Arnaldo Francisco Migração internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial da mão-de-obra. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, abr/jun, vol.16 nº 2, p.112-124, 2002.

CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**. Tradução Iraci D. Poleti. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

CASTELLS, Manuel **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. Editora Paz e Terra. São Paulo, capítulos 4 e 6, 1999.

CHAMPION, Anthony. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? **Population Distribution and Migration**. New York: United Nations, p. 66-83, 1998.

COURGEAU, Daniel. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Poblacion**. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, n.50, p. 55-74, ago. 1990.

CUNHA, José M. P. A migração no Brasil no começo do século XXI: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. In: **Parcerias Estratégicas**, nº 22. Brasília: CGEE, 2006. p. 381-439.

DAIN, S. Rio de todas as crises: crise econômica. IN: Seminário Rio de Todas as Crises, n. 80, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 1-18.

DA MATA, Milton. Urbanização e migrações internas. In: MOURA, Hélio A. de **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 2, p. 807-844.

DAVIDOVICH, Fany R. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, vol. 48 – n.3, p. 333-371, jul/set, 1986.

DINIZ, Clélio Campolina. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização**. Nova Economia, Belo Horizonte : UFMG, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993. p.45.

DOMENACH, H., PICOUET, M. **Las migraciones**. Traducción Eduardo Bologna, Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 1995, introdução, capítulo 1, 2, 3, 4.

_____. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. **Notas de Poblacion, Santiago do Chile**: Centro Latinoamericano de Demografia, n.49, p. 49-69, abr. 1990.

EBANKS, G. E. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna, con especial referencia a la región de América Latina y el Caribe**. CELADE, Santiago do Chile, diciembre de 1993.

ERVATTI, Leila Regina. **Dinâmica migratória no estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional**. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003. (Dissertação, Mestrado em Estudos Populacionais).

FAIST, THOMAS et al. Sociological theories of international migration: The Crucial Meso-Link. In: Tomas Hammar, Grete Brochmann, Kristof Tamas and Thomas Faist (eds) **Migration, Immobility and Development. Multidisciplinary Perspectives**. Oxford: Berg, p. 164-199, 1997.

FARIA Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: Tendências e perspectivas. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, nº 29, março de 1991. p. 98-119

FUNDAÇÃO CIDE PIB em valores totais. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br/secao.php?secao=3.3>. Acesso em: 17/11/2008.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **La movilización general**. Capítulo 8. Traducción de José Saavedra. Madri: Las Ediciones de La Piqueta, septiembre 1981. cap. 8, p. 249-266.

_____. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. Prefácio, cap. 1, 5-8.

HAKKERT Ralph e MARTINE, George Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. In: **Parcerias Estratégicas**, Brasília: CGEE, nº 22, 2006. p. 347-379.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUGO, G., CHAMPION, A., LATTES, A. Toward a new conceptualization of settlements for Demography. **Population and Development Review**. New York: Population Council, n.29(2), p. 277-297, june. 2003.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/defaulttab_hist_brasil.shtm. Acessado em 14/0/2008.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Série Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro, IBGE, 2004. 49p.

_____. Censo Demográfico de 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_amostra.shtm. Acessado em 14/0/2008.

_____. Censo Demográfico de 1991. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm. Acessado em 14/0/2008.

JANNUZZI, P. M. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, vol. 16 – n.1/2, p. 53-82, jan/dez, 1999.

LEE, Everett S. “Uma teoria sobre a migração”. NAÇÕES UNIDAS - Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de

Migração Interna: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 211-244.

LESSA, Carlos **O Rio de todos os Brasis (uma reflexão em busca de auto-estima).** 2ª edição. Record: Rio de Janeiro, capítulos 5, 8 e 11, 2001.

LIPIETZ. Alain e LEBORGNE. Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates.** São Paulo, n.25, p. 12-29, 1988.

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, vol. 11, p. 41-60, jan/jun, 1994.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília, DF: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n.329).

MARTINS, José S. **A sociedade vista do abismo.** Editora Vozes. Petrópolis, capítulos 3 e 4 2003.

MARX, KARL **El Capital.** Fondo de Cultura Económica. Traducción Wenceslao Roces. México, DF, 1973, vol 1, capítulos 24 e 25.

MASSEY, DOUGLAS S. et al. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and Development Review.** New York: Population Council, vol. 19, n.3, p. 431-466, september, 1993.

MATOS, Ralfo. **“Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço”.** In: Revista Brasileira de Estudos de População. v 21, n.1. Campinas, São Paulo, 2004.

MELO, Hildete P. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro In: FREIRE, Américo et al. (Coords.) **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 219-247.

MOTTA, Marly S. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: Desafios e desencantos In: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento e Marly Silva da Motta (Coord) **Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 19-56, 2001.

NATAL. Jorge L.A . (Coord.). O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI – história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento. **Relatório de Pesquisa.** IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

NATAL, Jorge L. A e OLIVEIRA, Alberto. **“Mercado de trabalho e dinâmica espacial: uma análise à luz da positiva e recente inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro”**. In: Encontro Nacional da ANPUR, X. Belo Horizonte: 2003.

NEGRI, Barjas, PACHECO, Carlos Américo. Mudança Tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista. In: SUZIGAN, Wilson (coord.) **Desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1983. 82 p. (Relatório Final).

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo: ABEP, 2006.

_____. Fluxos migratórios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro In: **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, v.1, p. 349-363.

_____. **Dinâmica migratória recente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. 1999. (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R et al. Migrações, Economia e Território no Estado do Rio de Janeiro nos Anos Noventa. In: V ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Campinas, SP. **Anais**. Campinas: ABEP, 2007.

_____. Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas de mudanças. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Rio de Janeiro, RJ. **Anais**. Rio de Janeiro: ABEP, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R e SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Floriano José G. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. São Paulo: USP/FFLCH, 2003. (Tese, Doutorado em Geografia Humana).

PACHECO, Carlos Américo **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. Cap 5, p. 207-266.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: ENCE 2003 (Textos para discussão).

PENALVA SANTOS, Ângela Moulin S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, capítulos 1, 2 e 5, 2003.

_____ Descentralização econômica e dinâmica espacial. In: VII Encontro Nacional da ANPUR, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997, p. 127-141.

PINTO, Álvaro Vieira. **El pensamiento crítico en Demografía**. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, cap.6, p. 365-454, 1973.

PIQUET, Rosélia Mudança econômica e novo recorte regional no Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, Belo Horizonte, MG. **Anais**. Minas Gerais: ANPUR, 2003.

PRÉTECEILLE, Edmond **Cidades Globais e Segmentação Social**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RAMELLA, Franco Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: M. Berg, H. Otero (orgs) **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires: CEMILA, IEHS, 1995, p. 9-21.

RAVENSTEIN, E G. "As leis da migração". NAÇÕES UNIDAS - Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 19-88.

RIBEIRO L. C. Q. & LAGO, L. C. "O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte". In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR, Nº 3, Recife: novembro de 2000, p.111-129.

RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o Espaço Fluminense: Estrutura e Transformações. In: MARAFON, Gláucio J. e RIBEIRO, Marta F. **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002, p. 13-26.

SANTOS, Milton A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: **Revista Contexto**, nº 4. São Paulo: Hucitec, 1977.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1988, capítulos 1, 4 e 6.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 1-93.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante. **Revista Travessia**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, Especial, janeiro. 2000.

SERRA Rodrigo V. **Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras**. CNPD. Brasília: 1999 (mimeo).

SIMÕES, André G. Reorganização do Espaço Produtivo e a Questão da Recuperação da Economia Fluminense: Uma análise com base nos migrantes qualificados . In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.21, n.1 jan/jul, São Paulo: ABEP, p. 67-82, 2004.

SIMMONS, Alan B. Explicando la migración: la teoría em la encrucijada. **Estudios Demográficos y Urbanos**. Colégio de México. México, D.F., vol. 6 no 1, enero/abril, 1991, p. 5-31.

SINGER, Paul. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: MOURA, Hélio A. de **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. t 1, p. 211-244.

SINGER, Paul I., SZMRECSÁNYI, Tamás Perspectiva atual do problema. In: **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. Jair L. Ferreira Santos, Maria Stella Ferreira Levy e Tamás Szmrecsányi (Orgs.). São Paulo: T. ^a Queiroz, 1980, p. 275-288.

SOARES, Weber A emigração de valadarenses à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: A. C. B. Martes, S. Fleischer (Orgs.) **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 231-261.

SZMRECSÁNYI, Tamás Retrospecto de um debate. In: **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. Jair L. Ferreira Santos, Maria Stella Ferreira Levy e Tamás Szmrecsányi (Orgs.). São Paulo: T. ^a Queiroz, 1980, p. 263-274.

TOLEDO, Carlos de Almeida. Das velhas às novas barreiras no processo crítico de modernização e mobilização. **Artigo apresentado no II Seminário Cruzando as Fronteiras Disciplinares**. Rio de Janeiro. NIEM, setembro de 2005.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo: ABEP, p. 819-835, 1998.

VAINER, Carlos B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados...: as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias In: CASTRO, Mary G. (coord.) **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**, Brasil 2000. Brasília: CNPD, 2001, p. 177-184.

VILLA, M., RODRÍGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas durante la segunda mitad del siglo XX. **Notas de Poblacion**. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, n.65, p. 17-110, junio. 1997.

WOOD, Charles H. Equilibrium and Historical-Structural perspectives on migration. In: *International Migration Review*, vol. 16, nº 2. New York: 1982, p. 298-319.

	São Gonçalo São João de Meriti Seropédica Tanguá	Mangaratiba Parati
NOROESTE FLUMINENSE	Aperibé Bom Jesus do Itabapoana Cambuci Italva Itaocara Itaperuna Laje do Muriaé Miracema Natividade Porciúncula Santo Antônio de Pádua São José de Ubá VarreSai	

Fonte: FUNDAÇÃO CIDE.

Anexo 2A

Censo Demográfico - 1991 - Brasil

**Tabela - Erro padrão aproximado para alguns tamanhos de estimativa
Brasil**

Tamanho da estimativa	Erro padrão aproximado
100	28
500	62
1 000	88
2 000	125
5 000	197
10 000	279
20 000	394
50 000	623
100 000	881
150 000	1 079
200 000	1 246
500 000	1 968
1 000 000	2 778
2 000 000	3 916
3 000 000	4 779
4 000 000	5 499
5 000 000	6 127
6 000 000	6 688
7 000 000	7 198
8 000 000	7 667
9 000 000	8 103
10 000 000	8 510
15 000 000	10 231
20 000 000	11 587
30 000 000	13 621
40 000 000	15 039
50 000 000	16 008
70 000 000	16 872
100 000 000	15 744
120 000 000	13 054
130 000 000	10 760
140 000 000	7 112

Anexo 2B

Quadro 1 - Erro padrão aproximado para alguns tamanhos de estimativas para características de pessoas e domicílios - Brasil

Características de pessoas		Características de domicílios	
Tamanho da estimativa	Erro padrão aproximado	Tamanho da estimativa	Erro padrão aproximado
100	28	100	28
500	62	500	62
1 000	87	1 000	87
2 000	123	2 000	123
5 000	195	5 000	195
10 000	275	10 000	275
20 000	389	20 000	389
50 000	615	50 000	615
100 000	870	100 000	870
150 000	1 066	150 000	1 064
200 000	1 230	200 000	1 228
500 000	1 944	250 000	1 373
1 000 000	2 745	500 000	1 936
2 000 000	3 870	1 000 000	2 722
3 000 000	4 726	2 000 000	3 807
4 000 000	5 440	3 000 000	4 608
5 000 000	6 064	4 000 000	5 258
6 000 000	6 623	5 000 000	5 808
7 000 000	7 132	6 000 000	6 283
8 000 000	7 601	7 000 000	6 700
9 000 000	8 037	8 000 000	7 069
10 000 000	8 445	9 000 000	7 397
15 000 000	10 180	10 000 000	7 690
20 000 000	11 563	15 000 000	8 730
30 000 000	13 681	20 000 000	9 217
40 000 000	15 222	25 000 000	9 240
50 000 000	16 350	30 000 000	8 802
100 000 000	17 650	35 000 000	7 826
120 000 000	16 331	40 000 000	6 057
130 000 000	15 196	45 507 516	0
140 000 000	13 645		
150 000 000	11 513		
160 000 000	8 365		
169 799 170	0		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Anexo 2C

Tabela 3 - Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2006

Tamanho da estimativa	Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio (%)					
	Pessoas			Famílias e domicílios		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 000	73,1	52,6	36,7	91,4	68,6	57,4
2 000	52,8	39,2	29,7	65,2	50,4	44,9
3 000	43,7	33,1	26,3	53,5	42,1	38,8
4 000	38,2	29,3	24,1	46,5	37,0	35,1
5 000	34,4	26,7	22,5	41,7	33,5	32,4
10 000	24,8	19,9	18,3	29,7	24,6	25,3
20 000	18,0	14,9	14,8	21,2	18,1	19,8
30 000	14,8	12,5	13,1	17,4	15,1	17,1
40 000	13,0	11,1	12,0	15,1	13,3	15,5
50 000	11,7	10,1	11,2	13,6	12,0	14,3
100 000	8,4	7,5	9,1	9,7	8,8	11,2
200 000	6,1	5,6	7,4	6,9	6,5	8,7
300 000	5,0	4,7	6,5	5,7	5,4	7,5
400 000	4,4	4,2	6,0	4,9	4,8	6,8
500 000	4,0	3,8	5,6	4,4	4,3	6,3
1 000 000	2,9	2,9	4,5	3,1	3,2	4,9
2 000 000	2,1	2,1	3,7	2,2	2,3	3,8
3 000 000	1,7	1,8	3,2	1,8	1,9	3,3
4 000 000	1,5	1,6	3,0	1,6	1,7	3,0
5 000 000	1,4	1,4	2,8	1,4	1,5	2,8
10 000 000	1,0	1,1	2,3	1,0	1,1	2,2
20 000 000	0,7	0,8	1,8	0,7	0,8	(1)
30 000 000	0,6	0,7	1,6	0,6	0,7	(1)
40 000 000	0,5	0,6	1,5	0,5	0,6	(1)
50 000 000	0,5	0,5	(1)	0,5	0,6	(1)
100 000 000	0,3	0,4	(1)	0,3	0,4	(1)
200 000 000	0,3	0,3	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Não existe estimativa com dimensão maior que a anterior.

Anexo 3

QUADRO 2

Classificação do Índice de Eficácia Migratória	
Classes do índice de Eficácia Migratória	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a -0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
-0,09 a 0,00 (*)	Área de rotatividade migratória
0,00 a 0,09 (*)	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: Ervatti (2003).

Nota: a rotatividade migratória se caracteriza pela similaridade nas entradas e saídas de população fazendo com o balanço final das trocas fique próximo de zero.

Anexo 4

CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES (CENSO 2000)**DIRIGENTES*****Grandes empregadores (categoria 21)***

São componentes dessa categoria todos os ocupados que se declararam empregadores, como condição de ocupação, em empresas com onze mais empregados.

Dirigentes do setor público (categoria 22)

Os ocupados nos grupos de base (listagem das ocupações) descritos abaixo foram classificados na categoria 22, sem nenhum tipo de filtro exceto o impedimento de estarem declarados no Censo 2000 como empregadores.

1111	LEGISLADORES
1112	DIRIGENTES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1113	MINISTROS DE TRIBUNAIS
1122	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1123	DIRIGENTES DAS ÁREAS DE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1130	CHEFES DE PEQUENAS POPULAÇÕES
1140	DIRIGENTES E ADMINISTRADORES DE ORGANIZAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Além dessas ocupações ainda compõem a categoria 22 os “trabalhadores” da lista que segue. Para isso precisam se enquadrar a duas situações, terem renda total nominal de 20 salários mínimos ou mais e também estarem declarados com a quantidade de anos de estudo compatível com nível superior (12 anos ou mais).

100	MILITARES DA AERONÁUTICA
200	MILITARES DO EXÉRCITO
300	MILITARES DA MARINHA

Dirigentes do setor privado (categoria 23)

Na categoria 23 está sendo contabilizado o conjunto de ocupados da lista que segue. Não há filtros além da restrição feita aos empregadores que compõem as CATs 21 e 31.

1210	DIRETORES GERAIS DIRIGENTES DE EMPRESAS - EMPREGADORES COM MAIS DE 5 EMPREGADOS
1220	DIRETORES DE ÁREAS DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES (DPO)
1230	DIRETORES DE ÁREAS DE APOIO

PEQUENOS EMPREGADORES

Pequenos empregadores (categoria 31)

São componentes dessa categoria todos os ocupados que se declararam empregadores, como condição de ocupação, em empresas com menos onze empregados.

PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

Uma seleção de ocupações com status de nível superior (escolaridade) elencada. Os ocupados que se enquadrassem nessa seleção foram distribuídos entre as categorias classificadas como *Profissionais de nível superior*. Importante reforçar que não se tratam de ocupados COM nível superior completo. A classificação desses ocupados não se realiza a partir da seus anos de estudo e sim com foco no status alcançado pela ocupação declarada. A distribuição desse contingente de ocupados se deveu as diferentes posições na ocupação. A lista de ocupações das categorias **41**, **42** e **43** é a seguinte :

2011	PROFISSIONAIS DA BIOENGENHARIA, BIOTECNOLOGIA E ENGENHARIA GENÉTICA
2012	PROFISSIONAIS DA METROLOGIA
2021	ENGENHEIROS MECATRÔNICOS
2111	PROFISSIONAIS DA MATEMÁTICA
2112	PROFISSIONAIS DA ESTATÍSTICA
2121	ESPECIALISTA EM COMPUTAÇÃO
2122	ENGENHEIROS EM COMPUTAÇÃO - DESENVOLVEDORES DE SOFTWARE
2123	ESPECIALISTA EM INFORMÁTICA
2124	ANALISTAS DE SISTEMAS
2125	PROGRAMADORES DE INFORMÁTICA
2131	FÍSICOS
2132	QUÍMICOS
2133	PROFISSIONAIS DO ESPAÇO E DA ATMOSFERA
2134	GEÓLOGOS E GEOFÍSICOS
2140	ENGENHEIROS DE MATERIAIS
2141	ARQUITETOS
2142	ENGENHEIROS CIVIS E AFINS
2143	ENGENHEIROS ELETROELETRÔNICOS E AFINS
2144	ENGENHEIROS MECÂNICOS
2145	ENGENHEIROS QUÍMICOS
2146	ENGENHEIROS METALÚRGICOS
2147	ENGENHEIROS DE MINAS
2148	ENGENHEIROS AGRIMENSORES E DE CARTOGRAFIA
2149	OUTROS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AFINS
2151	OFICIAIS DE CONVÉS
2152	OFICIAIS DE MÁQUINAS
2153	PROFISSIONAIS DA NAVEGAÇÃO AÉREA
2211	BIÓLOGOS E AFINS
2221	AGRÔNOMOS E AFINS

2231	MÉDICOS
2232	CIRURGIÕES-DENTISTAS
2233	VETERINÁRIOS
2234	FARMACÊUTICOS
2235	ENFERMEIROS DE NÍVEL SUPERIOR E AFINS
2236	FISIOTERAPEUTAS E AFINS
2237	NUTRICIONISTAS
2394	PROGRAMADORES, AVALIADORES E ORIENTADORES DE ENSINO
2410	ADVOGADOS
2412	PROCURADORES DE EMPRESAS E AUTARQUIAS
2419	OUTROS ADVOGADOS AUTÔNOMOS E DE EMPRESAS
2421	JUIZES E DESEMBARGADORES
2422	PROMOTORES, DEFENSORES PÚBLICOS E AFINS
2423	DELEGADOS DE POLÍCIA
2511	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE ANTROPOLÓGICA E SOCIOLÓGICA
2512	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE ECONÔMICA
2513	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA
2514	FILÓSOFOS E CIENTISTAS POLÍTICOS
2515	PSICÓLOGOS E PSICANALISTAS
2516	ASSISTENTES SOCIAIS E ECONOMISTAS DOMÉSTICOS
2521	ADMINISTRADORES
2522	CONTADORES E AUDITORES
2524	PROFISSIONAIS DE RECURSOS HUMANOS
2525	PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
2531	PROFISSIONAIS DE MARKETING, PUBLICIDADE E COMERCIALIZAÇÃO
2611	PROFISSIONAIS DO JORNALISMO
2612	PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO
2613	ARQUIVOLOGISTAS E MUSEÓLOGOS
2625	DESENHISTAS INDUSTRIAIS (DESIGNER), ESCULTORES, PINTORES E AFINS
3411	PILOTOS DE AVIAÇÃO COMERCIAL, NAVEGADORES, MECÂNICOS DE VÔO E AFINS

Profissionais autônomos de nível superior (categoria 41)

Foram enquadrados nesta categoria os indivíduos nas ocupações da seleção acima que foram identificados como conta própria, quer dizer, situação de ocupação por conta-própria.

Profissionais empregados de nível superior (categoria 42)

Foram enquadrados nesta categoria os indivíduos nas ocupações da seleção acima que foram identificados como empregados com carteira de trabalho assinada, aprendiz ou estagiário sem remuneração, não remunerados em ajuda a membro do domicílio ou trabalhador para a produção do seu próprio consumo. Além dessas quatro situações de posição na ocupação ainda foram contabilizados nessa categoria os ocupados, da lista referida nesse item, que tivessem declarado posição como empregados sem carteira de trabalho assinada e não eram empregados pelo RJFP ou como militar.

Profissionais estatutários de nível superior (categoria 42)

Foram enquadrados nesta categoria os indivíduos nas ocupações da seleção acima que foram identificados como estatutários. Essa condição foi estabelecida pela resposta afirmativa tanto para a posição de empregados sem carteira de trabalho assinada quanto na questão sobre sua situação como empregados pelo RJFP ou militares. Como complemento da categoria *Profissionais estatutários de nível superior* foram incorporados os trabalhadores nas seguintes ocupações :

401	CORONÉIS, TENENTES-CORONÉIS E MAJORES DA POLÍCIA MILITAR
402	CAPITÃES DA POLÍCIA MILITAR
403	TENENTES DA POLÍCIA MILITAR
501	CORONÉIS, TENENTES-CORONÉIS E MAJORES DE BOMBEIRO MILITAR
502	CAPITÃES DO CORPO DE BOMBEIROS
503	TENENTES DO CORPO DE BOMBEIROS

Esses trabalhadores (coronéis, capitães e tenentes), apesar de pouquíssimos, são basicamente servidores da área de segurança pública. Embora um olhar mais detido, exclusivamente nessas ocupações, demonstre alguns ruídos na idéia do seu “status de nível superior” o seu contingente coerente (quer dizer, sujeitos nessas ocupações que realmente estão declarados com os anos de estudo de nível superior) não demonstra volume para impactar categoria ou ainda esse “ruído” (sujeitos que não têm escolaridade superior nem foram declarados estatutários) não passa de uns poucos casos se tomarmos o contingente amostral – sem peso -.

Para concluir a categoria ainda foram incluídos os profissionais da listagem que segue. Para serem incluídos na categoria 43 esses “trabalhadores” precisam se enquadrar a duas situações, terem renda total nominal de 20 salários mínimos ou mais e também estarem declarados com a quantidade de anos de estudo compatível com nível superior (12 anos ou mais).

100	MILITARES DA AERONÁUTICA
200	MILITARES DO EXÉRCITO
300	MILITARES DA MARINHA

Professores de nível superior (categoria 44)

Foram enquadrados nesta categoria os indivíduos nas ocupações da seleção que segue.

2311	PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (nível superior)
2312	PROFESSORES DE DISCIPLINAS DA EDUCAÇÃO GERAL DE 1ª A 4ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL (nível superior)
2313	PROFESSORES DE DISCIPLINAS DA EDUCAÇÃO GERAL DE 5ª A 8ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2321	PROFESSORES DE DISCIPLINAS DA EDUCAÇÃO GERAL DO ENSINO MÉDIO
2330	PROFESSORES E INSTRUTORES DO ENSINO PROFISSIONAL

2340	PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR
2391	PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2392	PROFESSORES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS

Não há filtro específico aqui, apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21** e **31**).

OCUPAÇÕES MÉDIAS

Ocupações de escritório (categoria 51)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21** e **31**).

4110	ESCRITURÁRIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS
4121	SECRETÁRIOS DE EXPEDIENTE E ESTENÓGRAFOS
4122	OPERADORES DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO
4123	CONTÍNUOS
4131	ESCRITURÁRIOS DE CONTABILIDADE
4132	ESCRITURÁRIOS DE FINANÇAS
4141	ALMOXARIFES E ARMAZENISTAS
4142	ESCRITURÁRIOS DE APOIO A PRODUÇÃO
4151	ESCRITURÁRIOS DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
4212	CAIXAS DE BANCO E OPERADORES DE CÂMBIO
4213	COLETADORES DE APOSTAS E DE JOGOS
4214	COBRADORES E AFINS
4221	RECEPCIONISTAS
4222	TELEFONISTAS
4223	OPERADORES DE TELEMARKETING
4231	DESPACHANTES DE DOCUMENTOS

Ocupações de supervisão (categoria 52)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21** e **31**).

1310	GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES
1320	GERENTES DE ÁREAS DE APOIO
2523	SECRETÁRIAS EXECUTIVAS E BILINGÜES
4101	SUPERVISORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (Exceto Contabilidade e Controle)
4102	SUPERVISORES DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE CONTROLE
4201	SUPERVISORES DE TRABALHADORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
5101	SUPERVISORES DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, TURISMO, HOTELARIA E ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

5102	SUPERVISORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS
5103	SUPERVISORES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS
5201	SUPERVISORES DE VENDAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO
7101	SUPERVISORES DA EXTRAÇÃO MINERAL
7102	SUPERVISORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL
7201	SUPERVISORES DE USINAGEM, CONFORMAÇÃO E TRATAMENTO DE METAIS
7202	SUPERVISORES DE MONTAGEM METALMECÂNICA
7301	SUPERVISORES DE MONTAGENS E INSTALAÇÕES ELETROELETRÔNICAS
7401	SUPERVISORES DA MECÂNICA DE PRECISÃO E INSTRUMENTOS MUSICAIS
7501	SUPERVISORES DE JOALHERIA E AFINS
7502	SUPERVISORES DE VIDRARIA, CERÂMICA E AFINS
7601	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL
7602	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO
7603	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE ROUPAS
7604	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE CALÇADOS
7605	SUPERVISORES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS, COUROS E AFINS
7606	SUPERVISORES DAS ARTES GRÁFICAS
7618	INSPETORES E REVISORES DE PRODUÇÃO TÊXTIL
7701	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DA MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR
7801	SUPERVISORES DE EMBALAGEM E ETIQUETAGEM
8101	SUPERVISORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS
8102	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E BORRACHA
8103	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E AFINS
8201	SUPERVISORES DA SIDERURGIA
8202	SUPERVISORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (VIDRO, CERÂMICA E COMPÓSITOS)
8301	SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL
8401	SUPERVISORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO
8601	SUPERVISORES DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, UTILIDADES, ETC
9101	SUPERVISORES DA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUST., COMERC., RESID.
9102	SUPERVISORES DA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO VEICULAR
9109	SUPERVISORES DE OUTROS TRABALHADORES DA REPARAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO
9501	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICA INDUSTRIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL
9502	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETROELETRÔNICA VEICULAR
9503	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO ELETROMECCÂNICA

Ocupações técnicas (categoria 53)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21 e 31**).

2614	FILÓLOGOS, TRADUTORES E INTÉRPRETES.
2616	ESPECIALISTAS EM EDITORAÇÃO
3001	TÉCNICOS EM MECATRÔNICA
3003	TÉCNICOS EM ELETROMECCÂNICA
3011	LABORATORISTA INDUSTRIAL
3012	TÉCNICOS DE APOIO À BIOENGENHARIA
3111	TÉCNICOS QUÍMICOS
3112	TÉCNICOS PETROQUÍMICOS
3113	TÉCNICOS EM MATERIAIS DE CERÂMICAS E VIDROS
3114	TÉCNICOS EM FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PLÁSTICOS E DE BORRACHA
3115	TÉCNICOS EM CONTROLE AMBIENTAL, UTILIDADES E TRATAMENTO DE EFLUENTES

3116	TÉCNICOS TÊXTEIS
3117	COLORISTAS
3121	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL – EDIFICAÇÕES
3122	TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL - OBRAS DE INFRAESTRUTURA
3123	TÉCNICOS EM TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA E HIDROGRAFIA
3131	TÉCNICOS EM ELETRICIDADE E ELETROTÉCNICOS
3132	ELETROTÉCNICOS NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
3134	TÉCNICOS EM ELETRÔNICA
3135	TÉCNICOS EM TELECOMUNICAÇÕES E TELEFONIA
3136	TÉCNICOS EM CALIBRAÇÃO E INSTRUMENTAÇÃO
3137	TÉCNICOS EM FOTÔNICA
3141	TÉCNICOS MECÂNICOS NA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE MÁQUINAS, SISTEMAS E INSTRUMENTOS
3142	TÉCNICOS MECÂNICOS (FERRAMENTAS)
3143	TÉCNICOS EM MECÂNICA VEICULAR
3144	TÉCNICOS MECÂNICOS NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, SISTEMAS E INSTRUMENTOS
3146	TÉCNICOS EM METALURGIA (ESTRUTURAS METÁLICAS)
3147	TÉCNICOS EM SIDERURGIA
3161	TÉCNICOS EM GEOLOGIA, GEOTECNOLOGIA E GEOFÍSICA
3162	TÉCNICOS EM GEODÉSIA E CARTOGRAFIA
3163	TÉCNICOS EM MINERAÇÃO
3171	TÉCNICOS EM PROGRAMAÇÃO
3172	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE COMPUTADORES
3189	DESENHISTAS TÉCNICOS E MODELISTAS
3191	TÉCNICOS DO VESTUÁRIO
3192	TÉCNICOS DO MOBILIÁRIO E AFINS
3201	TÉCNICOS EM BIOLOGIA
3210	TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS
3211	TÉCNICOS AGRÍCOLAS
3212	TÉCNICOS DA PECUÁRIA
3213	TÉCNICOS FLORESTAIS
3214	TÉCNICOS DA PISCICULTURA
3221	TÉCNICOS EM FISIOTERAPIA E AFINS
3252	TÉCNICOS EM PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS
3253	TÉCNICOS DE APOIO A BIOTECNOLOGIA
3281	EMBALSAMADORES E TAXIDERMISTAS
3412	TÉCNICOS MARÍTIMOS, FLUVIÁRIOS E REGIONAIS DE CONVÉS
3413	TÉCNICOS MARÍTIMOS, FLUVIÁRIOS E REGIONAIS DE MÁQUINAS
3421	TÉCNICOS EM TRANSPORTES INTERMODAIS
3422	TÉCNICOS EM TRANSPORTES (ADUANEIROS)
3423	TÉCNICOS EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
3424	TÉCNICOS EM TRANSPORTES METROFERROVIÁRIOS
3425	TÉCNICOS EM TRANSPORTES AEROVIÁRIOS
3426	TÉCNICOS EM TRANSPORTES DE VIAS NAVEGÁVEIS
3511	TÉCNICOS EM CONTABILIDADE
3512	TÉCNICOS EM ESTATÍSTICA
3513	TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO
3516	TÉCNICOS DE SEGURANÇA DE TRABALHO
3517	TÉCNICOS E ANALISTAS DE SEGUROS E AFINS
3523	AGENTES DE INSPEÇÃO DE PESOS E MEDIDAS
3524	AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO
3525	AGENTES SINDICAIS E DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
3531	AGENTES DE BOLSA, CÂMBIO E OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS
3532	TÉCNICOS DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS BANCÁRIOS
3541	REPRESENTANTES COMERCIAIS E TÉCNICOS DE VENDAS

3542	COMPRADORES
3543	TÉCNICOS EM EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
3544	LEILOEIROS E AVALIADORES
3545	CORRETORES DE SEGUROS
3546	CORRETORES DE IMÓVEIS
3547	CORRETORES DE TÍTULOS E VALORES
3548	TÉCNICOS EM TURISMO
3711	TÉCNICOS EM BIBLIOTECONOMIA
3712	TÉCNICOS EM MUSEOLOGIA
3713	TÉCNICOS EM ARTES GRÁFICAS
3723	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE MÁQUINAS DE TRANSMISSÃO DE DADOS
3731	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO
3732	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TELEVISÃO
3741	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE SONORIZAÇÃO
3742	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE CENOGRAFIA
3743	TÉCNICOS EM OPERAÇÃO DE APARELHOS DE PROJEÇÃO
3771	TÉCNICOS ESPORTIVOS
3773	ÁRBITROS DESPORTIVOS
3911	TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO DE PRODUÇÃO
3912	TÉCNICOS DE CONTROLE DA PRODUÇÃO
4241	ENTREVISTADORES, RECENSEADORES E AFINS
5114	GUIAS DE TURISMO
8484	DEGUSTADORES

Ocupações médias da saúde e educação (categoria 54)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21 e 31**).

3222	TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM
3223	ORTOPTISTAS E ÓTICOS
3224	TÉCNICOS DE ODONTOLOGIA
3225	TÉCNICOS DA FABRICAÇÃO DE APARELHOS LOCOMOTORES
3231	TÉCNICOS EM VETERINÁRIA
3232	TÉCNICOS ZOOTECNISTAS
3241	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS
3242	TÉCNICOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
3250	TESTADORES SENSORIAIS
3251	TÉCNICOS EM FARMÁCIA
3311	PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
3312	PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NO ENSINO FUNDAMENTAL
3313	PROFESSORES DE NÍVEL MÉDIO NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE
3321	PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL
3322	PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE
3331	INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES
3341	INSPETORES DE ALUNOS E AFINS
3522	AGENTES DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE
5151	ATENDENTES DE ENFERMAGEM, PARTEIRAS PRÁTICAS E AFINS
5152	AUXILIARES DE LABORATÓRIO DA SAÚDE

Ocupações da segurança pública, justiça e correios (categoria 55)

Integram a categoria os profissionais da listagem que segue. Para serem incluídos na categoria 55 esses “trabalhadores” precisam se enquadrar a duas situações, não terem renda total nominal de 20 salários mínimos ou mais e também não estarem declarados com a quantidade de anos de estudo compatível com nível superior (12 anos ou mais).

100	MILITARES DA AERONÁUTICA
200	MILITARES DO EXÉRCITO
300	MILITARES DA MARINHA
3514	SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA E AFINS
3515	TÉCNICOS E FISCAIS DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
3518	INSPETORES DE POLÍCIA E DETETIVES
4152	CARTEIROS E AFINS
5171	BOMBEIROS
5172	POLICIAIS E GUARDAS DE TRÂNSITO
411	PRAÇAS ESPECIAIS DE POLÍCIA MILITAR
412	SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR
413	CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR
511	PRAÇAS ESPECIAIS DE BOMBEIRO
512	SUBTENENTES E SARGENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS
513	CABOS E SOLDADOS DO CORPO DE BOMBEIROS

Ocupações artísticas e similares (categoria 32)

2615	ESCRITORES E REDADORES
2617	LOCUTORES E COMENTARISTAS
2621	PRODUTORES DE ESPETÁCULOS
2622	COREÓGRAFOS E BAILARINOS
2623	ATORES, DIRETORES DE ESPETÁCULOS E AFINS
2624	COMPOSITORES, MÚSICOS E CANTORES
2627	DECORADORES DE INTERIORES E CENÓGRAFOS
2631	MINISTROS DE CULTOS RELIGIOSOS, MISSIONÁRIOS E AFINS
3721	CINEGRAFISTAS
3722	FOTÓGRAFOS
3751	DECORADORES E VITRINISTAS DE NÍVEL MÉDIO
3761	BAILARINOS DE DANÇAS POPULARES
3762	MÚSICOS E CANTORES POPULARES
3763	PALHAÇOS, ACROBATAS E AFINS
3764	APRESENTADORES DE ESPETÁCULOS
3765	MODELOS
3772	ATLETAS PROFISSIONAIS
7421	CONFECIONADORES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS
7519	JOALHEIROS E ARTESÃOS DE METAIS PRECIOSOS E SEMI-PRECIOSOS
7523	CERAMISTAS (PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO)
7681	TRABALHADORES ARTESANAIS DA TECELAGEM
7682	TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS
7683	TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO E PELES

TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO

Trabalhadores do comércio (categoria 61)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21** e **31**).

4211	CAIXAS E BILHETEIROS (EXCETO CAIXA DE BANCO)
5211	VENDEDORES E DEMONSTRADORES EM LOJAS OU MERCADOS
5221	REPOSITORES, REMARCADORES DO COMÉRCIO
5231	INSTALADORES DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS
5241	VENDEDORES A DOMICÍLIO
5242	VENDEDORES EM QUIOSQUES E BARRACAS
8485	MAGAREFES E AFINS

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 61 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro : Setor de Atividades

- Comércio e Reparação de Veículos Automot. e Motocicletas; e
- 50 Comércio a Varejo de Combustíveis
- Comércio a Varejo e por Atacado e Reparação de Objetos
- 53 Pessoais e Domésticos

Ocupações

7832	TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM

Prestadores de serviços especializados (categoria 62)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21** e **31**).

5111	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DIRETO AOS PASSAGEIROS
5112	FISCAIS E COBRADORES DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

5132	COZINHEIROS
5133	CAMAREIROS, ROUPEIROS E AFINS
5134	GARÇONS, BARMEN E COPEIROS
5141	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS
5161	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE HIGIENE E EMBELEZAMENTO
5162	ATENDENTES DE CRECHE E ACOMPANHANTES DE IDOSOS
5165	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS FUNERAIS
5167	ASTRÓLOGOS E ADIVINHOS
5169	TINTUREIROS, LAVADEIROS E AFINS, À MÁQUINA E À MÃO
5173	VIGILANTES E GUARDAS DE SEGURANÇA
7411	MECÂNICOS DE INSTRUMENTOS DE PRECISÃO (EXCETO TÉCNICOS)
7521	SOPRADORES E MOLDADORES DE VIDROS E AFINS
7522	CORTADORES, POLIDORES, JATEADORES E GRAVADORES DE VIDROS E AFINS
7524	VIDREIROS E CERAMISTAS (ACABAMENTO E DECORAÇÃO)
7664	TRABALHADORES DE LABORATÓRIO FOTOGRÁFICO
7687	ENCADERNADORES E RECUPERADORES DE LIVROS (PEQUENOS LOTES OU A UNIDADE)
9151	REPARADORES DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO
9152	REPARADORES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS
9153	REPARADORES DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES
9154	REPARADORES DE EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS
9192	TRABALHADORES DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PEQUENAS
9193	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE BICICLETAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE GINÁSTICA
9541	MANTENEDORES DE ELEVADORES, ESCADAS E PORTAS AUTOMÁTICAS
9542	REPARADORES DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS
9543	REPARADORES DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO
9912	MANTENEDORES DE EQUIPAMENTOS DE LAZER
9913	MANTENEDORES DE CARROÇARIAS DE VEÍCULOS
9914	MANTENEDORES DE EDIFICAÇÕES

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 62 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro : Setor de Atividades

- 55 Alojamento e alimentação
- 64 Correio e telecomunicações
- 65 Intermediação Financeira, exclusive Seguros e Previdência Privada
- 66 Seguros e Previdência Privada
- 67 Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira
- 70 Atividades Imobiliárias
- 71 Aluguel de Veículos, Máq. e Equipam. sem Condutores
- 72 Atividades de Informática e Conexas
- 73 Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas
- 74 Serviços Prestados Principalmente às Empresas
- 75 Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
- 80 Educação
- 85 Saúde e Serviços Sociais
- 91 Atividades Associativas
- 92 Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas
- 93 Serviços Pessoais
- 95 Serviços Domésticos
- 99 Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais

Ocupações

7313	INSTALADORES-REPARADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
7321	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, ETC
7820	CONDUTORES E OPERADORES POLIVALENTES
7821	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO
7822	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
7823	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR)
7832	TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM
7842	ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO
8625	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO

Trabalhadores da indústria moderna (categoria 71)

Ocupações

7211	FERRAMENTEIROS E AFINS
7212	PREPARADORES E OPERADORES DE MÁQUINAS - FERRAMENTA CONVENCIONAL
7213	OPERADORES DE USINAGEM CONVENCIONAL (PRODUÇÃO EM SÉRIE)
7214	AFIADORES E POLIDORES DE METAIS
7215	OPERADORES DE MÁQUINAS E CENTROS DE USINAGEM CNC
7221	TRABALHADORES DE FORJAMENTO DE METAIS
7222	TRABALHADORES DE FUNDIÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7223	TRABALHADORES DE MOLDAGEM DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7224	TRABALHADORES DE TREFILAÇÃO, ESTIRAMENTO E EXTRUSÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7231	TRABALHADORES DE TRATAMENTO TÉRMICO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7232	TRABALHADORES DE TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES DE METAIS E DE COMPÓSITOS (TERMOQUÍMICOS)
7233	TRABALHADORES DA PINTURA DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE COMPÓSITOS
7241	ENCANADORES E INSTALADORES DE TUBULAÇÕES
7242	TRABALHADORES DE TRAÇAGEM E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA E DE COMPÓSITOS
7243	TRABALHADORES DE SOLDAGEM E CORTE DE METAIS E DE COMPÓSITOS
7244	TRABALHADORES DE CALDEIRARIA E SERRALHERIA
7245	OPERADORES DE MÁQUINAS DE CONFORMAÇÃO DE METAIS
7246	APARELHADORES E EMENDADORES DE CABÓS (EXCETO CABOS ELÉTRICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES)
7250	AJUSTADORES MECÂNICOS POLIVALENTES
7251	MONTADORES DE APARELHOS E ACESSÓRIOS MECÂNICOS EM LINHAS DE MONTAGEM
7252	MONTADORES DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS
7253	MONTADORES DE MÁQUINAS PESADAS
7254	MONTADORES DE MOTORES E TURBINAS
7255	MONTADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (LINHA DE MONTAGEM)
7256	MONTADORES DE SISTEMAS E ESTRUTURAS DE AERONAVES
7257	MONTADORES DE INSTALAÇÕES DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO
7311	MONTADORES DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS
7312	MONTADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
7660	TRABALHADORES POLIVALENTES DAS ARTES GRÁFICAS
7771	CARPINTEIROS NAVAIS E DE AERONAVES

7772	CARPINTEIROS DE CARROCERIAS E CARRETAS
7811	OPERADORES DE ROBÔS INDUSTRIAIS
7813	OPERADORES DE VEÍCULOS OPERADOS E CONTROLADOS REMOTAMENTE (ROV, RCV)
7817	TRABALHADORES SUBAQUÁTICOS
8110	OPERADORES POLIVALENTES DE INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, E AFINS
8111	OPERADORES DE MOAGEM E MISTURA DE MATERIAIS (TRATAMENTOS QUÍMICOS E AFINS)
8112	OPERADORES DE PROCESSO TERMOQUÍMICOS E AFINS
8113	OPERADORES DE FILTRAGEM E SEPARAÇÃO
8114	OPERADORES DE DESTILAÇÃO E REAÇÃO
8115	OPERADORES DE PRODUÇÃO E REFINO DE PETRÓLEO E GÁS
8116	OPERADORES DE COQUEIFICAÇÃO
8117	OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE PRODUTOS PLÁSTICOS, DE BORRACHA E PARAFINAS
8118	OPERADORES DE MÁQUINAS E INSTALAÇÕES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E AFINS
8121	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS
8131	OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS
8181	LABORATORISTAS INDUSTRIAIS AUXILIARES
8211	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE SINTERIZAÇÃO
8212	OPERADORES DE FORNOS DE 1ª FUSÃO E ACIARIA
8213	OPERADORES DE LAMINAÇÃO
8214	OPERADORES DE ACABAMENTO DE CHAPAS E METAIS
8221	FORNEIROS METALÚRGICOS (2ª FUSÃO E REAQUECIMENTO)
8231	OPERADORES DE PREPARAÇÃO DE MASSAS PARA VIDRO, CERÂMICA, PORCELANA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
8232	OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE CERÂMICAS, VIDROS E PORCELANAS
8233	OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
9111	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS, MOTORES, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO
9112	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHOS TÉRMICOS, DE CLIMATIZAÇÃO E DE REFRIGERAÇÃO (EXCETO TÉCNICOS)
9113	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS
9131	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
9141	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA
9142	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO NAVAL (EM TERRA)
9143	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO METROFERROVIÁRIA
9144	MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
9191	LUBRIFICADORES

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 71 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro: Setor de Atividades

- 1 Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados
- 2 Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados
- 5 Pesca, Aquicultura e Atividades dos Serviços Relacionados com estas Atividades
- 10 Extração de Carvão Mineral
- 11 Extração de Petróleo e Gás Natural e Serviços Relacionados
- 22 Edição, Impressão e Reprodução de Gravações
- 23 Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool
- 24 Fabricação de Produtos Químicos
- 25 Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico
- 27 Metalurgia Básica
- 28 Fabricação de Produtos de Metal - Exceto Máquinas e Equipamentos
- 29 Fabricação de Máquinas e Equipamentos
- 30 Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática
- 31 Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos

32 Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações

33 Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, de Precisão e Ópticos, Cronômetros

34 Fabricação e montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias

35 Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte

37 Reciclagem

Ocupações

7313	INSTALADORES-REPARADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
7321	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, TELEFÔNICOS E DE COMUNICAÇÃO DE D
7820	CONDUTORES E OPERADORES POLIVALENTES
7821	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO
7822	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
7823	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR)
7832	TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM
7842	ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO
8625	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

Trabalhadores da indústria tradicional (categoria 72)

Ocupações

7111	TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS SÓLIDOS - MINEIROS E AFINS
7112	TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS SÓLIDOS - OPERADORES DE MÁQUINA
7113	TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LÍQUIDOS E GASOSOS
7114	GARIMPEIROS E OPERADORES DE SALINAS
7121	TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS
7122	TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE PEDRAS
7610	TRABALHADORES POLIVALENTES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS
7611	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA TECELAGEM
7612	OPERADORES DA PREPARAÇÃO DA TECELAGEM
7613	OPERADORES DE TEAR E MÁQUINAS SIMILARES
7614	TRABALHADORES DE ACABAMENTO, TINGIMENTO E ESTAMPARIA DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS
7620	TRABALHADORES POLIVALENTES DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES
7621	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PELES
7622	TRABALHADORES DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES
7623	TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE COUROS E PELES
7630	TRABALHADORES POLIVALENTES DAS INDÚSTRIAS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS
7631	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA CONFECÇÃO DE ROUPAS
7632	OPERADORES DE MÁQUINAS DE COSTURA DE ROUPAS
7633	OPERADORES DE MÁQUINAS DE COSTURAS - ACABAMENTO DE ROUPAS
7640	TRABALHADORES POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS
7641	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS
7642	OPERADORES DE MÁQUINAS DE COSTURAR CALÇADOS
7643	OPERADORES DE ACABAMENTO DE CALÇADOS
7650	TRABALHADORES POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS
7651	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS
7652	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS
7653	OPERADORES DE MÁQUINAS NA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS
7654	TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS

7661	TRABALHADORES DA PRÉ-IMPRESSÃO GRÁFICA
7662	TRABALHADORES DA IMPRESSÃO GRÁFICA
7663	TRABALHADORES DO ACABAMENTO GRÁFICO
7686	TRABALHADORES TIPOGRÁFICOS, LINOTIPISTAS E AFINS
7721	TRABALHADORES DE TRATAMENTO E PREPARAÇÃO DE MADEIRAS
7731	OPERADORES DE MÁQUINAS DE DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS
7732	OPERADORES DE LAMINAÇÃO, AGLOMERAÇÃO E Prensagem de Chapas
7733	PREPARADORES E OPERADORES DE USINAGEM DE MADEIRAS CONVENCIONAL
7734	OPERADORES DE MÁQUINAS DE MADEIRA (PRODUÇÃO EM SÉRIE)
7735	OPERADORES DE MÁQUINAS E CENTROS DE USINAGEM DE MADEIRA CNC
7741	MONTADORES DE MÓVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA
7751	TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO
7764	CONFECIONADORES DE ARTEFATOS DE MADEIRA, MÓVEIS DE VIME E AFINS
8311	PREPARADORES DE PASTA PARA A FABRICAÇÃO DE PAPEL
8321	OPERADORES DE MÁQUINAS DE FABRICAR PAPEL E PAPELÃO
8339	CONFECIONADORES DE PRODUTOS DE PAPEL E PAPELÃO
8411	MOLEIROS
8412	TRABALHADORES DO REFINO DE SAL
8413	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E REFINO DE AÇÚCAR
8416	TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE CAFÉ, CACAU E PRODUTOS AFINS
8417	TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE CACHAÇA, CERVEJA, VINHOS E OUTRAS BEBIDAS
8421	PREPARADORES DE FUMO
8423	CIGARREIROS
8429	CHARUTEIROS E TRABALHADORES ARTESANAIS DA INDÚSTRIA DO FUMO
8491	TRABALHADORES DE FABRICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS (INCLUSIVE ARTESANAIS)
8492	TRABALHADORES DA PASTEURIZAÇÃO DO LEITE, FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS E AFINS (INCLUSIVE ARTESANAIS)
8493	PADEIROS, CONFEITEIROS E AFINS E OPERADORES NA FABRICAÇÃO DE PÃES, MASSAS E DOCES

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 72 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro: Setor de Atividades

- 13 Extração de Minerais Metálicos
- 14 Extração de Minerais Não-Metálicos
- 15 Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas
- 16 Fabricação de Produtos do Fumo
- 17 Fabricação de Produtos Têxteis
- 18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios
- 19 Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados
- 20 Fabricação de Produtos de Madeira
- 21 Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel
- 26 Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos
- 36 Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas

Ocupações

- 7313 INSTALADORES-REPARADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
- 7321 INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, ETC.
- 7820 CONDUTORES E OPERADORES POLIVALENTES
- 7821 OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO
- 7822 OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
- 7823 CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR)
- 7832 TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS

7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM
7842	ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO
8625	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

Trabalhadores dos serviços auxiliares (categoria 73)

Ocupações

7824	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE COLETIVO)
7825	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (DISTRIBUIDOR DE MERCADORIAS)
7826	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE TRILHOS
7827	TRABALHADORES NA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA FLUVIAL E REGIONAL
7828	CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRAÇÃO ANIMAL E DE PEDAIS
7831	TRABALHADORES DE MANOBRAS DE TRANSPORTE SOBRE TRILHOS
8611	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, ELÉTRICA E NUCLEAR
8612	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, ELÉTRICA E NUCLEAR
8621	OPERADORES DE MÁQUINAS A VAPOR E CALDEIRAS
8622	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS
8623	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTOS
8624	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE CAPTAÇÃO, ENGARRAFAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE GASES
8711	OUTROS TRABALHADORES ELEMENTARES INDUSTRIAIS
9511	ELETRICISTAS-ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL
9513	INSTALADORES E MANTENEDORES DE SISTEMAS DE ALARMES DE SEGURANÇA E DE INCÊNDIO
9531	ELETRICISTAS-ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR (AÉREA, TERRESTRE E NAVAL)
9911	CONSERVADORES DE VIAS PERMANENTES (TRILHOS)

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 73 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro : Setor de Atividades

- 40 Eletricidade, Gás e Água Quente
- 41 Captação, Tratamento e Distribuição de Água
- 60 Transporte Terrestre
- 61 Transporte Aquaviário
- 62 Transporte Aéreo
- 63 Atividades Anexas e Auxiliares do Transporte e Agências de Viagens
- 90 Limpeza Urbana e Esgoto; e Atividades Conexas

Ocupações

7313	INSTALADORES-REPARADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
7321	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, TELEFÔNICOS E DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
7820	CONDUTORES E OPERADORES POLIVALENTES
7821	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO
7822	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
7823	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR)
7832	TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM
7842	ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO
8625	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

Trabalhadores da construção civil (categoria 74)

Ocupações

7151	TRABALHADORES DE TERRAPLENAGEM E FUNDAÇÕES
7152	TRABALHADORES DE ESTRUTURAS DE ALVENARIA
7153	TRABALHADORES DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO
7154	TRABALHADORES NA OPERAÇÃO DE MÁQUINAS DE CONCRETO ARMADO
7155	TRABALHADORES DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE MADEIRA, METAL
7156	TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
7157	TRABALHADORES DE INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ISOLANTES
7161	REVESTIDORES DE CONCRETO ARMADO (REVESTIMENTOS RÍGIDOS)
7162	TELHADORES (REVESTIMENTOS RÍGIDOS)
7163	VIDRACEIROS (REVESTIMENTOS RÍGIDOS)
7164	ESTUCADORES E GESSEIROS
7165	APLICADORES DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS, PASTILHAS,ETC
7166	PINTORES DE OBRAS E REVESTIDORES DE INTERIORES
7170	AJUDANTES DE OBRAS CIVIS
7711	MARCENEIROS E AFINS
8281	TRABALHADORES ARTESANAIS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Ocupações abaixo estão incluídas na CAT 74 mediante o filtro de setor de atividades

Filtro : Setor de Atividades

45 Construção

Ocupações

7313	INSTALADORES-REPARADORES DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES
7321	INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, ETC
7820	CONDUTORES E OPERADORES POLIVALENTES
7821	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO
7822	OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS
7823	CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR)
7832	TRABALHADORES DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
7841	TRABALHADORES DE EMBALAGEM E DE ETIQUETAGEM
7842	ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO
8625	OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO

Prestadores de serviços não especializados (categoria 63)

São componentes dessa categoria todos os ocupados da listagem abaixo, sem nenhuma forma específica de filtro. Apenas não são computados aqueles indivíduos que são empregadores (limite que incide sobre todas as categorias exceto **21 e 31**).

5142	TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS
5166	TRABALHADORES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FUNERAIS
5174	GUARDAS E VIGIAS
5191	ENTREGADORES EXTERNOS (Exceto carteiros)
5199	OUTROS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS
9921	TRABALHADORES ELEMENTARES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
9922	TRABALHADORES ELEMENTARES DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PERMANENTES

Trabalhadores domésticos (categoria 81)

Ocupações

5121	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICO EM GERAL
5131	MORDOMOS E GOVERNANTAS

Ambulantes e catadores (categoria 82)

Ocupações.

5243	VENDEDORES AMBULANTES
5192	CATADORES DE SUCATA
5198	TRABALHADORES DO SEXO

OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS

Ocupações agrícolas (categoria 10)

Categoria formada por todos os ocupados, que não fossem declarados empregadores, das ocupações listadas a seguir ;

6110	PRODUTORES AGROPECUÁRIOS EM GERAL
6129	PRODUTORES AGRÍCOLAS
6139	PRODUTORES EM PECUÁRIA
6201	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA
6210	TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM GERAL
6229	TRABALHADORES AGRÍCOLAS
6239	TRABALHADORES NA PECUÁRIA
6301	SUPERVISORES NA EXPLORAÇÃO FLORESTAL, CAÇA E PESCA
6319	PESCADORES E CAÇADORES
6329	EXTRATIVISTAS FLORESTAIS
6410	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA
6420	TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO FLORESTAL
6430	TRABALHADORES DA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Anexo 5

Tabela A1

Rio de Janeiro: Imigrantes, emigrantes e índice de eficácia migratória interestaduais - 1986 -1991.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	IEM
NORTE	12665	13405	-0,03
RO	1697	2381	-0,17
AC	353	433	-0,10
AM	3037	3009	0,00
RR	205	733	-0,56
PA	6949	5853	0,09
AP	217	418	-0,32
TO	208	578	-0,47
NORDESTE	118185	81833	0,18
MA	7362	4454	0,25
PI	3394	2048	0,25
CE	23346	13413	0,27
RN	8676	9676	-0,05
PB	30434	17817	0,26
PE	19392	11973	0,24
AL	4250	3593	0,08
SE	2305	4266	-0,30
BA	19026	14592	0,13
SUDESTE	95194	148275	-0,22
MG	45555	57130	-0,11
ES	16980	28699	-0,26
SP	32659	62446	-0,31
SUL	13620	42410	-0,51
PR	4881	16177	-0,54
SC	2147	10375	-0,66
RS	6593	15859	-0,41
CENTRO-OESTE	13737	24889	-0,29
MS	1770	4019	-0,39
MT	1337	2413	-0,29
GO	1804	5500	-0,51
DF	8825	12957	-0,19
TOTAL	253401	310813	-0,10

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Tabela A2
Rio de Janeiro: Imigrantes, emigrantes e índice de eficácia migratória interestaduais - 1995 - 2000.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	IEM
NORTE	15145	15240	0,00
RO	1104	1470	-0,14
AC	291	558	-0,32
AM	3647	5252	-0,18
RR	971	601	0,24
PA	8235	6524	0,12
AP	291	258	0,06
TO	606	577	0,02
NORDESTE	160726	78799	0,34
MA	12442	4122	0,50
PI	5641	2147	0,45
CE	27349	15664	0,27
RN	9658	9769	-0,01
PB	44146	16091	0,47
PE	22595	10358	0,37
AL	5409	2599	0,35
SE	4450	2972	0,20
BA	29035	15077	0,32
SUDESTE	111679	129829	-0,08
MG	48324	55863	-0,07
ES	18250	27978	-0,21
SP	45105	45988	-0,01
SUL	16918	21872	-0,13
PR	5793	7649	-0,14
SC	3370	6029	-0,28
RS	7755	8193	-0,03
CENTRO-OESTE	15282	21910	-0,18
MS	3248	3789	-0,08
MT	1892	1480	0,12
GO	2710	4419	-0,24
DF	7432	12221	-0,24
TOTAL	319749	267649	0,09

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tabela A3

Regiões de Governo do Rio de Janeiro: Matriz de Fluxos Migratórios - 1986/1991.

Origem	Destino								Total
	Baixada Litorânea	Médio Paraíba	RMRJ	Noroeste	Norte	Serrana	Centro-Sul	Costa Verde	
Baixas litorâneas		183	9.701	476	1.574	1.250	54	258	13.497
Médio Paraíba	340		4.853	211	316	433	1.711	1.749	9.614
RMRJ	23.038	7.405		7.301	11.158	14.848	6.185	12.688	82.624
Noroeste	1.625	306	4.656		1.513	1.307	108	177	9.693
Norte	4.676	305	9.878	996		1.283	192	95	17.425
Serrana	1.507	459	8.259	688	1.265		1.402	233	13.813
Centro-Sul	263	1.566	2.324	0	72	1.597		398	6.221
Costa Verde	158	849	4.151	154	253	266	408		6.239
Total	31.608	11.073	43.822	9.826	16.153	20.985	10.060	15.599	159.125

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

Tabela A.4

Regiões de Governo do Rio de Janeiro: Matriz de Fluxos Migratórios - 1995/2000.

Origem	Destino								Total
	Baixada Litorânea	Médio Paraíba	RMRJ	Noroeste	Norte	Serrana	Centro-Sul	Costa Verde	
Baixas litorâneas		104	12534	553	2237	1126	158	150	16862
Médio Paraíba	750		7004	322	404	774	1334	3797	14385
RMRJ	54379	8145		6298	12967	17725	5589	12831	117934
Noroeste	1838	82	4640		1668	1986	89	113	10416
Norte	9271	378	9454	1193		1227	63	218	21804
Serrana	2743	625	9626	722	1509		1975	198	17398
Centro-Sul	562	1831	3013	82	111	1597		234	7430
Costa Verde	430	1711	4731	184	238	131	138		7563
Total	69973	12876	51002	9354	19134	24566	9346	17541	213792

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tabela A 5

Rio de Janeiro: Deslocamentos intra-regionais,
segundo Região de Governo
1986-1991/1995-2000.

Regiões de Governo	1986-1991	1995-2000
Baixadas Litorâneas	6.860	41233
Médio Paraíba	15.825	53331
RMRJ	213.261	809745
Noroeste	5.605	11359
Norte	4.554	15162
Serrana	8.548	19660
Centro-Sul	2.786	17093
Costa Verde	1.619	11206
Total	259.056	978789

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.